

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ.
FACULDADE DE EDUCAÇÃO.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO.**

ALEXSANDRA FLÁVIA BEZERRA DE OLIVEIRA.

**FEIRA LIVRE DE BODOCÓ:
MEMÓRIA, AFRICANIDADES E EDUCAÇÃO.**



FORTALEZA,

2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ.
FACULDADE DE EDUCAÇÃO.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO.

ALEXSANDRA FLÁVIA BEZERRA DE OLIVEIRA.

FEIRA LIVRE DE BODOCÓ:
MEMÓRIA, AFRICANIDADES E EDUCAÇÃO.

FORTALEZA,

2013.

ALEXSANDRA FLAVIA BEZERRA DE OLIVEIRA.

**FEIRA LIVRE DE BODOCÓ:
MEMÓRIA, AFRICANIDADES E EDUCAÇÃO.**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira – Curso de Mestrado – da Universidade Federal do Ceará (UFC) como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Antunes Cunha Jr.

Fortaleza,

2013.

O48f Oliveira, Alessandra Flávia Bezerra de.

Feira Livre de Bodocó: Memória, Africanidades e Educação. / por Alessandra Flávia Bezerra de Oliveira – 2013.
151 p. il.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Antunes Cunha Júnior.

Cópia de computador (*printout*)

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará/Faculdade de Educação, Fortaleza, 2013.

1. Africanidades. 2. Patrimônio cultural. 3. Educação. I. Cunha Júnior, Henrique Antunes (Orient.) II. Universidade Federal do Ceará – Programa de Pós Graduação em Educação. III. Título.

CDD: 370.96

ALEXSANDRA FLÁVIA BEZERRA DE OLIVEIRA.

**FEIRA LIVRE DE BODOCÓ:
MEMÓRIA, AFRICANIDADES E EDUCAÇÃO.**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira – Curso de Mestrado – da Universidade Federal do Ceará (UFC) como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Antunes Cunha Jr.

Data da aprovação: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA.

Prof. Dr. Henrique Antunes Cunha Jr. (Orientador).

Universidade Federal do Ceará (UFC).

Prof^a. Dr^a. Cícera Nunes.

Universidade Regional do Cariri (URCA).

Prof. Dr^a Joselina da Silva.

Universidade Federal do Ceará (UFC).

Dedico,

Sempre e eternamente a meus pais **Francisca Loula B. de Oliveira (Adinha)** e **José Adrião de Oliveira**, por todo amor e dedicação a mim dirigidos, pelos incentivos e pela vida.

À **vovó Menininha** (Francisca Maria de Oliveira, *in memoriam*) pelos ensinamentos, pelos incentivos e por sempre estar ao meu lado.

Aos ancestrais que nos permitiram desfrutar da sabedoria que transmitiram e às futuras gerações que merecem o nosso esforço para deixar-lhes um mundo melhor.

AGRADECIMENTOS.

A **Deus**, por ser a minha companhia, meu guia, minha força e inspiração.

A **minha família** composta por Adinha, Adrião, Alessandra, Adla Fernanda, Ana Flávia e Guilherme Filho, por constituírem a base de minha existência, por todo incentivo, torcida, acolhida, saudade, espera, abraço.

Ao meu companheiro e amor pra toda vida, **Reginaldo Ferreira Domingos**, por me apresentar novas possibilidades de pesquisa e trabalho, pelos incentivos constantes por dividir comigo sua vida e aceitar que eu divida com ele a minha.

Ao professor **Dr. Henrique Cunha Jr.**, por investir em mim confiança, incentivos e orientações. Pelo compromisso dedicado ao nosso trabalho que me trouxe como consequência muito conhecimento acadêmico-científico, mas, também, por mostrar sempre que o conhecimento para denotar sabedoria deve ser humilde.

Aos meus **entrevistados**, pessoas sem as quais esse trabalho não seria possível e que transmitiram não só suas memórias, mas ensinamentos para a vida.

A professora **Dra. Cícera Nunes** e ao prof. **Dr. João Figueiredo** pelas valiosíssimas contribuições na construção do presente trabalho através de suas avaliações, observações e sugestões e, em particular, ao professor João pelo carinho em nossa convivência na Universidade.

Aos **professores e professoras** do Programa de Pós Graduação em Educação Brasileira da UFC que se dedicaram em esforços para nos transmitir o conhecimento e **aos colegas** pelas experiências que trocamos.

As **amigas e amigos da Escola João Carlos Lócio de Almeida** que não pouparam incentivos e se dedicaram em me ajudar aqui representados por: **Josiane Miranda (Bel)**, **Eliete Marques**, **Cacilda Izabel**, **Iane Michele**, **Geusimar** e **Priscila Raquel**.

As amigas, **Janete Lacerda**, **Luzineide** e **Cecília Calaça** pelas conversas, pelo carinho, atenção e incentivo.

Em fim, a todos aqueles que de maneira direta e indireta contribuíram para que o presente trabalho fosse possível.

...temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza.

Boaventura de S. Santos

RESUMO

Averigua os artefatos da cultura negra no município de Bodocó-PE expostos através da feira livre semanal do citado município através das memórias daqueles e daquelas que guardam a herança ancestral da produção em barro, couro e caroá, mas também de pessoas que frequentaram e observaram a feira desde a infância aos nossos dias. Descrevemos o povoamento do interior do Nordeste brasileiro e discutimos o significado da palavra sertão, assim como caracterizamos o município de Bodocó e relatamos de maneira breve o seu histórico intrinsecamente ligado às feiras. Relatamos a presença e as contribuições históricas da herança cultural deixada pelos ancestrais africanos e afrodescendentes em terras bodocoenses através das técnicas de produção da farinha, de artigos feitos em barro, couro e fibras de caroá. Para tanto nos utilizamos das técnicas e métodos da História Oral que nos levou juntamente com a bibliografia consultada a perceber a presença negra na história local como fator civilizatório e de fundamental importância para o ensino de História que também foi tema de discussão neste trabalho onde percebemos a forte marca do eurocentrismo em detrimento daquilo que é brasileiro, africano, afrodescendente. Propomos então que o patrimônio legado a nossa geração pelos ancestrais africanos no município de Bodocó e presente nas feiras semanais seja tema das aulas de História local cumprindo o que determina a Lei 10.639/03 e levando a educação a um caminho mais justo e equitativo onde possamos valorizar a pluralidade cultural e incluir a diversidade de alunos que as escolas recebem trazendo para a sala de aula a sua ancestralidade, historicidade e identidade cultural.

Palavras-chave: feiras; patrimônio cultural; africanidades; educação.

ABSTRACT

Ascertains the artifacts of black culture in the city of Bodocó PE-exposed through the fair free weekly quoted municipality through the memories of those who are guarding the ancestral heritage of producing clay, leather and caroá, but also of people who attended and observed the Friday from childhood to the present day. We describe the settlement of northeastern Brazil and discuss the meaning of hinterland, as well as characterize the municipality of Bodocó and reported briefly your history inextricably linked to the fairs. We report the presence and contributions of historical cultural heritage left by the ancestors of African descent and African lands bodocoenses through the techniques of production of flour, items made of clay, leather and fibers caroá. For this we use the techniques and methods of oral history that took us along with the bibliography to realize the black presence in local history and civilization as a factor of fundamental importance to the teaching of history was also a topic of discussion in this paper where we perceive strong brand Eurocentrism over what is Brazilian, African, African descent. We propose that the heritage bequeathed to our generation by African ancestors in the city of Bodocó and present in weekly markets is subject of local history classes fulfilling what determines the Law 10.639/03 and education leading to a fair and equitable way where we can valuing cultural diversity and include the diversity of students that schools receive for bringing the classroom to their ancestry, historicity and cultural identity.

Key words: fair; cultural heritage; africanidades; education.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. QUANDO VIM DO SERTÃO, SEU MOÇO, DO MEU BODOCÓ.....	20
2.1. Memórias, caminhos e encontros	23
2.2. Minha terra, meu sertão, meu lugar.....	30
3. O CAMINHO SE FAZ AO CAMINHAR.....	50
3.1. História Oral e Memória.....	52
3.2. Memória: lugar, patrimônio e identidade.....	60
3.3. Conversando sobre cultura.....	69
3.4. Oralidade e Memória nas africanidades: O Poder da Palavra, a Ancestralidade e a Memória Cultural.....	76
4. FEIRA LIVRE: PERSPECTIVAS E AFRICANIDADES.....	83
4.1. Características, Conceito e Contexto da Feira Livre no Nordeste Brasileiro.....	85
4.2. Feira de Bodocó: características e africanidades.....	91
4.3. Memórias: arte, oralidade e lembranças de um tempo que se (re) faz presente.....	110
5. FEIRA DE BODOCÓ: UMA VITRINE DAS AFRICANIDADES E AFRODESCENDENCIAS COMO POSSIBILIDADE DE IMPLANTAÇÃO DA LEI 10.639/03.....	120
5.1. O Ensino de História e a Lei 10.639/03.....	122
5.2. Contribuições africanas e afrodescendentes na História Bodocoense.....	129
5.3. Arte e Cultura Afrobodocoense: uma proposta para o ensino de História.....	134
6. CONCLUSÃO.....	141

7. REFERENCIAS.....	145
----------------------------	------------

INTRODUÇÃO



1. INTRODUÇÃO.

As feiras livres e os mercados são fatos sociais produtores de intensas dinâmicas culturais, econômicas e sociais. As feiras dão vida própria aos lugares; são espetáculos públicos de organização de uma vida social se constituem como “locus da reprodução das relações sociais de produção, isto é, reprodução da sociedade” (DANTAS, 2007, p. 36). E, como estão envolvidas nas diversas relações tornam-se intrinsecamente ligadas às cidades uma vez que “a feira é parte da cidade e a cidade se desvenda pelo cotidiano da feira” (CALADO, 2010, p. 98).

Assim, o fenômeno cultural das feiras de Bodocó é o que nos instiga a adentrar nesse universo múltiplo e multiplicador das diversas manifestações histórico-culturais que lá existem para desvendarmos nas suas entrelinhas as suas diversas relações sociais, econômicas e culturais.

Situado no semiárido pernambucano, na Região do Araripe, e distando seiscentos e trinta e nove quilômetros (639 km) da capital, Recife, encontra-se o município de Bodocó. Seu nome, segundo a memória da população local, teria sido originário de uma planta aquática abundante na região que leva o mesmo nome – Bodocó; ou ainda, de um povo indígena chamado Bodorocós, que teria habitado o local.

A história bodocoense está estreitamente ligada à produção e ao comércio da farinha nas feiras, produto de extrema importância para o sertão nordestino durante um longo tempo por constituir a base de seu sistema de alimentação. Tem, também, uma forte ligação com a criação de gado para a produção de leite e seus derivados, bem como de carne, sendo considerado como “bacia leiteira da Região do Araripe”. Segundo a Agência de Base de Dados do Estado de Pernambuco aí está concentrado o terceiro maior rebanho de gado leiteiro posição que também ocupa na produção de leite.

No município de Bodocó, a farinha teve sua importância para além do suprir a necessidade de alimentação da população, pois propiciou o aumento das relações econômicas e sociais no local através de sua comercialização nas feiras que ocorriam, e continuam acontecendo, às segundas feiras. Esse fato é notório, pois até o ano de 1924 Bodocó era apenas distrito do município de Granito, mas como situava-se próximo a

Serra do Araripe onde havia uma grande produção de farinha tornou-se ponto de venda ofertando-a em suas feiras semanais, fato que provocou a migração de pessoas para o, então, distrito que teve como consequência o desenvolvimento do lugar em termos de urbanização, bem como a transferência da sede municipal de Granito para Bodocó e sua posterior emancipação (REGIÃO, fev. de 1975).

A farinha movimentou a feira de Bodocó por constituir a base alimentar do povo sertanejo àquela época, fato que deu oportunidade para a comercialização de outros produtos do lugar como panelas, potes, pratos, etc., de barro; sandálias, selas e outros produtos feitos de couro; móveis feitos de madeira como a “cadeira Bodocó” típica da cidade, é feita de madeira com acento de couro, porém dobrável ao meio; artigos feitos das fibras do caroá, uma bromélia típica do Nordeste brasileiro, tais como esteiras, cordas, capangas (bolsa que viajantes carregam à tira colo), panos para preguiçosa (cadeira feita de madeira com acento e costas de tecido), etc. Em fim, a feira trouxe a oportunidade de comercialização daquilo que era (é) produzido em terras bodocoenses e de mostrar as características culturais de seu povo.

Dessa forma esse evento semanal da feira que expõe culturalmente o município em termos de produção agrícola e artesanal, também tem grande importância no desenvolvimento socioeconômico e político do lugar nos despertou a curiosidade de conhecer os sujeitos históricos que estavam e estão envolvidos na feira e, conseqüentemente, com a história bodocoense. Ou melhor, de conhecer aqueles que agiram no sentido de produzir, manter e comercializar as diversas produções artesanais, de movimentar a feira e criar uma dimensão econômico-social própria, produzindo o desenvolvimento do município, pois os documentos oficiais tratam de forma superficial a respeito de datas, leis e acontecimentos, mas nada trazem a respeito daqueles que fizeram a história acontecer.

Trazendo esses sujeitos à cena damos visibilidade à sua participação na história Bodocoense onde vamos encontrar as diversas heranças africanas nos saberes e fazeres dos mesmos. Entendemos que essa participação se encontra exposta na feira do município onde está colocado o resultado do trabalho dessas pessoas que historicamente vem desenvolvendo produção agrícola, de farinha, de sandálias em couro, panelas de barro, etc. Esse espaço de mercado onde se consegue o sustento da família e se compra o necessário ao abastecimento da despensa das casas, assume um lugar privilegiado

onde encontramos parte das manifestações culturais locais se configurando em um museu à céu aberto e lugar de memória, onde o colorido, o burburinho, as relações que lá ocorrem, trazem à tona as lembranças que guardam a história de Bodocó.

Dessa forma, a feira se apresenta também como um espaço histórico-educativo onde é possível conhecer parte da história local, mas também como um espaço plural em que podemos discutir a participação de africanos e afrodescendentes nas produções culturais, nos valores transmitidos pela oralidade, nos sabores, em fim, há um número infinito de possibilidades que podemos trabalhar e transformar a feira em uma grande e colorida sala de aula aberta a todos.

Com a ausência da participação de negros e negras na historiografia bodocoense torna-se de fundamental importância mostrar que nosso município contou e conta com os esforços intelectuais, técnicos, culturais, etc., de origem africana para que seja dado o devido reconhecimento a tais contribuições. Também precisamos observar a feira em toda sua potencialidade histórico-cultural e transformar essas informações em saberes a serem discutidos na escola em prol de uma educação que possa incluir e valorizar aqueles que estiveram presentes e atuantes na história, bem como sua herança, e aqueles que são seus descendentes e que frequentam as escolas.

É preciso descobrir o que ficou encoberto, ou seja, revisitar a história em busca de nossas manifestações culturais, de nossa feira enquanto mostradora de nosso município e do povo que nele morou e mora, em busca de que o ensino de história seja mais aberto e menos excludente, em busca de uma educação plural que traga em seus ensinamentos as características de uma população não é composta apenas por eurodescendentes, mas que também traz em seu povo as africanidades e afrodescendências herdadas dos ancestrais.

Observamos, então, através, das memórias gentilmente cedidas pelos nossos entrevistados que na exposição da produção local realizada pela feira se encontram presentes os artefatos da cultura negra em Bodocó, como os artigos produzidos em couro e barro, cestos, balaios, ensinamentos e técnicas, etc., que trazem inerentes a sua presença a história e as contribuições dos afrodescendentes em nosso município que, envolvidos nas relações que estão ligadas a feira (como a produção artesanal ou de

farinha, a compra de produtos e a vivência do evento semanal), participaram ativamente de tudo o que ela proporcionou e continua proporcionando ao município.

A presença negra, sua cultura e história estão em todos os espaços da sociedade, a sua ausência está no sistema oficial em todos os âmbitos. Fato que acreditamos acontecer por consequência do descaso para com elementos que nos remetem à presença e à participação do negro na história local. Descaso esse que acontece por consequência da visão eurocêntrica presente e arraigada no fazer histórico e do “brancocentrismo brasileiro” (CUNHA Jr., 2006) que faz o olhar, a memória e a História perceberem aquilo que é de herança europeia, ignorando as africanidades, observando o que é branco e deixando no esquecimento o que é africano e afrodescendente.

A História e o ensino de História ignoram as africanidades, traços culturais africanos, e afrodescendências, cultura africana transformada ou “reprocessada no Brasil” (CUNHA Jr., 2008, p. 234), presentes no processo de construção da história local o que gera um ônus para a população negra e a sociedade em geral fugindo a responsabilidade de “construir significações positivas da cultura afrodescendente e desenvolver ações que promovam à diversidade cultural e histórica” (NUNES, 2011, p.51) invisibilizando o negro e suas contribuições na nossa construção histórica. Fato perceptível na historiografia bodoecoense que invisibiliza a presença negra em nosso município bem como as suas inúmeras contribuições à história e à cultura locais. Embora esse “silêncio do não falar sobre os temas de interesse dos Afrodescendentes e da cultura trazida pelos Africanos para o Brasil, não cala a herança cultural” (CUNHA Jr., 2008, p. 234) que deve ser reconhecida e discutida nas escolas.

Falamos então de uma herança trazida pelos africanos para o Brasil que chamamos africanidades, elementos das diversas culturas vindas da África que se encontram em nosso país assim como as afrodescendências constituídas das manifestações culturais erigidas pelos afrodescendentes brasileiros ressignificando e reprocessando o saber ancestral dando origem a uma gama de manifestações afro-brasileiras. Há em nossa terra valores civilizatórios trazidos da África e ressignificados aqui que estão presentes em diversos lugares como “na capoeira, nas comunidades de quilombos, nas casas religiosas de candomblé e umbanda, nos bairros de predominância negra, nas danças e ritmos...” (VIDEIRA, 2005, p. 217), nas panelas de barro, nos calçados de couro, nas técnicas de produção de farinha, nas tradições orais presentes em Bodocó, etc.

Assim, o ensino da história local é distorcido da realidade à medida que não proporciona a uma parte dos estudantes encontrarem-se na mesma ou encontrarem um retrato consistente de sua origem e da história de seus ancestrais (JACCOUD e THEODORO, 2005). Dessa forma faz-se necessário propor novas ações que venham mudar essa realidade e, que, em consonância com o que diz a lei 10.639/03, se desenvolvam junto com o sistema educacional. Uma vez que através desse dispositivo legal, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei 9.394/96), se materializou a conquista de uma das reivindicações do movimento negro brasileiro trazendo a obrigatoriedade do ensino da História e da cultura africana e afrodescendente (NUNES, 2011).

Assim, historiamos e registramos no quadro e no contexto da feira bodocoense, como uma vitrine do presente e do passado, em que podemos ver as características do local onde ela é realizada e a produção do município é exposta com todos os seus significados, quem é bom observador pode ver as africanidades e afrodescendências nessa produção que traz as tecnologias vindas da África e aplicadas no Brasil na produção de artigos em couro, barro, madeira, etc., uma vez que “... os africanos ocuparam muitos dos campos da produção, como fonte de conhecimento da base técnica e tecnológica” (CUNHA Jr., 2010, p. 17). Assim, cabe a nós procurarmos essas referências e significados identificá-los e divulgá-los para que haja justo reconhecimento e valorização.

Nesse sentido de investigação da história local, a partir da produção e comercialização material e de seus atores e autores, nosso trabalho de pesquisa se deu e é aqui exposto com o objetivo geral que se constitui em observar e analisar a feira bodocoense em busca da presença e das contribuições africanas e afrodescendentes para o desenvolvimento social, econômico e cultural do município para atender as disposições da Lei 10.639/03 na educação municipal. Os objetivos específicos: 1) analisar a dinâmica da feira como parte da cultura de um lugar específico, Bodocó; 2) analisar a presença africana e afrodescendente na produção cultural (material e imaterial) exposta nas feiras do município de Bodocó – PE e; 3) Propor a revisitação à História de Bodocó e a reorganização do seu ensino de modo à atender as disposições da lei 10.639/03.

**QUANDO VIM DO SERTÃO,
SEU MOÇO, DO MEU BODOCÓ...**



2. QUANDO VIM DO SERTÃO, SEU MOÇO, DO MEU BODOCÓ...¹

O espaço onde se constrói uma cidade nos convida para o reconhecimento de espectro infinito de determinações/relações. É nesse plano intrincado que homens, mulheres, crianças, velhos e velhas estabelecem, projetam, realizam suas vidas. (MONTENEGRO, 1994:09)

Na pesquisa acadêmica brasileira vigorou um período de predominância das ideias de neutralidade e invisibilidade do pesquisador. Era compreendido como inerente a pesquisa em que o pesquisador fosse um indivíduo neutro sem passado, presente e projeções de futuro ao analisar seu objeto de estudo. Conseguimos agora perceber que este, em alguns enfoques, não é o método, nem um instrumento, mas uma pessoa, um ser humano que, quando se propõe ao desafio da pesquisa, traz consigo suas memórias, subjetividades e desejos. Uma vez que:

Escrevemos histórias com base em nossas experiências pessoais e nosso olhar sobre o devir significa articular relações entre aquilo que vivemos, o que academicamente acreditamos e a análise de como as pessoas viveram e interpretaram suas vivências (CASTELLUCCI Jr., 2008.p. 17).

Muitas vezes escolhemos o nosso foco de pesquisa, mas também somos escolhidos por ele. Nem sempre escapamos às influências que nossas relações com o meio, com a sociedade e com a cultura exercem sobre nós e somos arrebatados pela beleza e riqueza daquilo que é nosso e nos permitimos viajar na história que nos pertence para desenvolvermos projetos e pesquisas que trazem não só resultados científicos, mas

¹ Trecho da música Pau de Arara. Luiz Gonzaga.

emotivos que acabam revelando os caminhos trilhados até chegar ao ponto final do trabalho escrito.

Pesquisadores também tem lugar, memória, história que compõem sua subjetividade e os acompanham na pesquisa. Como pesquisadora sou bodocoense, título de quem é natural das terras de Bodocó, e como tal guardo em minhas lembranças imagens que existem e que não existem mais de ruas, pessoas, acontecimentos que sem dúvida pertencem a minha história e me escolheram para desenvolver um trabalho onde eu pudesse tentar “desvendar” africanidades e afrodescendências que, apesar de sempre presentes, não constam na História dita oficial e nem no sistema de ensino de Bodocó, pois como coloca Ana Célia da Silva (2008, p. 11) ao apresentar a obra intitulada “Educação e Afrodescendência no Brasil”:

Cabe observar que em um país onde os afrodescendentes constituem-se em mais de 46% da população brasileira, segundo dados do IBGE e IPEA, sua presença, suas histórias e suas culturas estão presentes de fato nos diversos lócus da sociedade. A sua ausência está no sistema oficial brasileiro em todos os âmbitos. O que falta e urge estabelecer é essa presença de direito nos aparelhos oficiais de Estado, tais como a escola...

Este “sou bodocoense” vem imbuído de muitas lembranças que me levam ao sabor e ao cheiro dos doces e das frutas vendidas na feira; às ruas sombreadas de árvores altas de minha cidade; ao cheiro às cores do verde espalhado na mata durante o período chuvoso; ao som do chocalho do gado... São lembranças caras à minha memória e à minha identidade, pois não é que simplesmente nasci em Bodocó é que sempre vivi lá e, por isso, minha memória traz lugares bodocoenses uma vez que além de personagens e de acontecimentos, a memória é composta por lugares e quando ela procura um acontecimento ou um personagem nas lembranças, na maioria das vezes, procura também o lugar. Lugar onde foi vivenciado um momento importante, onde se

presenciou algo marcante... “A memória pendura-se em lugares, como a história em acontecimentos” já disse Pierre Nora (1993, p. 83).

Porém esse lugar de memória com significado para a identidade se apresenta como espaço em que se pode encontrar o patrimônio cultural material e imaterial que marcam a coletividade, uma vez que “o patrimônio cultural é um legado, construído pelo grupo, com valores símbolos e signos que estão presentes na cidade e são diversos” (BARRETO, 2012, p. 64).

A memória traz consigo a história da construção desse patrimônio cultural que está intrinsecamente ligado com o sentimento de pertencimento e a identidade coletiva. Assim, os feirantes que produzem bens, parte do legado cultural bodocoense, juntamente com os compradores e frequentadores da feira tem uma relação de identificação com esse evento que liga a população de Bodocó em torno desse evento que, ao mesmo tempo, se coloca como vitrine e como o próprio patrimônio cultural.

A herança cultural, transmitida através das gerações, consolida a identificação dos indivíduos com o patrimônio que se fixa como parte da memória. Dessa forma entendemos “as relações sobre a memória coletiva, identidade e patrimônio cultural, num determinado lugar, são tratados como parte da ancestralidade [...] trata-se do legado do passado para as gerações futuras” (CUNHA Jr., 2011a, p. 123).

A herança deixada pelos ancestrais foi, ao longo da história, construindo um legado cultural que se encontra nas lembranças de quem é de Bodocó trazendo-nos o sentimento de identidade em relação à cultura e à memória que se apoiam nesse nosso lugar.

E é assim, partindo de um lugar, o meu lugar, que coloco os caminhos percorridos até chegar à pesquisa de mestrado que sem dúvidas se encontra como parte de minha história repartida com as várias pessoas que a compõem e que formam comigo o grupo social guardador desse processo que se encontra nas nossas memórias.

2.1 Memórias, caminhos e encontros.

Com base em minha memória adquirida através das diversas histórias ouvidas enquanto os mais velhos evocavam as suas lembranças para contá-las, num exercício de manter viva a história de Bodocó e de seu povo através da tradição oral, sei que venho de um lugar onde a feira sempre foi o ponto forte para o desenvolvimento econômico-político-social sendo travada “guerra” por causa da mesma. Todos os mais velhos contam como foi a “Guerra do Amparo”, evento frequentemente contado pelos idosos ao lembrar e falar do passado ocorreu em 1908 entre Amparo e Bodocó em disputa pela feira.

Nesse período Bodocó pertencia ao município de Granito-PE e o Amparo fazia parte do município de Ouricuri-PE, embora muito próximos e divididos apenas por um riacho temporário (o riacho do Amparo). Essa proximidade levou os comerciantes dos dois lugares a entrarem em conflito pela feira, principalmente pela farinha e seu comércio lucrativo. Há várias histórias sobre ossadas de combatentes enterradas no fundo do riacho, de marcas das balas de bacamarte que ainda existiriam nas paredes da igreja do Amparo, de fuzilamentos daqueles que foram pegos, em fim, existe um conjunto de enredos que, baseados no que de fato ocorreu, renderam música e cordel além de se multiplicarem nas conversas, perguntas e na memória que vai sendo transmitida e retransmitida por gerações.

Mas, Bodocó que além da feira como um espaço de comércio urbano é espaço de circulação de uma maioria de pessoas vindas da zona rural. Assim temos, na população, muitas características de um povo agricultor e pecuarista e as nossas relações sociais se dão nesse ambiente que é urbano, mas também rural.

Pois bem, nasci aos 23 de julho de 1983, a primeira filha do casal Adinha (Francisca) e Adrião, época em que meus pais moravam em uma casa na Rua da Feira da Farinha, oficialmente Rua Maestro Carlos Gomes. Minha mãe é filha de agricultores do “pé da serra”, sempre viveu no sítio até ir morar “na rua”, ou seja, na cidade para estudar. Formou-se no magistério, tornou-se professora e passou a lecionar em uma escola rural no Sítio Recurso nas proximidades da zona urbana, depois foi transferida para a sede

municipal e, hoje, é aposentada. Meu pai é filho de agricultora e militar, teve parte de sua vida no campo e outra na cidade onde estudou até o ensino primário, desistiu dos estudos e passou desenvolver trabalhos diversos. Foi jogador de futebol, segurança de agência bancária, caminhoneiro, motorista, hoje é agricultor e criador de gado. Assim, vim ao mundo em um universo onde o rural e o urbano estavam sempre juntos. Sem dúvidas a profissão mais importante desempenhada por meus pais foi serem Pai e Mãe.

Aos três anos de idade nos mudamos da rua onde nasci para um conjunto habitacional (COHAB) chamado Vila Paraíso, pois morávamos de aluguel na Rua da Farinha e meus pais conseguiram uma pequena casa em um programa do Governo Federal em parceria com a Caixa Econômica, foram anos pagando nossa habitação. Lembro que eu aos 12 anos ia mensalmente aos Correios pagar o carnê até que foi totalmente quitada acho que uns dois anos depois. Muita gente passou a viver na COHAB para não ter mais que pagar aluguel ou para deixar de dividir moradia, pois muitos casais viviam na casa dos pais, em fim, logo as três ruas das duas quadras foram ocupadas.

Na casa 85, até hoje ocupada por meus pais, nossa família se constituiu, eu cresci, ganhei três irmãs e há pouco tempo um sobrinho. Hoje, no mesmo endereço, mas em rua e casa diferentes, pois o tempo trata de mudar até mesmo aquilo que não saiu do lugar, estão as nossas histórias nas paredes da casa, em retratos, em reuniões familiares.

Mesmo saindo da Rua da Feira da Farinha minha relação com a feira continuou, pois era comum “fazer a feira” com meus pais. Assim, mesmo não estando mais no centro da cidade ia até lá e via o movimento de pessoas, o colorido das frutas, as cestas que as mulheres carregavam (a minha mãe também), as barracas, as panelas e potes; ouvia a gritaria dos comerciantes oferecendo seus produtos, o zunzunzum de conversas e negociações; sentia o cheiro das frutas, da goma e do couro; sentia o sabor das pitombas, seriguelas, do coco catolé vendido em forma de rosário, dos cachimbinhos feitos de mel de açúcar ou de engenho. Painho sempre comprava quebra-queixo, rosário de catolé e cachimbinho pra mim. Agora escrevendo até parei pra apreciar os cheiros e sabores ainda vivos na minha memória.

Quando se começa a frequentar a escola, a feira passa a ser programa das férias porque ela ocorre nas segundas-feiras que é dia de aula. E isso aconteceu quando fiz três anos de idade e comecei a frequentar o Colégio Municipal Antônia Lócio da Cruz. Iniciei o

ensino infantil e logo comecei a aprender a ler com minha mãe. Ela me alfabetizou antes de eu chegar à alfabetização e conta que eu chorava pra ir pra escola. Essas são memórias que tenho de tanto que minha fala: “tive que te colocar como ouvinte na escola porque você queria muito ir pra lá”, “quando você entrou na alfabetização já sabia ler. Eu ensinei”. Mas dos cascudos eu lembro porque duraram até certo tempo quando ela me ensinava a tarefa de casa. Eu realmente gostava da escola e de descobrir através da leitura, mas gostava mais ainda quando estava de férias e podia ir ao sítio de vovô, de voltar pra cidade na segunda-feira no pau de arara que levava o pessoal pra feira. O carro ia passando e as pessoas iam subindo todas arrumadas e perfumadas, pois estavam indo pra feira

Gostava de ouvir histórias. Vovô “Bastin” (avô materno) contava muitas à noitinha ao redor de uma fogueira no terreiro de casa eram pra nos assustar e impedir que fizéssemos algo que poderia dar errado. Vovó Elvira (avó materna) nos assustava quando andávamos nas roças com histórias de Mãe da Mata, Negro d’água. Eles viviam, e ainda vivem, no Sítio Tucano que fica próximo à chapada do Araripe onde plantam, criam animais e recebem filhos, netos e quem mais quiser chegar por lá. Esse é um lugar que tenho muito afeto pelas férias e finais de semana que sempre ia passar com meus avós. No sítio aprendi a respeitar a natureza, a plantar, a comer mel com farinha, a subir em árvores, andar a cavalo... Na companhia de Adriano, meu tio mais novo que eu quase dois anos, andava na roça, no meio da mata, tirava umbu do umbuzeiro, coco catolé, chupava melancia na roça escondido de vovó (ela ainda não sabe disso!).

Do Sítio Tucano nós íamos à noite, com a lua iluminando os caminhos, para renovações que eram rezas em que as casas e as famílias eram postas sob proteção do Coração de Jesus, para as festas de padroeiro nas vilas bodocoenses de Bom Jardim e Sipaúba que ficam próximos ao sítio dos meus avós. Quando íamos percorrer longas distâncias íamos a cavalo, mas quando o nosso destino era perto íamos a pé com a lua iluminando o caminho com sua luz prateada.

Vovô também foi agricultor comerciante, durante alguns anos teve uma bodega, comércio de gêneros alimentícios e alguns instrumentos de trabalho, que ficava no sítio. Plantou algodão para o comércio e no seu armazém tinha grandes montes de lã ainda

para descarregar, tubos de milho e feijão. Em fim, o excedente da sua produção agrícola tinha destino certo: a feira de Bodocó.

Vó Menininha (avó paterna) também contava histórias, na verdade ela conversava. Não fazia uma roda de criança em volta dela como fazia vovô, ela conversava comigo, pois eu sentava perto dela e começava a falar, ela ouvia e falava também. Essa eu via quase todos os dias e nossas conversas duraram e me ensinaram muito sobre a vida, as relações com os outros, a história de Bodocó, de nossa família e a minha. Mulher forte, sisuda e grande. Vovó era uma gigante quando eu era criança depois eu fui crescendo e a alcançando, mas sempre alta. Viúva, meu avô paterno (vô Sebastião) faleceu antes mesmo de eu nascer, exerceu certa autoridade sobre seus filhos e netos até falecer. Foi minha companheira e incentivadora que sempre vibrava com as menores conquistas em minha vida e certamente faz muita falta.

A partir da quinta série passei a estudar na Escola João Carlos Lócio de Almeida, então Centro de Educação Rural, onde tinha que atravessar o centro pra chegar lá e toda semana via a feira passar por mim e eu passar pela feira. Nessa escola estudei até a conclusão do ensino médio em 2000, também magistério como minha mãe, e de lá saí para a graduação na Universidade Regional do Cariri onde fui graduada em História (no ano de 2005) e depois especialista em História e Sociologia (2006). Na especialização estudei a importância dos idosos nas casas de farinha de Bodocó. Esse é o espaço de produção de farinha de mandioca, também chamado de aviamento, era muito mais que uma fábrica era espaço de convívio, sociabilidade, ensinamentos e festa, pois a farinhada, que é o momento de maior produção, ocorre no período da colheita da mandioca, reúne um grande número de pessoas e o dia de trabalho acaba com danças de roda ao som de sanfona, zabumba e triângulo. E os idosos foram escolhidos como sujeitos da pesquisa por serem responsáveis pela transmissão dos conhecimentos técnicos, das tradições orais, em fim, pela importância na manutenção da memória e dos costumes.

Na graduação em História conheci a pessoa que iria mudar o rumo de minha vida e contribuir com novos olhares para as minhas análises acerca da historiografia, cultura e da educação em Bodocó. Reginaldo Domingos de colega passou a namorado, noivo, marido e, principalmente, companheiro. Nas nossas conversas passou a revelar experiências de vida com uma análise voltada à prática da discriminação racista anti-

negra sofrida em sua infância e juventude, o que existe em nossas escolas e que presenciei quando criança, assim como ele contava. Trouxe novas leituras que desvelavam o real sentido das “brincadeiras” e atitudes e, principalmente mostravam como a presença do africano e do afrodescendente contribuiu de maneira importante para história e as diversas manifestações culturais de nosso país. Nesse encontro surgiu além de um grande amor, uma nova história e uma nova pesquisadora.

Guardo todas essas lembranças com profundidade em minha memória e me fazem perceber como minha história de vida tem intrínseca relação com minha história acadêmica e profissional. Na graduação sempre procurei desenvolver trabalhos sobre Bodocó e em contato com os mais velhos, que no meu entender sempre foram portadores de grande sabedoria. Foi nesse sentido que na conclusão da especialização me propus a demonstrar a importância do idoso nas casas de farinha de Bodocó como guardiões e transmissores do conhecimento técnico da produção e da cultura presente nas histórias contadas, nas músicas e festas. Mas, faltava algo que só vim perceber a partir dos novos olhares em mim despertados pelo convívio com Reginaldo. Nesse encontro pude perceber que quando estudei o velho na casa de farinha cometi o mesmo erro que muitos: o da invisibilidade do negro. Simplesmente não enxerguei que 95% dos meus entrevistados eram negros e assim como não fiz essa observação não consegui perceber as suas contribuições enquanto afrodescendentes nessa história que eu estava contando.

Ao mesmo tempo em que paro para reavaliar meu trabalho anterior sobre as casas de farinha, sou colocada em um exercício de rememoração e descoberta que me levaria a um (re) encontro com minha história. No ano de 2007, vovó Menininha adoeceu e o fluxo de pessoas visitando sua casa aumentou, assim como as memórias e histórias nas conversas entre os visitantes. Em uma dessas conversas ouço dizer que o nome de meu pai (Adrião) é o nome do avô dele, mas o bisavô que eu sempre ouvia era “Vô Cadu” e não Adrião. Nesse ano tive duas grandes revelações: a doença de vovó e a minha ancestralidade africana que por tantos anos foi escondida como um segredo de família. Vovó contou então que Adrião era um africano que trabalhou na abertura das estradas daquela região, foi embora, por volta de cem anos atrás, e que deixou um filho em Amélia. Sebastião (filho de Amélia e Adrião - africano) foi criado pelo padrasto Cadu que o registrou como filho e lhe deu nome além de irmãos.

Um encontro: meu pai é neto de africano eu sou afrodescendente. Tenho em mim a herança ancestral alimentada por minha avó de respeitar a oralidade, a experiência vivida e de cultuar os ancestrais. A partir daí passo a um exercício constante de rever o passado, reconstruir memórias e interpretá-las. Com o apoio das conversas e textos indicados por Reginaldo passo a enxergar o que antes não via: a presença africana e afrodescendente no meu lugar, em meus caminhos e em minha história enquanto bodocoense. Mas, em meio a encontros com o passado, com o presente e um novo futuro uma separação, triste separação. Em 23 de julho de 2008 vovó não fala mais e a gente para de conversar, ficamos a nos olhar, no dia 27 ela faleceu.

Com uma nova percepção sobre as minhas origens sociais passo a estudar e desenvolver outro trabalho como professora de História e começo a instigar análises sobre a presença e a importância do africano e afrodescendente no desenvolvimento tecnológico e econômico do Brasil, a realizar uma nova significação das nossas manifestações culturais e trazendo para a sala de aula discussões sobre a invisibilidade do negro nos meios de comunicação, no dia a dia, etc. E juntamente com meus alunos passo a conhecer uma nova Bodocó de manifestações culturais diversas que se colocam como vitrine das nossas africanidades e afrodescendências no reisado, nas produções expostas e comercializadas na feira, em fim, conhecemos um conjunto cultural que é afro-bodocoense.

Assim, o que quero colocar é que o meu lugar de memória sempre esteve presente em meus trabalhos, assim como os caminhos que percorri até chegar aqui. Lugar e caminhos que construíram uma história de observação e vivência de uma riqueza cultural diversa e da prática da audição atenta àquilo que falavam meus avós. Caminhos que me levaram a encontrar lugares, manifestações, falas, pessoas, leituras que se mostram na minha fala, na minha escrita. Que estão presentes quando discuto a feira de Bodocó e sua posição de vitrine das africanidades e afrodescendências das quais somos herdeiros.

Toda essa caminhada de vida me escolheu para ter novos olhares e observações, mas principalmente para desejar e buscar uma sociedade mais justa que tenha como princípio o respeito às diversidades e a valorização das diversas contribuições que tivemos e temos em nosso lugar.

Considero ser notório o caráter discriminatório, excludente e racista de parte da sociedade brasileira que se mostra através de atitudes discriminatórias, da invisibilidade do negro nos meios de comunicação, da histórica ausência de oportunidades para que a população negra venha a ocupar espaços de poder, etc. Porém o que há de ser observado e trabalhado para mudança é a educação que reflete as características sociais construídas historicamente. Há que se destacar, também, a ausência de conteúdos nos currículos escolares de interesse afrodescendente. A História e a escola trataram de esquecer a participação efetiva e as diversas contribuições dos/as africanos/as e seus descendentes à construção histórico cultural do Brasil (GOMES, 2008; CUNHA Jr. 2008). Dessa forma os livros didáticos utilizados nas escolas trazem imagens e descrições estereotipadas e negativas do negro “que estigmatizam o cidadão afrodescendente e desprezam a sua história, tratando-o apenas como escravo” (GOMES, 2008, p. 23). Assim, a escola reproduz o racismo e a ausência de referências negras presentes na sociedade (LIMA, 2008), preservando a visão eurocêntrica, os estereótipos trazidos pelos livros didáticos e a negação de que vivemos em um país plural com a existência de conflitos étnico-raciais havendo a exclusão do negro inclusive nos bancos escolares onde foi dificultado o seu acesso e na existência histórico-social pelo mito da mestiçagem e da democracia racial (CUNHA Jr., 2008; VIDEIRA, 2008; TRAGTENBERG, 2008).

Assim, entendo a educação como um dos caminhos para resolver a situação do negro no Brasil, uma vez que percebo o ambiente escolar como um dos espaços onde a educação acontece e pode contribuir positivamente na formação de brasileiros afrodescendentes ou não, mas com uma escola diferente onde em seu currículo seja possível estudar a História da África, a história local através da feira como espaço educativo em que a historiografia do negro é refeita e onde professores, pais e alunos sejam informados e preparados para lidarem e conviverem harmoniosa e respeitosamente com as diferenças (GOMES, 2008).

Mas, essa não é uma tarefa fácil, pois criou-se o dispositivo da lei (a Lei 10639/03), no entanto os investimentos em sua aplicação são poucos, as secretarias de educação promovem encontros de formação em número inferior ao necessário, precisamos que gestores educacionais e de escolas sejam apoiados pelas universidades e pelo poder público para que haja um efetivo investimento na educação através de instrumentos que

venham empoderar professores (as), porteiro (as), merendeiros (as), coordenadores (a), pais, em fim toda a comunidade escolar para agirem em prol de uma educação mais inclusiva e plural. Essa tarefa não se resume a prática do professor, mas ele é o grande agente de transformação por isso, o empenho de educadores na busca da transformação de seu trabalho é tão importante para o desenvolvimento de um ensino culturalmente relevante onde a cultura do aluno seja usada para capacitá-lo a examinar criticamente os processos históricos e os conteúdos que estuda, bem como a questionar o seu papel na criação de uma sociedade democrática e justa (SOUZA, 2008).

2.2 Minha Terra, Meu Sertão, Meu Lugar.

Quando vim do sertão, seu moço, do meu Bodocó,
A maleta era um saco e o cadeado era um nó,
Só trazia a coragem e a cara, viajando num pau de arara,
Eu penei, mas aqui cheguei.

(Luiz Gonzaga, Pau de Arara).

Bodocó é um município nordestino encontrado no sertão em plena caatinga, mas com parte na Chapada do Araripe. A Região Nordeste é uma das regiões mais discutidas e menos conhecidas de nosso país onde encontramos muitas coisas além de secas frequentes.

Esse aspecto natural foi um dos fatores que levou à regionalização do lugar. Digo um dos, pois “as regiões resultam tanto da influência das condições naturais, quanto da ação do homem, como organizador de paisagens” (ANDRADE, 1979, p. 11). Assim, na divisão territorial do Brasil em grandes regiões vários critérios foram utilizados e na caracterização do Nordeste considerou-se os seus aspectos físicos e biológicos bem como a ação do ser humano no espaço como nos coloca Andrade (2011, p. 36-37):

Estendendo-se por uma área de mais de 1.542.000km², caracteriza-se o Nordeste do Brasil, como toda região geográfica, pela influencia de uma série de fatores, entre os quais, [...] sobressaem-se os domínios físicos – estrutura geológica, relevo, clima e hidrografia -, o meio biológico – vegetação e fauna - e a organização dada ao espaço pelo homem. Claro que estes fatores se influenciam mutuamente e do entrelaçamento de uns e de outros é que resultam as paisagens naturais e culturais.

Ainda que se leve em consideração pontos similares em relação aos elementos naturais na delimitação de região encontramos aspectos físicos e naturais diferenciados no Nordeste. Por isso, encontramos nova divisão, gerando as sub-regiões nordestinas. Assim temos, de Leste para Oeste, a Zona da Mata, com um clima quente e úmido e duas estações bem definidas; o Agreste região de transição entre Mata e Sertão, tendo alguns espaços úmidos e outros secos; o Sertão caracterizado pela caatinga e por ser mais suscetível à períodos de estiagem e o Meio Norte assim chamado por sua proximidade territorial e natural com o a Região Norte (ANDRADE, 2011; MENDES, 2009).



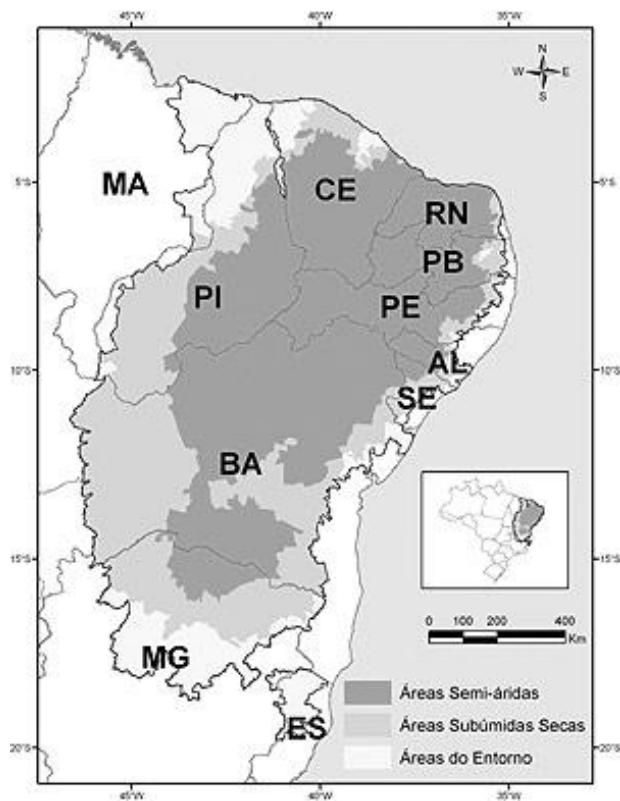
Mapa das Sub-Regiões do Nordeste.
Fonte: www.infoescola.com

Nosso estado, Pernambuco, por sua localização na Região Nordeste é dividido em Zona da Mata, Agreste e Sertão ficando a sua maior porção territorial na última sub-região citada. Foi historicamente marcado pelos engenhos de cana-de açúcar em seu litoral, o estabelecimento de algumas fazendas criadoras no Agreste e por um Sertão que, embora marcado pelas secas foi povoado pelos caminhos do gado, onde foram fundadas fazendas de criação bovina extensiva fato que trouxe as características da maior parte do sertão pernambucano como o vaqueiro e sua vestimenta em couro (ANDRADE, 1979; 2011. ARRAES, 2012. GOULART, 1966).

É ainda dividido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), bem como pela administração estadual em Regiões de Desenvolvimento. Entre elas se encontra a Região do Araripe onde está localizado, entre outros, o município de Bodocó. Segundo a Base de Dados do Governo do Estado de Pernambuco (BDE) há mais duas divisões as Mesorregiões e Microrregiões que permitem o desenvolvimento de políticas públicas a serem postas em prática nas áreas delimitadas, principalmente aquelas que ficam no sertão e são, frequentemente, atingidas pelas secas (BDE, 2013).

Esse sertão definido geograficamente tem também significados subjetivos de acordo com o espaço de onde se fala, ou seja, há significados diferenciados entre quem vive no sertão e quem mora fora dele. Falar dessa sub-região vai além de uma delimitação geográfica, pois “pode-se “ler” sertão como território e lugar demarcados geograficamente, mas também como investimento simbólico, que, dependendo dos grupos sociais e períodos históricos, oscila quanto ao seu significado” (MENDES, 2009, p. 24).

Algo que muito marca o sertão nordestino geograficamente é a recorrência de períodos de estiagem que levou ainda à demarcação do chamado Polígono das Secas, que se encontra também em outras sub-regiões, que ocupa cerca de 88.7% do território pernambucano como pode-se notar no mapa abaixo (ANDRADE, 2011).



Mapa Polígono das Secas.
 Fonte: www.fapepi.pi.gov.br

Porém a palavra sertão nem sempre teve conotação de seca, desastre natural, migração. Segundo Galvão (2001) esse vocábulo já era usado na África, depois transferido para Portugal, e não tinha relação com a ideia de deserto e sim de território distante do litoral, ou seja, um território que ocupa o interior e pode ser inclusive uma bela floresta. Sobre a palavra sertão e seu significado a autora nos coloca que:

...a palavra já era usada na África e até mesmo em Portugal. Ainda mais, que nada tinha a ver com a noção de deserto (aridez, secura, esterilidade) mas sim como a de “interior”, de distante da costa: por isso, o sertão pode até ser formado por florestas, contanto que sejam afastadas do mar. Não menos interessante é a constatação de que o vocábulo se escrevia mais frequentemente com *c* (*certam* e *certão*, como aliás aparece em folhetos proféticos encontrados em Canudos) do que com *s*. E vai encontrara a etimologia completa no *Dicionário da língua bunda de Angola*, de frei Bernardo Maria de Carnecatim

(1804), onde o verbete *muceltão*, bem como sua corruptela *certão*, é dado como *locus mediterraneus*, isto é, um lugar que fica no centro ou no meio das terras. Ainda mais, na língua original era sinônimo de “mato”, sentido corretamente utilizado na África Portuguesa, só depois ampliando-se para “mato longe da costa”. Os portugueses levaram-na para sua pátria e logo trouxeram-na para o Brasil, onde teve longa vida, aplicação e destino literário (GALVÃO, 2001, p. 16).

No Brasil esse termo foi sendo ressignificado através dos tempos e, até o final do século XIX a melhor definição de sertão foi de interior, porém socialmente já era visto como semiárido, região seca:

De maneira geral, já no século XIX, os sentidos de sertão se expressariam na ideia espacial de interior e social de deserto [...]. As representações de sertão, construídas por viajantes, cronistas, missionários, etc., mais do que oposição a litoral se constituíram em contraste com a ideia de região colonial [...] de tudo que se encontra distante da civilização. [...] a difusão do discurso da aridez e da esterilidade na literatura produzida a partir da segunda metade do século XIX ganha força, passando a ser gradualmente incorporada (MENDES, 2009, p. 78).

No entanto falar de sertão não é tarefa fácil, pois “o sertão aceita todos os nomes: aqui é o Gerais, lá é o Chapadão, lá acolá é a Caatinga” (ROSA, 1994, p. 701). Embora a ideia de sertão seja bastante discutida o seu conceito gira em torno de definições físicas e biológicas onde há “um sertão originário de classificações fisiográficas nas quais [...] concebe convencionalmente sertão como região geográfica com características específicas: o sertão cerrado, da caatinga, do agreste...” (MELO, 2011, p. 9-10).

Porém é preciso perceber a ideia de sertão que traz os significados a ele atribuídos pelos sertanejos, pois:

A palavra sertão tem uma imensa capacidade de evocar situações, lugares, objetos e símbolos. A sua presença marcante na música, na literatura de cordel, no teatro, no cinema, na dança, nos folguedos, nos relatos que tomam para si fragmentos da vida cotidiana e na literatura, são exemplos de sua polissemia (RODRIGUES, 2001, p. 115. *Apud.* MENDES, 2009, p. 79).

Não é preciso ir muito longe para perceber como o sertão é representado pelos sertanejos. Luiz Gonzaga, cidadão de Exu município que faz fronteira com Bodocó, muito cantou o sertão onde mostrou a seca e suas consequências, mas também como o sertanejo ama sua terra e, se vai embora para fugir dos efeitos da estiagem, deseja voltar para rever o seu lugar.

A Triste Partida

Meu Deus, meu Deus
Setembro passou
Outubro e Novembro
Já estamos em Dezembro
Meu Deus, que é de nós,
Meu Deus, meu Deus
Assim fala o pobre
Do seco Nordeste
Com medo da peste
Da fome feroz.

(...)

(Disco 50 Anos de Chão, BMG, 1996).

A Volta da Asa Branca.

Já faz três noites
Que pro norte relampeia
A asa branca
Ouvindo o ronco do trovão
Já bateu asas
E voltou pro meu sertão
Ai, ai eu vou me embora
Vou cuidar da plantação

A seca fez eu desertar da minha terra
Mas felizmente Deus agora se alembrou
De mandar chuva
Pra esse sertão sofredor
Sertão das mulheres sérias
Dos homens trabalhadores
(...)

(Disco Luiz Gonzaga/Zé Dantas, RCA, 1959).

O rei Luiz, como é popularmente chamado Luiz Gonzaga, além de ter cantado nosso sertão deixou plantada a semente da poesia sertaneja onde ainda hoje encontramos compositores e cantores que mostram através de suas canções o sertão que o sertanejo conhece. Como exemplo, temos em Bodocó, Leninho e Flávio Leandro, “poetas cantadores” que tem sua inspiração nas características e belezas de nossa terra.

Agente sabe por que é de lá Daquelas bandas lá do Bodocó E esse cheiro de forrobodó Perfumando o ano inteiro Pra ser de lá tem que gostar de Luiz Antes de tudo tem que ser feliz Plantar a semente e buscar a raiz Desse chão brasileiro Tem que ter o braço forte Mas dentro do peito o coração sereno (...) Ser cantador das coisas do lugar Sorrir ou chorar se preciso for Eu vou voltar Seu moço eu vou voltar lá pro meu Bodocó Pois a saudade é grande que dá dó (...) (Leninho, DVD Cantos (En) Cantados de Bodocó, s/d).	O choro do céu é pureza Enche os croás de beleza Nas terras do meu Bodocó E em tom de verde realeza Enfia um rio de certeza no sertanejo tão só O choro do céu é desafio É a natureza no cio É a fartura do pão Enche a barriga do rio Injeta um pouco de frio No nosso quente sertão Estoura a babuja, revoa a coruja Estronda o trovão O céu relampeja O cenário enseja Comemoração (...) (Flávio Leandro, DVD Cantos (En) Cantados de Bodocó, s/d).
---	--

Percebemos, então, como o sertão está ligado com o homem e a mulher nordestinos e como ele tem intrínseca relação com a identidade social do “ser sertanejo”, pois “a identidade social é também territorial quando o referente simbólico central para a construção dessa identidade parte do ou ultrapassa o território” (HAESBAERT, 1999, p. 179, apud. MENDES, 2009, p. 178).

Certamente o sertão e suas características fazem parte da identidade dos sertanejos, assim, o sertão é visto por outros, não sertanejos, como sendo parte constituinte da identidade daqueles que lá vivem. Dessa forma, esse lugar que é espaço de vivência, onde se mantém relações sociais, se aprende, é guardado na memória do indivíduo construindo o sentimento de pertencimento e, conseqüentemente de identidade. Por sua vez o outro o verá a partir de suas características culturais adquiridas pela vivência no

lugar. O “sou sertanejo” traz intrinsecamente o sentido de pertença – sou dessa terra, faço parte desse lugar – e de identidade ao recordar as experiências vividas e as histórias e costumes em comum com aqueles que fazem parte de seu grupo social. O outro, não sertanejo, reconhecerá a identidade sertaneja através das marcas culturais do grupo social ou dos diversos grupos sociais que compõem o espaço chamado sertão uma vez que “a identidade de alguém, de um si mesmo, é sempre dada pelo reconhecimento de um outro, ou seja, a representação que o classifica socialmente” (SODRÉ, 1999, p.34).

Percebemos, então, que o sertão está na identidade do sertanejo uma vez que “a identidade é um aprendizado das relações sociais, culturais, políticas e econômicas, vividas pelos indivíduos dentro de um espaço próprio” (BARRETO, 2012, p. 67) um lugar que está presente na memória, no sentimento de pertencimento e, também, faz parte da identidade e acaba deixando como resultado dessas relações objetos, construções, saberes, dizeres e valores que formam o patrimônio cultural das pessoas do lugar. O sertão também é espaço de construção e ressignificação de patrimônios que se fixam na comunidade e, também, fazem parte da identidade.

Aqui não discutiremos patrimônio, mas mais adiante essa tarefa será feita. Interessa-nos de imediato afirmar que o lugar onde vivemos traz significados, construções, artefatos culturais que formam o legado cultural deixado pelas gerações passadas e que nós deixaremos para as futuras fazendo, por meio das vivências e memórias, existir o sentimento de pertencimento e de identidade em relação ao grupo social em que se vive e ao lugar, nesse caso o sertão, pois “toda e qualquer identidade constrói-se a partir das referências concretas de um território” (SODRÉ, 1999, p. 260).

Assim, ser bodocoense é vir de um lugar no extremo sertão pernambucano, pois Bodocó é um município que se encontra na Região Sertão do Araripe. Tendo como limites ao norte o Estado do Ceará, ao sul o município de Parnamirim, a leste Exu e Granito e a oeste Ouricuri e Ipubi. Como podemos observar o município conta com um território de 1.616,502 Km² dividido em três distritos: Bodocó, Claranã e Feitoria, mas contando com várias vilas, povoações e sítios². Como podemos observar nos mapas a seguir.

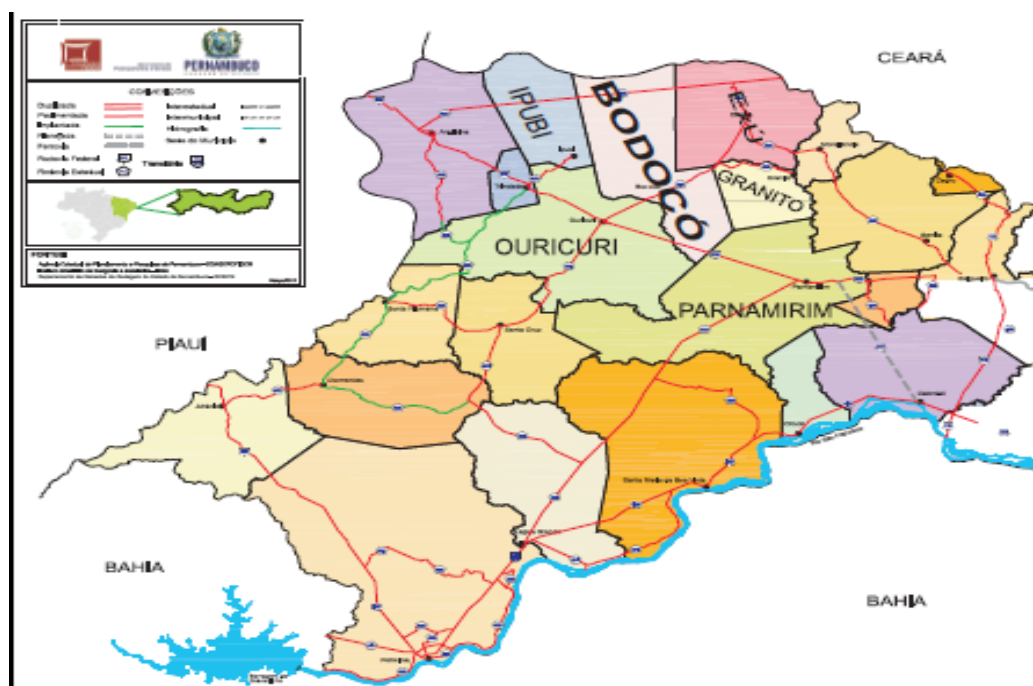
² Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística) e da Prefeitura Municipal através do site: www.bodoco.pe.gov.br, acesso em janeiro de 2013.

Localização do Município de Bodocó no Estado de Pernambuco:



Mapa Político do Estado de Pernambuco. Fonte: www.codepefidem.pe.gov.br

Limites geográficos do Município de Bodocó:



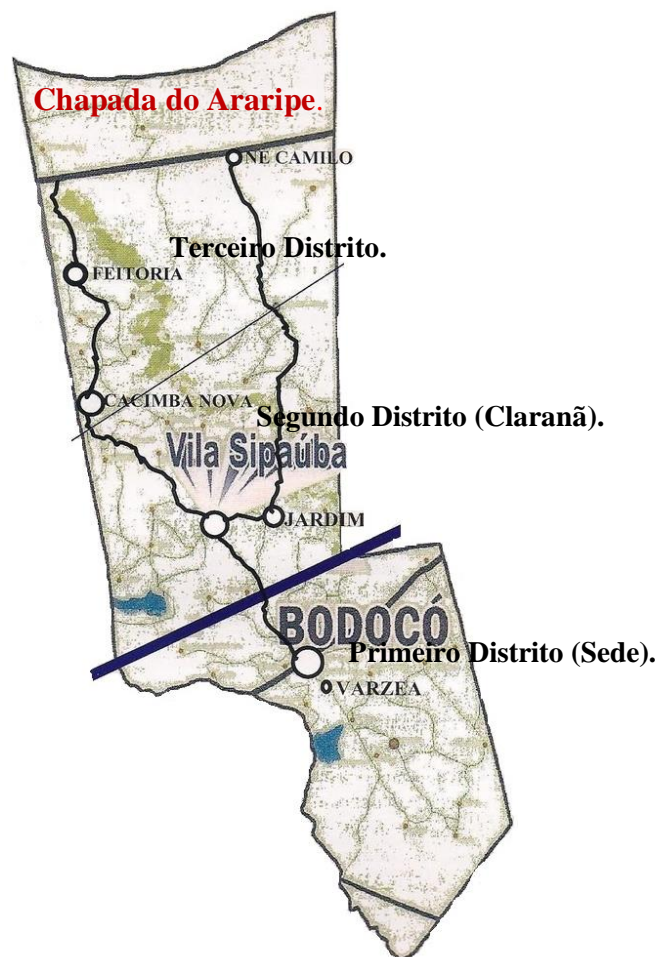
Recorte do mapa político de Pernambuco. Fonte: www.codepefidem.pe.gov.br

Mapa do município de Bodocó, onde vemos:
*A divisão em distritos, onde o 1º localiza-se na sede (Bodocó), o 2º é o distrito de Claranã localiza-se na Vila Sipaúba e o 3º distrito localiza-se na Vila Feitoria levando o seu nome.

*As estradas vicinais que dão acesso às vilas e sítios.

*Em destaque vermelho a Chapada do Araripe ou Serra do Araripe.

Fonte: Blog Informativo Claranã.



Nosso clima é semiárido, com uma temperatura média anual de 25,6° C, a vegetação típica é a caatinga. A bacia hidrográfica em que se encontra Bodocó, que já foi perene, mas agora é temporária, conta com o Rio Brígida. Temos parte na Chapada do Araripe ao norte e a sede municipal dista seis quilômetros (6 km) da mesma. Apesar de estarmos localizados no sertão contamos com grande rebanho bovino e caprino voltado para corte, mas principalmente para a produção leiteira de queijos e doces em se tratando da criação de gado. Essa economia pecuária voltada para laticínio deu à Bodocó o título de maior bacia leiteira da Região do Araripe, pois, segundo dados do BDE (Base de Dados do Estado) o município conta com o terceiro maior rebanho bovino do Estado e o maior de sua região de desenvolvimento (Região Sertão Araripe). Tendo o mesmo índice relativo à produção de leite. Também temos o cultivo de feijão e milho para o comércio na feira e/ou para subsistência e também de mandioca, mais encontrada na serra e nas suas proximidades, para as produções de farinha, goma e massa puba (massa fina e

úmida que serve para fazer bolo) também direcionadas para comércio e/ou para consumo familiar³.

No sítio de informações da Prefeitura de Bodocó via internet localizamos uma lista denominada “aspectos culturais e turísticos” onde se encontram os eventos culturais que atraem pessoas ao nosso município. No topo dessa lista está a feira livre que ocorre todas as segundas-feiras, depois vem a festa do padroeiro São José que ocorre no mês de março e as festas juninas. Mas, como atrativos turísticos, temos lugares a serem visitados como a Pedra do Claranã, o Caldeirão do Amor - que são formações rochosas onde encontramos cavernas e pequenos lagos - e várias outras localidades onde é possível admirar a beleza da floresta caatinga.

Mas Bodocó nem sempre foi cidade. Seu atual território encontrava-se dividido entre os municípios vizinhos de Ouricuri, Granito e Exu até 1924, pois no que se refere à sede municipal pertencia a Vila de Granito criada em abril de 1863 que, posteriormente tornou-se cidade em 1909 e Bodocó foi nomeado como sendo seu distrito no mesmo ano como nos coloca o histórico do município disponível no site oficial da Prefeitura de Bodocó:

Vila de Granito foi criada pela Lei Provincial nº 548, de 09 de abril de 1863 – data de criação do município – que também transferiu para lá a sede do município de Exu. A vila foi instalada em 27 de julho de 1863, sendo, pela Lei Estadual nº 991, de 1º de julho de 1909, elevada à categoria de cidade. O distrito de Bodocó foi criado em 17 de novembro do mesmo ano classificado como segundo distrito (BODOCÓ, 15/12/12).

Mas pela sua proximidade com a Serra do Araripe onde havia grande produção de farinha teve sua feira movimentada pelo comércio desse produto superando a sede municipal. Assim, Bodocó acabou se desenvolvendo mais que Granito em relação à urbanização, população, movimentação econômica. E, pelo esforço dos comerciantes locais acabou sendo emancipada em 1924, tornando-se município:

³ Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) disponível em www.ibge.gov.br, acesso em abril de 2013; da Prefeitura Municipal (www.bodoco.pe.gov.br) e da Base de Dados do Estado de Pernambuco disponível em www.bde.pe.gov.br, acesso em abril de 2013.

Pela Lei Estadual nº 1.650, de 24 de maio de 1924, recebeu a classificação de 1º distrito, passando a ser sede do município de Granito, sendo elevado à categoria de cidade e aos 12 de Junho de 1924, emancipou-se definitivamente e no sobradinho da Praça da Independência (hoje Praça José Gomes de Sá), foi instalado o Poder Municipal, tendo como primeiro prefeito da cidade o Sr. João Peixoto e Silva. O dia 12 de Junho é, pois, a data de nossa emancipação política ou o aniversário da cidade (BODOCÓ, 09/04/13).

Essa é a História dita oficial que está disponível para o estudo e o ensino da história local nos arquivos públicos que deve ser levado em consideração, mas não deve ser tomada como única, pois se coloca de maneira impessoal de modo que não parece ter sido algo realizado por pessoas, tão pouco que os habitantes do lugar ancestrais dos que lá vivem hoje tiveram parte nela. Mas, sabemos que a História é feita pelo ser humano e deve ser valorizada a participação do mesmo em seu percurso.

No ensino de História é preciso ressaltar o que é local humanizando-a, valorizando a historicidade do aluno e de seus ancestrais, possibilitando que ele questione e compreenda os processos históricos que o rodeiam. Assim, é preciso:

Possibilitar que o aluno se interrogue sobre sua própria historicidade, inserida aí sua estrutura familiar, a sociedade ao qual pertence, o país, ou seja, fazer o aluno preocupar-se com a construção de sua identidade social, e as relações que o prendem aos outros, os discursos onde está inserido, etc. (ZEFINER, 2000, p. 268).

Dessa forma, buscar a história nas memórias se faz de incontestável importância, uma vez que é através da evocação das lembranças que alcançaremos o que a historiografia não o fez. E com base nessa história/oralidade que se firma a possibilidade de trabalhar de maneira a alcançar os alunos e fazê-los sentir parte integrante da história do município através da participação de seus ancestrais, pois:

Ora, é a memória dos habitantes que faz com que eles percebam, na fisionomia da cidade, sua própria história de vida, suas experiências sociais e lutas cotidianas. A memória é, pois, imprescindível na medida em que esclarece sobre o vínculo entre a sucessão de gerações e o tempo histórico que as acompanha. Sem isso, a população urbana não tem condições de compreender a história de sua cidade, como seu espaço urbano foi produzido pelos homens através dos tempos, nem a origem do processo que a caracterizou. Enfim, sem a memória não se pode situar na própria cidade, pois perde-se o elo afetivo que propicia a relação habitante-cidade, impossibilitando ao morador de se reconhecer enquanto cidadão de direitos e deveres e sujeito da história (ORÍ, 1998, p. 139).

Nesse sentido que trazemos aqui um breve relato acerca do passado desse lugar que está intrinsecamente ligado às feiras, pois antes mesmo de ser constituída cidade Bodocó era muito movimentada pelo comércio periódico da farinha que era produzida na serra e trazida em comboios de mulas para ser vendida no Amparo (então vila de Ouricuri) e em Bodocó (então vila de Granito), duas vilas vizinhas e próximas.

Essa proximidade entre as duas localidades provocou uma disputa entre comerciantes pela feira que é chamada em Bodocó de “Guerra do Amparo”. E para contar essa história que ocorreu em 1908 às margens do Riacho do Amparo, fronteira natural entre a Vila Bodocó e a Vila do Amparo, conto com o auxílio das memórias colhidas por Cristina Alencar e Alessandra Brito em 2008 quando na ocasião desenvolveram trabalho monográfico sobre esse famoso episódio da história bodocoense.

A respeito da feira Sr. Manoel Pereira Sobrinho (*Apud.* ALENCAR E BRITO, 2008.p. 31) colocou que: “O produto era a farinha, vinha comboi de farinha, descendo a serra... A feira era comum como hoje em oito (08) em oito (08) dias, eles vendiam farinha e o povo do Cabrobó pra cá vinham tudim comprar farinha e tecido”. Sr. Diocleciano Leite Furtado complementa: “o produto da feira era a farinha, feijão, milho, rapadura” (*Idem. Ibidem*).

A partir daí percebemos que mesmo no início do século XX o comércio na região era bem movimentado, porém a existência da Cacimba da Simôa, com água boa e abundante para animais e homens, nas proximidades do Amparo fez com que os

comboios, ou seja, as tropas de mulas, carregados de farinha parassem naquele lugar o que acabou beneficiando-o em detrimento de Bodocó. Com a farinha sendo vendida, primeiro, no Amparo sobrando pouca quantidade do produto e de baixa qualidade a ser vendida posteriormente em Bodocó, provocou concorrência com o comércio bodocoense, e assim a “guerra” tem início provocada pela disputa comercial da organização da feira.

As memórias nos dizem que:

As histórias dos mais velhos dizem que foi uma inveja. Granito com Ouricuri, por que tinha uma feira no Amparo e tinha outra feira em Bodocó, foi por causa dessa feira que a guerra começou... Eu vi falar desse negócio da feira, né? Da inveja que lá no Amparo a feira crescia e aqui tava diminuindo (Leontino Furtado Leite, *apud.* ALENCAR e BRITO, 2008, p. 31).

Essa briga começou por causa da feira por que o Amparo pertencia a Ouricuri e Bodocó ao Granito aí pegaram a irrunha por que o Amparo era uma feira muito boa e aqui também era mais aí o pessoal ia pra lá (Amparo) e não vinha pra cá (Bodocó) aí começaram a ciumar aí botava o povo pra intucaíá lá pra trazer pra cá a feira que o povo vinha pra o Amparo aí foi um inrói e brigaram e foi em 1908 (Diocleciano Leite Furtado, *apud.* ALENCAR e BRITO, 2008, p. 32).

Em meio ao comércio desenvolvido no Amparo estava João Roberto e sentindo o prejuízo da decadência comercial de Bodocó Zeca Maia que reuniram homens e armas em prol de seus objetivos e lideraram o conflito como nos conta o Sr. Manoel Pereira Sobrinho (*apud.* ALENCAR e BRITO, 2008, p. 32):

A feira lá do Amparo crescendo e aqui em Bodocó definhando e o produto era a farinha. (...) E essas duas lojas uma lá e outra aqui, aí inventou o Chico Romão mais Zeca Maia (...) aí disseram, não pode ter feira no Amparo a feira vai ser é em Bodocó e foi, foi eles dois começaram a juntar capanga, cangaceiro e foi, foi o João Roberto pegou uns cangaceiros perigosos, um deles chamado Sabino

Clementino (...). João Roberto e Zeca Maia tinha cangaceiro como o diabo e foi, foi e aí começou. Zeca Maia tampou a estrada lá que entrava para o Amparo e não deixou ninguém passar, aí João Roberto se espiritou.

Iniciada a “guerra” houve alguns dias de cerrado tiroteio que acabou proporcionando a vitória de Bodocó em detrimento do Amparo. Dessa forma todo o comércio envolvido pela feira foi transferido para o território bodocoense em 1908:

E quando a guerra acabou a feira passou a ser em Bodocó. Quem ganhou a guerra foi os que queriam que a feira viesse pra cá. Acabou a estrada do Amparo e eles vinham pra cá, os comboieiros, e ficaram vindo comprar farinha aqui em Bodocó de Terra Nova, Cabrobó, Orocó, Santa Maria da Boa Vista (Manoel Pereira Sobrinho, *apud*. ALENCAR e BRITO, 2008, p. 36).

Esse evento marcou muito a memória dos bodocoenses que é comum encontrarmos narrativas dos mais velhos e questionamentos dos mais jovens a esse respeito. Temos também duas poesias escritas sobre a “guerra” que marcou essa história, uma é cantada, composição de Leninho intitulada “Trincheiras, a Saga do Amparo” e a outra é contada, pois se trata de um folheto de cordel escrito por Joathan Marques⁴ chamado “A Guerra do Amparo” e conta esse episódio da seguinte maneira:

(...)
Enveredando em narração
De pesquisa precedida
Urge bem que se assente
A posição assumida
Por Bodocó e Amparo
Traçando um mapa bem claro

⁴ Bodocoense, militar reformado e cordelista.

E importância devida.

(...)

A área comercial

Do Amparo tinha vida

A farinha da Serra Branca

Ali mesmo era vendida

Água e pasto no local

Para gente e animal

Era muito concorrido

(...)

Muito importante é citar

Que bem próximo ao local

A cacimba da Simôa

Com sabor sem igual

De sua água abundante

Atrai nativo e andante

Com pouso natural

Favorecido afinal

Antes de sua vizinha

Amparo distava apenas

Cem braças da cacimbinha

Bodocó mais longe estava

O que lhe dificultava

Na escolha da farinha

Aí aumentou a rinha

Para acirrada disputa

Pois antes de Bodocó

Amparo comia a fruta

Por essa insatisfação

Pegaram armas de luta

(...)

Foi guerra em todos os sentidos

Com trincheira e valentias

Cangaceiros contratados

Lá de outras freguesias

Dois meses ela durou

Mas bala mesmo cantou

Durante uns doze dias.

(...)

Depois da guerra encerrada

Mas valentia e bravura

Cada lado apresentou

Hoje não resta inimigo

Aquele mal entendido

O vento mesmo levou.

(...)

Assim, com a feira em Bodocó pôde-se notar a transformação do local que com a venda da farinha houve sensível aumento do comércio o qual trouxe como consequências o crescimento populacional e urbano do lugar, fazendo com que o segundo distrito de Granito se tornasse a sede municipal (maio de 1924) e, logo em seguida, município, pois somente em junho de 1924 a sede municipal volta para Granito e Bodocó se torna emancipado com definição territorial e governo próprio.

Esse fato é conhecido e reconhecido pela memória e pela História do município e pode ser encontrada na edição de fevereiro de 1975 da Revista Região da Cidade do Crato-CE:

Ditando apenas 6 Kms da serra do Araripe, cuja produção de farinha de mandioca era enorme, as suas feiras começaram a atrair gente de fora, desenvolvendo cada vez mais a vila que, em número de prédios e habitantes, logo superou Granito, razão por que foi transferida a sede do município para Bodocó... (REGIÃO, fev. de 1975, p. 65).

Desde 1924 até os dias atuais muitas coisas aconteceram e, sem dúvidas, várias mudanças ocorreram com a cidade, as pessoas e a feira. Esta inicialmente acontecia em frente à Igreja de São Vicente, mudou-se para o entorno do mercado de farinha que havia no lugar onde ficava a Praça da Independência, hoje Praça José Gomes de Sá, e atualmente ocupa a maior parte do centro da cidade.

Não encontramos registros fotográficos do mercado de farinha, mas o Sr. José Leontino (06/03/13) nos mostra que por volta do fim da década de 1940 a feira se situava na atual praça José Gomes de Sá e:

...era um galpão [...] Deixa que era um galpão de madeira coberto com entrada. Não era de tijolo não e a feira era debaixo [...] lá tinha farinha, feijão... Bodocó era só a moquequinha assim, mas depois cresceu, né? Mas antes era só aquele quadro assim a feira toda ia

arredando assim as outras coisas e foi crescendo e hoje é meio mundo de coisa.

O antigo galpão mercado de farinha se tornou praça que foi reformada por duas vezes, mas nunca deixou de ser palco da feira:



Praça da Independência. Construída no lugar do galpão onde ocorria a feira.
Fonte: Arquivo Pessoal.



Praça José Gomes de Sá, antiga Praça da Independência, em dia de feira.
Fonte: Acervo Pessoal.

A urbanização da sede cresceu, mas também das vilas que compõem o município, porém a maior parte da população (63,5%)⁵ continua sendo rural com a organização em grupos sociais menores definidos pela vila ou povoado, pelo sítio que ocupa e pela sede

⁵ IBGE, senso demográfico de 2010.

municipal. Dessa forma encontramos falas como: “eu sou daqui mesmo da Várzea do Meio” (Francisco Pereira Sobrinho, 19/03/13), “não elas, não eram daqui não. Essas louceiras vem lá de Sipaúba” (José Leontino, 06/03/13), “ah! Eu sou daqui dos Carneiros, sou Osana dos Carneiros” (Osana Carneiro, 17/03/13).

Todas as localidades citadas pertencem ao município de Bodocó, mas nossos entrevistados se referem de maneira que, a princípio, entendemos não serem bodocoenses, mas a Várzea do Meio era uma agrovila que tornou-se bairro, Sipaúba é uma vila e os Carneiros é o nome do sítio em que mora dona Osana e foi moradia também de seus ancestrais. Porém, todos sabem que são bodocoenses e que seu lugar pertence à Bodocó e, embora, vivendo em espaços diferentes nossos colaboradores se encontram no espaço da feira realizada na sede municipal e nas características dos trabalhos que realizam e/ou das artes que praticam ou praticaram.

O que nos chama a atenção aqui é a intrínseca relação da população com a feira e desta com a história do lugar compondo um conjunto de memória, patrimônio e identidade. Assim, temos também uma memória histórica presente na população local que, tal qual como ocorre com a “Guerra do Amparo”, tornou-se marca histórica do município e, também, uma tradição oral por ter sido transmitido e retransmitido de “boca a ouvido” de geração a geração (BÂ, 2010, p.167). Essa história viva, presente e atuante no dia a dia da população, sem dúvidas deve ser, também escrita, para que possa ser discutida na escola.

Instigados, também por essa proposta que desenvolvemos a presente pesquisa para que a história oral conhecida através da evocação das memórias pudesse mostrar a participação popular e negra na história de Bodocó e que esta chegue ao sistema de ensino local possibilitando o reconhecimento do aluno enquanto parte da história do município através daquilo que seus ancestrais fizeram e vivenciaram.

O CAMINHO SE FAZ AO CAMINHAR.



3. O CAMINHO SE FAZ AO CAMINHAR.

Se avexe não
Toda caminhada começa
No primeiro passo
A natureza não tem pressa
Segue seu compasso
Inexoravelmente chega lá.
Se avexe não
Observe quem vai subindo a
ladeira
Seja princesa ou seja lavadeira
Pra ir mais alto vai ter que suar.
(Flávio José. A Natureza das
Coisas).

Propor-se um trabalho de pesquisa significa lançar-se nas inúmeras possibilidades que ele pode gerar e, para se conseguir lançar e desenvolver ao menos uma dessas possibilidades há que estar preparado para a investigação em fontes diversas, pois “para o avanço entre simples e complexo seria bom que fontes diversas de pesquisa fossem incorporadas e utilizadas na procura da interpretação da pesquisa” (CUNHA Jr., 2006, p. 02). Essa diversidade de fontes traz um melhor entendimento do universo pesquisado, assim como facilita a elaboração de análises e sua posterior exposição escrita. Dessa forma no desenvolvimento da presente proposta procuramos e analisamos fontes diversas como: revisão de bibliografias referentes à história da educação brasileira, à propostas educacionais que visam a valorização das nossas referências africanas e afrodescendentes, à história bodocoense, etc. Materiais como fotografias, documentos e objetos.

Porém, a fonte mais utilizada se encontra na memória uma vez que aqui tratamos de uma história que os meios oficiais esqueceram de registrar e que está contida na lembrança daqueles que viveram ou ouviram a vivência de outros e a guardaram na sua memória como parte de sua história, receberam a memória como tradição oral. Dessa forma, para o desenvolvimento da pesquisa aqui proposta foram entrevistados aqueles que participaram e participam do evento da feira de maneira direta ou indireta como os feirantes, os frequentadores da feira, os artesãos e trabalhadores rurais que produziam para levar seu trabalho até a feira com o intuito de comercializá-los, em fim, pessoas

que trazem em sua memória as lembranças desse evento e que ainda o vivam na atualidade ainda que no ato constante de refazer o passado a partir do lembrar.

Para a evocação da memória utilizamos o método da História Oral que “junto aos segmentos populares resgata um nível de historicidade que comumente era conhecida através da versão dos meios oficiais” (MONTENEGRO, 1992, p.16). Assim, buscamos as lembranças através de entrevistas onde o entrevistado faz sua viagem ao passado e reconta a história, uma vez que “através da oralidade a palavra é o elemento produtor da história, é o elemento formador da essência da comunidade...” (CUNHA Jr., 2009, p. 09) assim como “tem o poder de reestruturar o passado, manter a ancestralidade e sacralizar as ações humanas” (DOMINGOS, 2011, p. 161).

Aqui há a necessidade de se alargar o fazer do pesquisador, pois apesar de a História Oral nos possibilitar métodos de busca e análise das fontes ela é enriquecida pela possibilidade de trabalhar com a ancestralidade, uma vez que a oralidade será utilizada através da memória, onde a mesma aparece como detentora do conteúdo, da história do lugar (CUNHA Jr., 2006), pois a “ancestralidade representa, também, a preservação de costumes, está referida aos conceitos de tradição, de fundamento da sociedade e de origem.” (CUNHA Jr., 2009) onde “cada palavra proferida é única [...] comunica de boca à orelha a experiência de uma geração à outra, transmite o *àsé*⁶ concentrado dos antepassados a gerações do presente” (SANTOS, 1988, p. 46, *apud* MARTINS, 1997, p. 147).

Assim, navegando pela memória com os cuidados e métodos da História Oral “fertilizando o parentesco entre os presentes e os antepassados” (MARTINS, 1997, p. 146) a pesquisa segue em uma diversidade de fontes, relacionando-as às referências teóricas que norteiam as análises e abordagens que se desenvolveram para a melhor realização deste trabalho que vem propor uma história revisitada onde as africanidades e afrodescendências presentes nas manifestações culturais das feiras do município de Bodocó sejam notadas e possam ser contempladas nas escolas bodocoenses como uma

⁶ Permite os objetos funcionarem e adquirirem todo o seu pleno significado. *Àsé*, que impulsionam a prática litúrgica, realimentando todo o sistema, mantendo-o ativo e constantemente atuante e mobilizado. O conteúdo mais importante do ‘terreiro’ é o *Àsé* manifestado enquanto ‘força que assegura a dinâmica da vida, que permite o acontecer e o devir’. O *Àsé* é uma força, acumulável, contida por matérias e elementos simbólicos, força que só pode ser adquirida pela introjeção ou contato, podendo ser transmitida, através de procedimentos apropriados. ‘Todo objeto, ser ou lugar consagrado só o é através da aquisição de *Àsé* (SODRÉ, p. 141-142 *apud* DOMINGOS, 2011).

das formas de se implantar a lei 10.639/03 e, mais que possam ser reconhecidas e valorizadas no outro, no eu e no nós, no passado, no presente e na construção do futuro

3.1. História Oral e Memória.

Por volta dos anos 60 do século XX a memória passou a ser encarada de modo diferente pelas ciências humanas e sociais, mais especificamente pela História. A partir da chamada “Nova História”, com a História Oral, percebeu-se a importância da memória como fonte histórica. São perceptíveis as transformações ocorridas no fazer histórico a partir da Nova História, pois ela ampliou os objetos de estudo bem como as fontes históricas. Há, porém quem a critique e faça oposição, mas não se pode negar que o alargamento das possibilidades de fontes, questionando a documentação tradicional e apontando novos tipos de fontes, entre elas a oral foi, sem dúvidas, um grande feito. A História Oral vem nos oferecer a possibilidade de trabalho com os depoimentos a partir da evocação da memória, por isso veio à cena das discussões, análises e estudos sobre essa nova fonte histórica que inspira certa desconfiança em muitos por consequência de seu caráter subjetivo que a coloca à mercê das incertezas, das ações da imaginação, construção ou desconstrução, seletividade, etc.

Porém a memória é uma fonte histórica que merece o mesmo grau de confiabilidade que qualquer outra, afinal documentos escritos também podem estar sujeitos a interpretações e a subjetividade de quem escreveu e de quem lê e interpreta. Nas discussões sobre memória que seguem poder-se-á perceber como o método da história oral e a memória como fonte histórica possibilitam o desenvolvimento de pesquisas que resultam em trabalhos ricos e prazerosos.

Jaques Le Goff coloca, em seu trabalho intitulado “História e Memória”, um conceito bem imediato de memória de maneira enfática e clara:

a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas,

graças às quais o homem pode atualizar informações passadas, ou que ele representa como passadas (1996, p. 423).

Aqui percebe-se a memória como uma habilidade, da qual o ser humano é dotado, de guardar informações e, dessa forma, o guardar informações torna-se, também, um conservar o passado e a história.

Mas evocar a memória não é tarefa fácil, pois ela não é um mero baú onde se guardam lembranças e lá elas ficam intactas; onde o passado se instala e pode ser evocado e revisto tal como lá se pôs. Há que se perceber as peripécias da memória, que adquirir conhecimento acerca do assunto, das análises sobre o mesmo e, sobretudo, de cuidados como a forma com a qual foi construída e com suas características que vêm junto com o conteúdo exposto ao evocar a memória. Assim é interessante conhecer o conteúdo de uma conferência de Michael Pollak para o CPDOC onde ele coloca exatamente os elementos constituintes da memória e suas características. Segundo ele, a memória é constituída pelos acontecimentos vividos pessoalmente e pelos acontecimentos “vividos por tabela”, ou seja, pelo grupo ao qual a pessoa que lembra faz parte. Isso porque há a transmissão dos acontecimentos vividos pela coletividade e mesmo não tendo participado ficam de tal maneira no imaginário que se torna quase impossível da pessoa distinguir se participou ou não. “Além desses acontecimentos, a memória é constituída por pessoas, personagens” (POLLAK, 1992, p. 201-202) encontrados no decorrer da vida ou que são conhecidos pela memória coletiva, pois nem sempre é necessário conhecê-los pessoalmente, mas ter conhecimento, lembrança, de suas ideias, ações ou de suas vidas. Por último temos os lugares ligados às lembranças individuais – que podem ou não estar ligados a um tempo cronológico – ou às lembranças públicas onde encontraremos lugares de comemorações, monumentos, etc..

Esse terceiro item apontado por Michel Pollak (1992) como constitutivo da memória – os lugares – é, também, discutido por Pierre Nora (1993) que atribui a eles o sentido de “resto”. Resto esse que chama a população à uma memória – história – que parece não interessar por consequência da imediatização, da aceleração da vida social contemporânea.

Os lugares de memória são, antes de tudo restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa uma história que a chama, por que ela a ignora... pela vontade de uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. Valorizando, por natureza, mais o novo do que o antigo, mais o jovem do que o velho, mais o futuro do que o passado (NORA, 1993, p. 76).

Mas a memória está ligada aos lugares de maneira que o vivenciado ocorreu em algum lugar e sempre que for lembrado tenderá a ser relacionado ao mesmo. As sociedades agrupam-se em lugares e, portanto, relacionam suas memórias, lembranças aos lugares onde vivem, vivenciaram, um fato ou receberam a memória através da tradição oral, ou ainda como diz Pollak (1992), dos acontecimentos “vividos por tabela”.

A memória é caracterizada, a princípio, pela seletividade, pois nem tudo fica gravado ou registrado uma vez que há a preocupação em guardar aquilo que lhe é importante e descartar o que não teve uma importância notória. “A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento” (POLLAK, 1992, p. 203). Também influem na elaboração e reelaboração da memória e, por tanto, selecionam as lembranças. Além disso, a memória é um fenômeno construído. Essa construção pode ser consciente ou inconsciente e é dotada de uma organização realizada “em função das preocupações pessoais e políticas do momento” (*Idem. Ibidem*, p. 204).

Ecléa Bosi (1994), em seu trabalho “Memória e Sociedade”, faz uma discussão interessante acerca da seletividade da memória onde chama vários autores, entre eles Halbwachs (1990). Discutindo com esse autor é colocada a questão do refazer da memória e não reviver; a memória quando evocada refaz o passado a partir do presente e, por isso, não há o reviver o passado tal qual ele ocorreu. Sendo assim “Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. (...) deve-se duvidar da sobrevivência do passado, ‘tal como foi?...’” (BOSI, 1994, p. 55).

Para exemplificar a impossibilidade de reviver o passado Bosi (1994) coloca a questão da releitura de um livro. Quando alguém lê um livro que já foi lido em outra ocasião

observa a história, o conteúdo, a partir de um posicionamento diferente, pois suas concepções e ideias não são as mesmas, ou iguais. O livro será relido com impressões, observações e análises do presente e, por isso, de forma diferente assim como ocorre com a memória.

O ato de “memorizar” e de recordar está diretamente ligado a cultura do indivíduo que memoriza e lembra. A memória guarda os fatos que são selecionados como importante com base nas concepções culturais e ideológicas e ao lembrar estará colocando o seu conteúdo, também, com base nessas concepções: “... a matéria-prima da recordação não aflora em estado puro na linguagem do falante que lembra; ela é tratada, às vezes estilizada, pelo ponto de vista cultural e ideológico do grupo em que o sujeito está” (BOSI, 1994, p. 64).

É necessário conhecer também as projeções da memória. Esse assunto é tratado por Pollak (1994) onde ele, ao concluir suas exposições sobre os elementos constituintes da memória, coloca que:

... esses três critérios, acontecimentos, personagens e lugares, conhecidos direta ou indiretamente, podem obviamente dizer respeito a acontecimentos, personagens e lugares reais, empiricamente em fatos concretos. Mas podem se tratar também da projeção de outros eventos (POLLAK, 1994, p. 203).

A lembrança exposta pode estar colocando, projetando, personagens de um outro lugar e de outro acontecimento na memória que está sendo evocada. As transferências, ou projeções, podem ocorrer confundindo lugares, personagens ou acontecimentos. Pollak (1994) exemplifica colocando a questão das guerras mundiais na França onde, em alguns lugares, os mortos da Segunda Guerra foram assimilados aos da Primeira, por consequência desta ter sido mais violenta, ter deixado mais mortos; e em outros lugares as duas guerras tornaram-se uma só “uma grande guerra”. Assim é necessário atentar para os fenômenos da memória.

Analisando os estudos sobre memória não é difícil encontrar dois “tipos” de memória: a coletiva e a individual onde, na concepção de Halbwachs (1990), a primeira é a base do ato de guardar e de lembrar. Aqui se observa que cada indivíduo é dotado de memória individual onde busca, primeiramente, lembrar de fatos, lugares, personagens, passados tendo um parecer ou um ponto de vista diferenciado e, por tanto, lembrará de forma diferenciada. A memória individual é a lembrança que apenas uma pessoa guarda, isto é, a recordação de uma experiência ou de um ato testemunhado só e que não foi socializado, contado a outras pessoas, ou vivido coletivamente, mas observado e “memorizado” a partir de um ponto de vista particular, individual.

A segunda (coletiva) consiste em uma lembrança de algo vivido ou testemunhado por várias pessoas em seu convívio social. Pode ser também uma experiência vivida só, ou seja, desacompanhado, mas com o auxílio ou a presença da memória de outros como, por exemplo, alguém que lê um livro sozinho. Ele está desacompanhado de uma pessoa física, mas está em contato com a memória do autor do trabalho lido. É a memória dos acontecimentos sociais, do grupo, que os indivíduos guardam, mas ainda com o caráter individual que provoca a diferenciação no lembrar, mas mantendo sempre pontos comuns. Essa diferenciação no modo de lembrar está na forma que a lembrança foi adquirida, ou melhor, como o indivíduo vivenciou a experiência coletiva. Essas duas memórias precisam uma da outra e estão em constante relacionamento, pois a memória coletiva é entendida por Halbwachs como versão acordada pelo grupo sobre um passado comum. Em suas palavras coloca que:

... Se a memória coletiva tira sua força e sua duração o fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo [...] Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que esse ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo... Todavia quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influências que são todas de natureza social (HALBWACHS, 1990, p. 51).

Dessa forma pode-se perceber que a individualidade parte do coletivo, onde o autor coloca que os acontecimentos vividos coletivamente são melhor lembrados e que é necessário o contato com o grupo com o qual houve a vivência em comum. O lembrar é facilitado pelo viver em coletividade e quando há a separação de um grupo que viveu coisas juntos fica mais próximo a tendência do esquecimento das coisas vividas, pois juntamente com o convívio a reconstrução da memória é impossibilitada. E, ao mesmo tempo, percebe-se que a memória individual é parte constitutiva da coletiva e que é o indivíduo que lembra mesmo em coletividade.

Vale salientar, ainda, que a concepção de memória histórica para o autor em discussão está ligada à concepção de memória coletiva, pois para ele a memória coletiva traz os acontecimentos sociais e, portanto, históricos, assim ele coloca que há dois tipos de memória onde “uma memória pessoal, a outra social. Diríamos mais exatamente ainda: memória autobiográfica e memória histórica” (HALBWACHS, 1990, p. 55).

Faz-se necessária aqui uma atenção sobre o conceito de memória coletiva utilizado para a realização deste trabalho. Observação esta que consiste em colocar que não nos detivemos a determinação de memória coletiva de Halbwachs (1990), este conceito, por sua vez, foi mais abrangente podendo ser denominado de memória social.

Essa abordagem foi necessária devido o conceito positivista de Halbwachs, imbuído pelo organicismo durkheimiano que reduz a memória coletiva a um banco de dados que exclui a subjetividade humana “e que faz do indivíduo uma espécie de autômato, passivamente obediente à vontade coletiva interiorizada” (FENTRESS e WICKAM, 1994, p. 07). Enquanto que a memória social tenta quebrar a polaridade entre memória individual e coletiva dando espaço para a análise da subjetividade do lembrador.

Fernando Cartroga (2001) questiona o conceito de memória coletiva de Halbwachs perguntando:

Porém, será pertinente falar-se de ‘memória colectiva’? Não será este conceito filho de uma ilusão holística, de caríz antropomórfico e antropopático, incompatível com a crescente reivindicação da subjetividade e com a atual desmistificação da auto-suficiência e autonomia das totalidades sociais? (CARTROGA, 2001, p. 44).

E em algumas linhas depois escreve sobre a subjetividade existente na memória colocando que:

[...] Não se pode negar que a tradução subjectiva da ‘anamnesis’⁷, se dá dentro de quadros sociais, interiorizados a partir do ‘topos’ histórico do próprio evocador, (...). Daí o diálogo que os indivíduos mantêm, dentro de um processo socializador, com os valores da (s) sociedade (s) e grupo (s) em que se situam, e o modo como, à luz do seu passado, organizam o seu percurso como projecto (*Idem. Ibidem.* p. 46).

Dessa forma, ou seja, levando em consideração as colocações de Cartroga (2001), e de outros autores, viu-se necessário ampliar o conceito de memória para que fosse dispensada a devida atenção na análise das memórias evocadas para a construção deste trabalho, que não pretende desenvolver uma discussão profunda sobre memória, mas precisa estar atento a ela. Assim, falar-se-á de uma memória social e não coletiva. Essa escolha se deu pela necessidade de notar e de dar a devida importância a subjetividade que existe na memória sem lhe tirar o carácter social, pois “não se pode negar que a tradução subjectiva da anamnesis se dá dentro de ‘quadros sociais’, interiorizados a partir do topos histórico do próprio evocador” (CARTROGA, 2001, p. 46).

É necessário ainda observarmos que a memória coletiva está presa a um determinado grupo e ela não ultrapassa os limites do mesmo, existindo apenas enquanto o grupo existe. Cartroga (2001) trabalha bem a questão social da memória discutindo a vivência e o “diálogo que os indivíduos mantêm dentro do processo socializador” onde os costumes, tradições e valores da sociedade ou do grupo ao qual o indivíduo pertence estarão, de certa forma, presentes na memória. Assim, ao conviver com um determinado grupo o indivíduo guarda em sua memória as características sociais, de trabalho, convivência, relacionamento, em fim, guarda a história do grupo que o

⁷ Anamnesis é a capacidade que a memória tem de trazer à tona circunstâncias passadas “fixadas” na memória diante de certas incitações voluntárias ou involuntárias, ou seja, a habilidade de recordar.

historiador irá evocar, submeter à análise própria desse pesquisador e “transferi-la” para a História.

É, também, importante observar nos trabalhos de Cartroga (2001) colocações sobre a seletividade e a possível evocação imaginária da memória. É sabido, e já foi discutido com Pollak (1994), que a memória é seletiva e que, por isso, cada indivíduo memoriza, guarda, aquilo que lhe foi útil, notório, que teve e tem importância, assim a memória “nunca poderá ser um mero registro, pois é uma representação afectiva” e, por isso, seletiva (CARTROGA, 2001, p. 46).

Sobre a questão memória e imaginação Cartroga (2001) coloca que ambas são produtos subjetivistas e evocam “objecto ausente”, porém há um diferencial entre elas que é crucial para entender a memória como fonte histórica e não como fonte pura e simplesmente fictícia. Esse diferencial está na referencialidade, pois “enquanto que a representação pode ter, ou não, referencialidade, o ato de recordar aceita subordinar-se ao princípio da realidade” (*Idem. Ibidem.* p. 47).

É preciso estar atento a essas “fugidas” ou “escapadas” da memória, pois em uma evocação às lembranças podem vir junto a essas produções imaginárias, fictícias daquilo que não aconteceu, mas que o narrador – lembrador – gostaria que tivesse acontecido. Mas como Cartroga (2001) coloca é possível ficar atento às referências da realidade na narração da lembrança, pois “que as evocações se conjuguem no tempo passado (anterioridade) e mobilizem documentos de verificação, tendo em vista garantir a fidelidade do narrado” (*Idem. Ibidem.*). Portanto, a possível colocação do fruto da imaginação nas narrações de lembranças são detectáveis e isso não faz da memória uma fonte histórica aquém dos documentos oficiais que podem, também, trazer deturpações, fruto da imaginação ou manipulação de outros.

Trabalhar com a memória é, sem dúvidas, um grande desafio que deve ser encarado com bastante atenção às peripécias do ato de lembrar, recordar, evocar a memória. E esse evocar é importante e interessante para se observar e conhecer a visão de segmentos populares sobre o trabalho, a sociedade, em fim o mundo a sua volta. A história oral, que se propõe a construção de trabalhos históricos tendo como fonte a memória (oralidade) promove um alargamento na visão histórica uma vez que “o trabalho da história oral junto aos segmentos populares resgata um nível de historicidade que comumente era conhecida através da versão dos meios oficiais”

(MONTENEGRO, 1992, p. 16). Meios esses que em sua grande maioria desconsiderou os segmentos populares e, por isso, não traz novas e diferentes visões históricas. Aliás, ficaria muito difícil ou até impossível desenvolver um trabalho como este sem consultar a memória de pessoas simples, ou de segmentos populares como coloca Montenegro, pois os documentos – fontes oficiais – não transmitiriam com presteza ou realmente não transmitiriam aquilo que se pretendeu verificar.

3.2 Memória: lugar, identidade e patrimônio.

Assim, um universo simbólico ordena a história e localiza todos os acontecimentos coletivos numa unidade coerente, que inclui o passado, o presente e o futuro. Com relação ao passado, estabelece-se uma memória afro-brasileira... (JOAQUIM, 2001, P. 39).

Além de personagens e de acontecimentos a memória é composta por lugares – como já foi colocado. Quando a memória procura um acontecimento ou um personagem nas lembranças, na maioria das vezes, procura também o lugar. Lugar onde foi vivenciado um momento importante, onde se presenciou algo marcante. “A memória pendura-se em lugares, como a história em acontecimentos” já disse Pierre Nora (1993) que fez uma bela discussão sobre os lugares de memória.

Nora coloca que lugar de memória deve ser simultaneamente:

Material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número uma maioria que deles não participou (NORA, 1993, p. 83).

Assim, entende-se por lugar de memória o espaço material que conserva, através do simbolismo atribuído pela pessoa que lembra, as lembranças de um acontecimento e que, através desse conservar proporciona a rememoração do acontecido e sua transmissão.

Os acontecimentos marcados na memória são intimamente ligados aos lugares. Existem vãos, cômodos, da casa que recebem uma dose de afeto maior por fazer lembrar acontecimentos bons e que dão vontade de revivê-los e, por isso, são relembrados; já há outros lugares que são evitados por provocarem más recordações. Bosi (1994) ao realizar seu estudo sobre memória identifica nos depoimentos de seus entrevistados as ligações afetivas e de memória com os lugares ou com os “espaços da memória”. Quanto à relação de afetividade e de memória com os lugares pode-se colocar um trecho de seu trabalho onde ela fala sobre a mudança, sobre o mudar de lugar em que “tudo é tão penetrado de afetos, móveis, cantos, portas e desvãos, que mudar é perder uma parte de si mesmo; é deixar para traz lembranças que precisam desse ambiente para reviver” (BOSI, 1994, p. 436).

Mas os lugares têm o papel de manter acesa a memória, de fazer com que o ato de recordar seja mais fácil e espontâneo. Quem nunca foi surpreendido por uma lembrança ao passar por um determinado lugar? Assim como há espaços revistos através da lembrança há lembranças que precisam de um espaço para serem recordadas, ou mantidas na memória. Esse espaço não tem que ser necessariamente o lar, a casa, pode ser o lugar onde se costumava ir quando era criança ou jovem, o lugar onde trabalhou durante vários anos, ou que simplesmente marcou com uma lembrança profunda e significativa.

Além dos lugares a memória procura se apoiar também nos objetos. Existem objetos passageiros, “protocolares”, na vida e na memória das pessoas, mas também existem aqueles que trazem consigo as marcas do tempo que simbolizam lembranças de momentos, tempos vividos.

Os objetos protocolares são os objetos que a moda valoriza, não se enraízam nos interiores, têm garantia por um ano, não envelhecem com o dono, mas se deterioram. Só o objeto biográfico permanece com o usuário e é insubstituível (BOSI, 1994, p. 441).

Os objetos são grandes símbolos de memória, eles são guardados para manterem vivas as recordações de um tempo, as fotografias são um grande exemplo disso, mas temos também as caixinhas de música, um móvel, ou ainda aquele velho selote pendurado na parede que lembra um tempo de longos períodos de montaria. Cada indivíduo tem uma identidade, uma forma de ver o mundo, de encarar a vida e uma experiência própria, por isso os objetos que guarda são relacionados à si, à seu modo de viver, de ver, etc. Assim “mais que um sentimento estético ou de utilidade, os objetos nos dão um assentimento à nossa posição no mundo, à nossa identidade”(*Idem. Ibidem*) e, por isso, eles marcam os gostos, as preferências de um indivíduo, podem, de certa forma, caracterizar e identificá-lo.

Lugares e objetos são itens materiais carregados do subjetivo, da memória e da identidade. Ambos – lugares e objetos – guardam lembranças que trazem à tona vínculos com o grupo social o qual o indivíduo faz parte; vínculos que o identificam como sendo desse ou daquele grupo, desse ou daquele lugar. Lembranças que podem transparecer como foi sendo edificada e desenvolvida a identidade social.

A identidade individual e coletiva tem suas bases ou pontos de referência em conhecimentos vividos pessoalmente e em ensinamentos, na tradição de um grupo, etc. Esses itens são encontrados na memória. É ela que guarda as diretrizes de organização e de aceitação de um grupo social. Um indivíduo para ser aceito em um determinado grupo deve seguir suas diretrizes uma vez que faz parte dele, passa a adquirir suas características o que o identifica para ele mesmo e para os outros.

A construção da identidade a partir de saberes da cultura vivida se dá a partir dos antecedentes históricos de um indivíduo, ou seja, além de ser constituída por meio de negociação para adquirir a aceitação do outro a identidade tem como base o conteúdo da memória do indivíduo que lhe proporciona o “sentimento de continuidade e de coerência”. Dessa forma são as características adquiridas a partir da vivência que estão

guardadas na memória e que marcam a identidade do indivíduo e são negociadas para aceitação do outro. Há, também, que se perceber a importância da memória para a identidade do velho, pois nesse momento da velhice ele identifica-se com grupos sociais e tem seu sentimento de identidade individual a partir da memória. É recordando o passado que ele se identifica a um grupo de amigos na juventude, com o grupo do trabalho, etc. É recordando o passado que ele lembra como chegou onde está, isto é, que acontecimentos foram vividos e de que forma foram vistos, analisados, tratados para formarem a pessoa com a identidade do momento (POLLAK, 1992).

A memória dos acontecimentos ocorridos em um determinado grupo pode ser um forte fator de identidade. O indivíduo ao viver diretamente ou indiretamente um dado acontecimento tende a ligar-se, a identificar-se com o outro que também o viveu. “Podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação” (*Idem. Ibidem.* p. 201).

Os indivíduos de um grupo social têm suas memórias e contam suas histórias, geralmente, de forma coesa e coerente por resultado da convivência, da identificação que existe entre eles. Isso é colocado de forma interessante por Ecléa Bosi (1994) quando ela escreve que:

Quando um grupo trabalha intensamente em conjunto, há uma tendência de criar esquemas coerentes de narração e de interpretação dos fatos, verdadeiros ‘universos de discurso’, ‘universos de significado’, que dão ao material de base uma forma histórica própria, uma versão consagrada dos acontecimentos (BOSI, 1994, p. 67).

Essa forma própria e consagrada de se transmitir os acontecimentos tem um papel muito importante no processo de construção identitária e, assim, há que se realizar a preservação e a transmissão da memória para que se mantenha a identidade preservada. Que estão vivas nas lembranças dos velhos e que nem sempre são valorizadas, nem

sempre recebem sua real importância devido a essa organização social que valoriza o novo o efêmero esquecendo a importância vital do velho e de suas lembranças para a continuidade da memória e da identidade social.

A identidade, enquanto conjunto de características provenientes de relações sociais, políticas, culturais, econômicas, religiosas, etc., se apoia nas memórias vividas e contadas, mas também no patrimônio cultural material e imaterial deixado pelos ancestrais ao longo de suas histórias e nós herdamos pela vivência, convivência e acaba fazendo parte de nossa memória. Assim, nossas memórias nos ajudam a construir a visão que temos de nós mesmo, nossa identidade e a enxergarmos o papel que desempenhamos nas relações sociais. Ou como coloca Sodré (1999, p. 35):

Identidade é algo implícito em qualquer representação que fazemos de nós mesmos. Na prática, é aquilo que nos lembramos (memória). Essa representação feita por nós de nós mesmos com base no que lembramos, determina a definição que nos damos e o lugar que ocupamos dentro de um certo sistema de relações. [...] A identidade impõe-se tradicionalmente algo que se predica (como representação) a um sujeito, como uma propriedade ou um atributo do ser.

Entendemos como patrimônio cultural tudo aquilo produzido e deixado por um determinado grupo social, em tempo e espaço determinados como resultado dos conhecimentos adquiridos através de ensinamentos e experiências. Para melhor ilustrar o conceito trazemos a definição de Lemos (1987, p. 08) colocada por Miranda (2009, p. 145):

O artefato, objeto, edifício ou paisagem produzida pelo homem, ou a técnica e as tradições [nesse caso patrimônio imaterial], recebido como herança de gerações anteriores e que apresente excepcional valor histórico, artístico, científico ou arqueológico.

Percebemos que falar sobre patrimônio não é tarefa simples visto que há diversas maneiras de percebê-lo. Não é nossa intenção fazer uma discussão sobre o assunto, mas interessante sabermos que segundo Lemos (2006, p. 08) o Patrimônio Cultural é “dividido em três grandes categorias de elementos [...] os elementos pertencentes à natureza, ao meio ambiente”, em seguida aqueles que se referem aos conhecimentos e técnicas que “são os elementos não tangíveis do patrimônio cultural” (p. 09) e por último “os chamados bens culturais que englobam toda sorte de coisas, objetos, artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer” (p. 10).

Historicamente, segundo Santos (2001) a palavra patrimônio faz referência à herança, memória ou sagrado, mas somente no século XVII surge a ideia de patrimônio comum ao grupo, enquanto identificador do mesmo e de sua identidade e, dessa forma “a noção de patrimônio se inseriu no projeto mais amplo de construção de uma identidade nacional, e passou a servir ao processo de consolidação dos estados-nação modernos” (FONSECA, 1997, p. 59. Apud. Santos, 2001).

Dessa forma percebemos que durante muitos anos a discussão acerca do patrimônio a ser salvaguardado ficou restrita às relações com o positivismo histórico e, dessa forma era considerado como tal aquilo que estivesse atrelado à história dita oficial. A ampliação do conceito de patrimônio veio a partir da segunda metade do século XX onde outros elementos puderam ser intitulados enquanto patrimônio, estudados e preservados.

Para melhor compreendermos podemos recorrer às palavras de Sandra Pelegrini (2007, p. 08) quando ela coloca que:

Se até meados do século XX, a preservação estabeleceu uma relação intrínseca com a “memória histórica” e a “memória oficial”, inegavelmente nas décadas finais deste milênio, os confrontos entre os sujeitos e as forças sociais hegemônicas também ecoaram no âmbito da proteção e do reconhecimento de bens culturais de diversas naturezas.

Notamos então que artefatos culturais que não estão contemplados na História Oficial passam a ser também entendidos como patrimônio e que houve “significativa ampliação desse conceito, outrora restrito aos bens de cal e pedra ou às obras excepcionais da humanidade quase sempre vinculada às expressões de poder” (PELEGRINI, 2007, p. 08).

Aqui Pelegrini (2007) está em consonância com Borges (2011), pois ambas concordam que houve uma ampliação conceitual onde:

Hoje é grande o consenso de que a expressão física dos objetos preservados em museus, arquivos e outros espaços similares não esgota o atual conceito de patrimônio cultural. Este também inclui o saber-fazer, os procedimentos técnicos, os modos de vida, as tradições orais, as línguas, a medicina tradicional, os recursos naturais, assim como as festas, os ritos, as manifestações musicais e cênicas de uma dada sociedade (BORGES, 2011, p. 02).

Não nos cabe aqui realizar uma longa discussão acerca do assunto, mas apenas demonstrar que a discussão acerca dessa temática vem às voltas de opiniões e conceituações diversas que ao longo do tempo foi sendo rediscutido e ampliado o que corroborou para que houvesse a “retomada de tradições e identidades das minorias excluídas do rol dos bens culturais tomados como monumentos exemplares dos patrimônios históricos...” (PELEGRINI, 2007, p. 09).

Concordamos com a autora supracitada quando coloca que “entendemos o patrimônio cultural como, *locus* privilegiado onde as memórias e as identidades adquirem materialidade (*Idem. Ibidem*). Nesse sentido podemos dizer que “patrimônio cultural é tudo que está implícito no território, é resultado da apreensão dos conhecimentos locais” que traz “valorização da história individual e coletiva” (BARRETO, 2012, p. 69). Há, porém a necessidade de especificarmos o patrimônio imaterial parte de fundamental importância na memória e para a identidade de um grupo social. A esse respeito a

UNESCO (Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura) coloca que:

Entende-se por patrimônio cultural imaterial as práticas, representações, expressões conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (UNESCO, 2003, p. 03).

Percebemos, então que o patrimônio cultural seja material ou imaterial é uma construção de determinado grupo social deixado como herança para futuras gerações. Nesse sentido é constituinte da memória tendo espaço e tempo definidos, mas também constitui o sentimento de pertença e, conseqüentemente de identidade, pois gera marcas históricas que caracterizam o grupo com seus significados, subjetividades e práticas.

Ainda precisamos observar que esse patrimônio, assim como a memória, não é estático. Os saberes, símbolos e signos são ressignificados por aqueles que recebem a herança, mas apesar da reelaboração mantém uma essência que conserva a identidade.

Esse patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriada pelas comunidades e pelos grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade [...] (UNESCO, 2003, p. 03).

As práticas, artefatos, crenças, valores e demais elementos que compõem o universo patrimonial de uma comunidade traz o sentimento de identidade do grupo social uma vez que:

A identidade social corresponde à conotação positiva de atribuição que o indivíduo dá ao grupo, cuja partilha da tradição e dos valores lhe proporciona uma certa satisfação como grupo de referência [...] a identidade social e o autoconhecimento de um indivíduo derivam do conhecimento advindo da pertinência a um ou mais grupos sociais, como o candomblé por exemplo, juntamente com o significado emocional e o valor associado a esta pertinência (JOAQUIM, 2001, p. 51).

E, entendendo o patrimônio cultural como elementos guardados na memória e em lugares de memória, transmitido pela oralidade e constituinte da identidade do grupo afirmamos que está ligado à ancestralidade, pois os ancestrais são aqueles que nos deixaram como herança o fruto de seus feitos e nos transmitiram através da tradição oral e de ensinamentos seus conhecimentos técnicos, valores, mitos, ritos, etc. Esse conjunto de elementos hoje composto por traços africanos ressignificados no Brasil faz parte da identidade afrodescendente.

Esta pode ser entendida como consequência de relações sociais em território e tempo determinados que tenha como base elementos culturais africanos ressignificados fora da África. No nosso caso falamos da identidade afro-brasileira, onde negros e negras descendentes de africanos reconstruíram suas relações sociais e culturais no Brasil dando origem a cultura e a identidade afrodescendente. Certamente haverá aí elementos culturais de outros povos e lugares, mas essencialmente as marcas cultural e identitária se fazem a partir daqueles vindos dos ancestrais africanos.

Recorremos às palavras de BARRETO (2012, p. 69) para melhor ilustrar o que queremos colocar, onde podemos notar que:

A identidade afrodescendente, é a que se constrói entre as pessoas negras em seus territórios, a partir das ressignificações da cultura de base africana, histórias músicas, memórias, festas e fazeres cotidianos. Tem uma origem comum na cultura de base africana, num território de maioria negra que resulta num sentimento de pertencimento.

Essa relação de identidade também está presente nas manifestações culturais expostas na feira e na manifestação cultural que é a feira nas cidades do interior do Nordeste. Lá percebemos a “cultura como expressão de singularidade de um grupo” (SODRÉ, 1999, p. 124), pois “as feiras parte da memória e cultura, a identidade e podemos até dizer a alma da cidade” (MIRANDA, 2009, p. 40). Lá em meio ao comércio encontramos a memória e a identidade do grupo envolvido nos artefatos que são produzidos e destinados ao comércio, na organização do espaço, nas expressões populares etc.

Como mostraremos adiante as africanidades e afrodescendências estão presentes na feira de Bodocó e, por tanto, em meio às manifestações culturais que lá estão encontramos as memórias e a identidade afrodescendente no município uma vez que “com o tempo a feira, espaço de sociabilidade, tornou-se referência na formação da identidade cultural do povo” (*Idem. Ibidem*, p. 47). Identidade transmitida “de boca à orelha” através da oralidade pelos ancestrais às novas gerações a partir da manutenção da memória cultural que coaduna as pessoas de diversas partes município de Bodocó na feira que acaba se constituindo numa exposição das manifestações culturais locais e, conseqüentemente das afrodescendentes.

3.3. Conversando sobre cultura.

Só se pode propriamente respeitar a diversidade cultural se se entender a inserção dessas culturas particulares na história mundial (SANTOS, 2006, p. 16).

Ao falarmos sobre as feiras nos propomos a discutir uma manifestação cultural típica do interior nordestino onde encontramos outros e diversos elementos que constituem os traços culturais de um lugar, pois “são uma das mais importantes manifestações de uma cultura regional” (MIRANDA, 2009, p. 141). Dessa forma ao longo deste trabalho a cultura é algo presente e recorrente, o que traz a necessidade de tecermos uma discussão

a esse respeito na tentativa de compreendermos melhor esse conceito tão complexo e polêmico que vem gerando debates e divergências ao longo da história.

Essas divergências se apresentam quanto ao que vem a ser cultura, mas também em relação ao seu surgimento uma vez que “Claude Lévi-Strauss, o mais destacado antropólogo francês, considera que a cultura surgiu no momento em que o homem convencionou a primeira regra” (LARAIA, 1999, p. 56) e para White (2009) a passagem entre o estado animal para o humano se deu a partir da capacidade do homem gerar símbolos uma vez que “só o homem, entre todas as espécies, tem uma capacidade a que [...] chamaremos que capacidade de simbologizar” (WHITE, 2009, p. 09).

Porém, entre as diferenças há um ponto em comum quando se trata da ligação entre homem e cultura, ou seja, ao afirmar que o ser humano, diferentemente dos demais animais, é cultural e que a cultura surge com o seu desenvolvimento como colocado acima, apesar das divergências. Mas, não é de se surpreender o fato de esse tema gerar tantas discussões, pois sendo a cultura inerente ao homem, ser criativo e criador, temos aí uma vasta diversidade a ser observada uma vez que:

A cultura humana não é homogênea. É tremendamente variada, e essas variações tem também uma dimensão temporal, pois uma cultura muda com o tempo. A cultura nos Estados Unidos não é hoje como era há cem anos. A cultura também varia de lugar para lugar: a cultura do estado de Nova York não é a mesma que na Tailândia. E a cultura varia com os povos: a cultura dos esquimós não é a mesma dos pigmeus de Luzon ou da península da Malásia (WHITE, 2009, p. 32-33).

Observando o percurso de colocação do conceito de cultura percebemos que este na Antiguidade tinha sentido de uma autoeducação na tentativa de desenvolvimento das potencialidades humanas onde “entre os romanos a palavra cultura (que vem de *colere*, cultivar) [...] concebida como uma espécie de vigília em torno do crescimento natural da potencialidade do homem” (SODRÉ, 1988, p. 15), mas também como aquisição e acúmulo de costumes, crenças, ou como coloca Sodré (1988) “tudo que pudesse

contribuir para um certo acúmulo de gostos, de crenças religiosas e morais ou para a representação de valores espirituais socialmente idealizados” (p. 16). Essa forma de pensar cultura no sentido de educação do homem retorna na modernidade pós-renascentista convertendo-se na base formal da educação e da cultura ocidental (SODRÉ, 1988).

Laraia (1999), Sodré (1988) e White (2009) concordam que no século XIX é formulado por Tylor o conceito de cultura como utilizado atualmente. Edward Tylor o formula a partir do que era pensado na Alemanha acerca do termo *kultur* e na França sobre a palavra *civilization* houve a síntese desses termos no vocábulo inglês *culture*. “Com essa definição Tylor abrangia em uma só palavra todas as possibilidades de realização humana, além de marcar fortemente o caráter de aprendizado da cultura em oposição à ideia de aquisição inata, transmitidas por mecanismos biológicos” (LARAIA, 1999, p. 25).

A esse respeito podemos ainda recorrer a White (2009) quando ele coloca que:

A palavra “cultura” foi introduzida na antropologia e transformada em um termo técnico por Edward B. Tylor [...] ele descreve cultura como sendo esse todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, direito, valores morais, costumes e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade. [...] Tylor deixou claro que cultura é o que é peculiar à espécie humana e enfatizou a diferença fundamental entre a mente do homem e a dos demais animais [...] Deixou claro que cultura são essas características não biológicas peculiares ao homem, transmitidas por meios não genéticos (p. 44;45;46).

Alguns pensadores do século XIX vieram relacionar a cultura com a teoria evolucionista e com o constante avanço sobre os povos das áreas colonizadas por meio do imperialismo europeu (África e Ásia). Assim, passa-se a diferenciar o homem dos outros animais, mas também, a classificar e selecionar os seres humanos como superiores e inferiores (SANTOS, 2006). Nesse sentido é interessante observarmos

como os autores citados colocam a importância de Tylor, também, ao negar o caráter biológico da cultura que algumas teorias defendiam.

O determinismo biológico – que atribuía capacidades inatas a determinados grupos humanos – e geográfico – que considerava o ambiente físico como condicionante da diversidade cultural – eram parâmetros para avaliar e classificar os povos e suas culturas (WHITE, 2009). Porém essas ideias foram superadas uma vez que “os antropólogos estão totalmente convencidos de que as diferenças genéticas não são determinantes das diferenças culturais” (LARAIA, 2009, p. 17) e que:

Não é possível admitir a ideia do determinismo geográfico [...] a posição da moderna antropologia é que a cultura age seletivamente, sobre o seu meio ambiente, explorando determinadas possibilidades e limites ao desenvolvimento, para o qual as forças decisivas estão na própria cultura e na história da cultura. [...] As diferenças entre os homens, portanto, não podem ser explicadas em termos das limitações que lhes são impostas pelo seu aparato biológico ou pelo seu meio ambiente (*Idem. Ibidem*, p. 24).

Apesar dos argumentos que provaram a inconsistência dessas ideias deterministas elas acabaram resistindo e gerando hierarquizações entre as culturas humanas existentes e/ou extintas de modo que a humanidade teria que passar por diversas etapas evolutivas. Estas teriam iniciado no momento em que o ser humano se diferenciou dos demais animais e culminaria no estágio civilizado tal qual se encontrava a sociedade europeia da época. Acreditava-se que todos os grupos humanos passariam inevitavelmente por essa escala evolutiva em linha única até a chamada civilização (SODRÉ, 1988; SANTOS, 2006; LARAIA, 1999).

Mas “embora o termo civilização não tenha surgido em contraposição frontal a barbárie ou selvageria, o seu significado atual se difundiria ao poder ser contrastado com outros, implicados na ideia de primitivismo, em pleno século XIX” (SODRÉ, 1998, p. 31) o que vinha servir às finalidades de legitimar a expansão e a consolidação dos países imperialistas europeus sobre os demais povos do mundo, principalmente aqueles que foram dominados e explorados. Percebemos, então, que essas “ideias racistas também se

associaram àqueles esforços; muitas vezes os povos não europeus foram considerados inferiores, e isso era usado como justificativa para seu domínio e exploração” (SANTOS, 2006, p. 15).

Essa ideia de evolução de estágios culturais para se alcançar a civilização passou a receber críticas no sentido de que “cada cultura é o resultado de uma história particular, e isso inclui também, suas relações com outras culturas, as quais podem ter características bem diferentes” (*Idem. Ibidem*, p. 12). Ainda nesse sentido temos

Outra crítica ao evolucionismo foi de etnocentrismo. Os críticos disseram que os evolucionistas colocaram todas as culturas em uma sequência que foi construída a partir de semelhanças e diferenças com a nossa própria cultura. A cultura europeia ocidental foi colocada no lugar mais alto, as culturas mais diferentes da nossa foram colocadas na base [...]. Isso foi considerado injustificável porque era subjetivo, arbitrário, etnocêntrico, não científico (WHITE, 2009, p. 97).

A cultura é algo transmitido, entre outros, por meio da educação escolar e, dessa forma, muito das ideias racistas e discriminatórias do século XIX pode ser encontrado em nossos dias, principalmente porque no Brasil tais ideias tiveram campo fértil nas atuações de pessoas como Nina Rodrigues que propagava a inferioridade biológica do negro e “explicitou sua versão nacionalista do racismo cientificista” (GLEDHILL, 2012, p. 37) e o tão comentado Gilberto Freyre que em suas obras propagou a inferioridade cultural negra “reafirmando um suposto e controvertido atraso civilizatório das populações africanas com relação à portuguesa” (CUNHA Jr., 2013, p. 05).

Essa, é uma discussão a ser realizada em uma outra ocasião e trabalho. Voltemos então ao conceito de cultura que é criada e recriada pelo ser humano sendo este aprendiz e criador, pois não se limita à aquisição dos saberes, mas os transforma de acordo com o seu tempo, espaço, experiência. Ou como nos diz Vannucchi:

Cultura não existe em seres humanos genéricos, em situações abstratas, mas em mulheres e homens concretos [...] O ser humano não se caracteriza, exclusivamente como conhecedor de dados e informações culturais. Ele é também e principalmente um agente de cultura, ainda que, muitas vezes, não tenha consciência disso. É agente cultural de atividade incessante, seja ordenando vacas, seja operando computadores (VANNUCCHI, 1999, p. 21. *Apud.* DOMINGOS, 2011, p. 133).

Sendo o ser humano esse agente cultural incessante, ele faz da cultura algo que está sendo constantemente aprendido, criado e recriado. Não é estática embora haja permanências:

Quero insistir na ideia de processo. Isso porque é comum que cultura seja pensada como algo parado, estático. Vejam o caso de eventos tradicionais, que por serem tradicionais podem convidar a serem vistos como imutáveis. O fato de que as tradições de uma cultura possam ser identificáveis não quer dizer que não se transformem, que não tenham sua dinâmica. Nada do que é cultural pode ser estanque, por que a cultura faz parte de uma realidade onde a mudança é um aspecto fundamental (SANTOS, 2006, p.47).

Nesse movimento constante que há entre homem e cultura se elaboram as diversas ideias a cerca do tema. Na construção do conceito de cultura que tratamos no presente trabalho trazemos Muniz Sodré quando ele coloca:

Cultura é aqui o conjunto dos instrumentos de que dispõe a mediação simbólica (língua, leis, ciências, artes, mitos) para permitir ao indivíduo ou ao grupo a abordagem do real. Os instrumentos ditos culturais são “equipamentos” coletivos ou grupais, postos à disposição de todos (SODRÉ, 1996, p. 85).

Nos interessa também Cunha Jr. (2011) ao afirmar que “vamos pensar a cultura como um acervo de conhecimentos, materiais e imateriais, utilizados pela sociedade nos seus aspectos da população, do lazer e da sociabilidade” (p. 102). Assim, podemos afirmar que o conceito de cultura aqui utilizado é aquele que se refere às produções materiais e imateriais humanas em suas relações com a natureza e com o grupo social do qual faz parte. Partimos da premissa que o ser humano é um ser cultural independente de seu lugar no tempo-espaço e, que suas produções culturais trazem significados e importância próprios de seu tempo-espaço e que constituem herança para as futuras gerações.

É nesse sentido que colocamos as produções expostas na feira de Bodocó como parte de um conjunto de elementos que fazem parte da cultura local e identificam os integrantes dos grupos sociais que dela participam e servem ainda como referência de pertencimento uma vez que:

Falar de referências culturais nesse caso, significa, pois, dirigir o olhar para representações que configuram uma identidade da região para seus habitantes, e que remetam à paisagem, às edificações e objetos, aos fazeres e saberes, à crenças, hábitos, etc. [...] Ao identificarem determinados elementos como particularmente significativos, os grupos sociais operam uma ressemantização desses elementos, relacionando-os a uma representação coletiva, a que cada membro do grupo de algum modo se identifica (MIRANDA, 2009, p. 153).

Através das memórias, fontes históricas que aqui usamos como forma de conhecer a história local, observamos que a cultura manifesta na feira semanal e o próprio evento da feira – pois este não é apenas vitrine, mas também uma manifestação cultural – fazem parte do patrimônio cultural presente na memória coletiva e na identidade do grupo social.

Os patrimônios culturais são estratégias por meio das quais grupos sociais e indivíduos narram sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento, na medida mesmo em que as transformam em patrimônio. Transformar objetos, estruturas arquitetônicas e estruturas urbanísticas em patrimônio cultural significa atribuir-lhes uma função de representação, que funda a memória e a identidade (GONÇALVES, 2002, p. 121, *apud*. CALADO, 2010, p. 19).

A experiência social produz elementos culturais que se tornam patrimônio para o grupo que traz em sua memória as vivências, as experiências e as histórias que os ligam por meio de um sentimento de pertencimento e de identidade. As manifestações culturais que culminam na feira trazem esse significado de um patrimônio material e imaterial, não reconhecido oficialmente, fruto das experiências sociais dos ancestrais e ressignificados pelos seus descendentes presentes na memória e na identidade, pois “... a feira é um espaço na cidade, sendo assim, capaz de representar um espaço praticado e espaço de memória, a cidade e sua história” (CALADO, 2010, p. 21) que traz consigo as características de um povo, como o povo bodocoense que também é afrodescendente.

3.4. Oralidade e Memória nas Africanidades: o poder da palavra, a ancestralidade e a memória cultural.

A escrita é a fotografia do saber, mas não é o saber. O saber é uma luz para o homem. É a herança de tudo aquilo que os antepassados conheceram e transmitiram em gérmen, à maneira do baobá que, em potência, se encontra já na semente (ALTUNA, 1985, p.32).

A palavra nas sociedades africanas é dotada de grande importância e significado, pois ela é “fator de indubitável relevância na transmissão do conhecimento [...] garante a existência dos seres, a resistência e também a continuidade de práticas religiosas e culturais” (DOMINGOS, 2011a, p. 159). Em nosso trabalho entendemos a palavra como forma de transmitir conhecimentos a cerca da produção, do trabalho, como

criadora de novos saberes e mantenedora da tradição de um grupo social. Aqui a palavra não é mera convenção para nomear as coisas ela é viva, criadora, criativa, mantenedora. Cunha Jr. (2009) trabalha bem o sentido da palavra e nos ajuda a compreendê-la:

A palavra é a essência das coisas existentes está na origem de tudo. Tudo nas sociedades africanas tem uma essência que as organiza e as define. Por vezes palavra e essência se confundem. A essência, também denominada na literatura de força vital é um elemento pertencente a tudo que existe (CUNHA Jr., 2009, p.8).

Ao realizarmos entrevistas para que os idosos nos cedam suas memórias entendemos que irão nos presentear com sua sabedoria construída e constituída pela ancestralidade. Esta por sua vez se manifesta através da oralidade que transmite conhecimentos adquiridos pela experiência vivida e reeditados no ato da fala onde ocorre a magia da palavra que:

[...] É sopro, hálito, dicção, acontecimento e performance, índice de sabedoria. Esse saber torna-se acontecimento não por que se cristalizou nos arquivos da memória, mas principalmente, por ser reeditado na performance do cantador narrador e na resposta coletiva (MARTINS, 1997, p. 146).

Aqui podemos perceber que o ato de compartilhar as tradições orais, onde o velho fala e o novo ouve, há uma prática que reforça as relações sociais e faz permanecer os traços culturais do grupo. Sobre isso Cunha Jr (2007), coloca que:

Indicando a afirmação de que somos um povo oral, temos que a oralidade é um valor social africano para a transmissão do conhecimento e está ligado a cosmovisão africana, como concepção

de mundo próprio de uma cultura particular. Este valor social da oralidade é resultado das concepções sociais e filosóficas das sociedades de base da cultura africana. A singularidade das sociedades africanas está baseada nos valores sociais da cultura africana. A palavra tem grande importância nas sociedades africanas, pois é socialmente respeitada e cultuada pelos membros destas sociedades, sendo básica para a transmissão de conhecimentos e negociações dentro dos coletivos sociais (CUNHA Jr., 2007, p. 5).

A prática de ouvir é de extrema importância para a continuidade da comunidade, pois o ancestral fala para alguém que ouve e o faz com atenção e respeito, pois percebe em suas palavras a presença das histórias, das experiências e dos conhecimentos de seus ancestrais comuns (daquele que fala e daqueles que ouvem) identificando-se com eles e com o grupo em que está inserido. A ancestralidade é ponto de referência para a identidade e continuidade da comunidade:

Os ancestrais se constituem juntamente com a sociedade, esta com eles. Não se separam, permanecem na sociedade depois da morte, zelando pela comunidade. A identidade da comunidade é a sua agregação social, esta é definida pela existência de ancestrais comuns a todos seus membros (CUNHA Jr., 2009, p. 8-9).

Essa continuidade dos costumes e das tradições garantida pela tradição oral não engessa a sociedade tornando-a parada no tempo. O novo sempre vem e os ancestrais sabem disso, e transmitem seus conhecimentos dentro de uma dinâmica social de transformações onde a essência deve ser mantida como garantia da historicidade, identidade e permanência do grupo uma vez que a “ancestralidade é princípio histórico, incorpora as regras da vida material e imaterial, rege todas as estruturas dinâmicas da sociedade, compõem em si o próprio fator de mudança na sociedade” (CUNHA Jr., 2009, p. 10).

Assim, ao observar a prática da feira livre em Bodocó-PE procuramos encontrar as diversas manifestações das africanidades e afrodescendências que venham estar presentes na forma de comercialização, nos produtos que lá são expostos e ofertados para venda como artefatos em couro e barro, etc. Mas, sabemos que com o trato com a memória certamente nos deparamos com a herança africana por meio das lembranças evocadas que virão repletas de significados formulados a partir da vivência em grupo e transmitidos pela oralidade onde a palavra se constitui em força, hálito, sabedoria cristalizada na resposta coletiva onde deixa transparecer a presença e ação ancestrais no lembrar e falar o que lembra.

Quando recorremos a História Oral para tratarmos as fontes de nossa pesquisa que são as lembranças de nossos entrevistados e entrevistadas nos deparamos com uma barreira conceitual no tocante aos conceitos de memória trazidos pelos autores já discutidos ao tratarmos da relação História/Memória. Essa barreira se dá à medida em que as análises dos mesmos baseiam-se nas sociedades ocidentais ou em uma perspectiva acadêmica eurocêntrica onde a história é consultada e transmitida em escritos.

Nesse viés, os historiadores até procuram a memória, mas para transformá-la em fonte escrita que fique guardada em um livro que possa ser consultado no intuito de transmitir o conhecimento nele “guardado”. Assim, as memórias dos acontecimentos, tradições e costumes ficam escritos e são pouco evocadas, não estão em constante movimento no diálogo, evocação e transmissão do dia a dia.

Na Tradição Oral temos uma memória viva e atuante na difusão da história para as futuras gerações, assim, ela não fica guardada, mas é constantemente evocada e falada, transmitida. Para nós essa tradição “pode ser definida, de fato, como um testemunho transmitido verbalmente de uma geração para outra” (VANSINA, 2010, p. 140), pois estamos tratando de uma história que não fica estática em um escrito esperando ser consultada nas aulas, mas daquela que se constitui uma “herança de conhecimentos de toda espécie, pacientemente transmitido de boca a ouvido, de mestre a discípulo, ao longo dos séculos” (BÂ, 2010, p.167).

Sem ter os lugares de memória como muletas da História, ou seja, sem a necessidade de lugares específicos para lembrar a história. Nora (1993) atribui a esses lugares o sentido de “resto”. Resto que chama a população a uma memória – história – que parece não interessar por consequência da imediatização, da aceleração da vida social

contemporânea. No sentido contrário a tradição oral se consolida no verbalismo enquanto “memória coletiva de uma sociedade que se explica a si mesma” (VANSINA, 2010, p.140), e nos presenteia como fonte de pesquisa para o presente trabalho.

Aqui cabe, porém, esclarecer que a memória coletiva a que trata a tradição oral não pode ser confundida com o conceito desenvolvido por Halbwachs (1990), pois de acordo com o pensamento desse autor esta é originária do testemunho dos indivíduos, ou seja, é constituída pelas memórias daqueles que presenciaram um fato e o lembram. Porém, aqui ela se aproxima do conceito de memória social que está relacionado às vivências, experiências e história do grupo. Assim, é possível lembrar, mesmo sem ter testemunhado, através do que foi “vivido por tabela” (POLLAK, 1992), do que foi transmitido e assimilado por meio da transmissão de boca à orelha.

Percebemos, então, que o trabalho com a tradição oral nos possibilita ir além do mecanicismo da memória coletiva de Halbwachs (1990), mas ainda nos prende a um grupo social, assim como o faz a memória social. Ou seja, a memória está em um grupo para si, para contar-se, resistir à passagem do tempo, dessa forma os indivíduos poderão lembrar, contar e transmitir para as futuras gerações e/ou para um historiador o que for relacionado à sua comunidade podendo nos contemplar com sua organização, trabalho, relações, etc.

Mas, percebemos que grupos diferentes se encontram em espaços que não são aqueles de seus grupos sociais e constroem juntos aspectos culturais que só são possíveis em lugares comuns, onde se encontram e configuram, mesmo que temporariamente, fora do espaço do grupo uma nova manifestação cultural. Colocamos aqui o exemplo da feira que reúne indivíduos de grupos sociais diversos que, juntos, ainda que provisoriamente, constroem novo evento se que coloca como característica de muitos municípios do nordeste como Bodocó.

A feira bodocoense se configurou como um espaço cultural composto por indivíduos de grupos sociais diversos vindos de espaços diferentes, embora dentro do mesmo município, como os produtores e comerciantes de farinha das serras, as louceiras da vila Sipaúba, os tecelões de caroá do sertão, os sapateiros da sede, em fim, notamos a presença de pessoas de grupos e espaços sociais diversos participando ativamente da manifestação cultural em que se constitui a feira. Observações como essas, realizadas nas entrevistas nos levaram a perceber que não buscávamos somente uma memória

social aonde cada indivíduo viesse a falar unicamente a respeito de seu grupo, mas lembranças que nos trouxessem, também, a história desse encontro cultural a partir da fala dos participantes daqueles que construíram e constroem esse momento.

Dessa forma, falamos aqui de uma memória cultural no sentido em que os indivíduos pertencem a grupos sociais diversos, mas participam como agentes formadores e continuadores de uma manifestação cultural conjunta e, dessa forma, lembram para além dos fatos atrelados somente a seu grupo social. Onde, ao frequentarem a feira para levar o fruto de seu trabalho e de sua arte, para participar desse momento adquirindo o necessário a seu sustento o indivíduo é parte fundamental do evento que periodicamente se repete desenvolvendo uma memória de cunho cultural onde encontramos as informações a respeito das diversas manifestações culturais que ocorrem na feira e se unem no mesmo espaço construindo uma só.

Salientamos ainda que nas lembranças evocadas encontramos uma memória viva e em transmissão, não uma memória presa a escritos, monumentos e lugares. Esta traz em si marcas da cultura de seu grupo social envolvido na produção de determinado artefato, ou no trabalho que levará algum produto à feira, mas também que habita um espaço, ocupado pelo grupo que guarda a relação entre as pessoas entre si e com o seu lugar de memória vivida.

Observamos, então, que buscamos memórias de grupos diversos com um ponto comum que é a atividade cultural da feira. Porém, este não é o único ponto onde as memórias se encontram, pois trazem consigo lembranças de práticas, de atividades, técnicas, artefatos que os remetem às africanidades, pois encontramos na feira o que podemos chamar de cultura negra. Uma vez que:

Temos por cultura negra, cultura afrodescendente ou ainda cultura de base africana aquela que contem os elementos das culturas de matrizes africanas transplantadas para o Brasil e aqui modificadas pelos constantes processos de atualização da cultura e pela influencia de outras culturas (CUNHA Jr., 2011, p. 121).

Dadas as considerações acima entendemos que estamos trabalhando com uma memória cultural a partir da percepção de que as lembranças evocadas e analisadas nos trazem histórias do encontro realizado nas feiras das diversas manifestações e artefatos culturais produzidos em grupos sociais diversos em um único lugar constituído pelo espaço da feira e, também, pelo fato de que tratamos das memórias referentes à cultura de base africana. Assim, percebemos que a feira bodocoense se estabelece como uma vitrine de diversos artefatos culturais produzidos pelos grupos sociais que compõem o município e se encontram no espaço de exposição e em sua característica afrodescendente.

**FEIRA LIVRE:
PERSPECTIVAS E AFRICANIDADES.**

4. FEIRA LIVRE: PERSPECTIVAS E AFRICANIDADES.

A Feira de Caruaru,
Faz gosto a gente vê.
De tudo que há no mundo,
Nela tem pra vendê,
Na feira de Caruaru.

(Luiz Gonzaga, Disco 50 Anos de Chão, BMG, 1996).

Temos no Nordeste, sem dúvidas, manifestações culturais muito características da região com cores, cheiros e sabores que dificilmente poderemos encontrar iguais em outros lugares. Porém, certamente encontraremos semelhanças, pois a cultura nordestina vem sendo historicamente formada por diversas influências e heranças entre elas a africana.

Fazendo um recorte nessa região brasileira, destacamos o seu interior de povo sertanejo que, em suas cidades, fazem grandes reuniões para troca de mercadorias, comprar, vender, conseguir o sustento e/ou os provimentos para a família, se encontrar com os amigos e conhecidos, para quem é da zona rural vir à zona urbana, para anunciar, tornar público, para fazer parte de uma grande manifestação cultural. Esse grande encontro geralmente acontece semanalmente, e no caso de Bodocó às segundas-feiras.

Estamos aqui falando das feiras das cidades do interior nordestino que trazem encontros sociais e financeiros:

Atestando esses fatos, a feira semanal, de grande importância para a economia urbana dos centros interioranos, tem características bem peculiares no espaço de estudo. Funcionando como dia e local de convergência das pessoas e produtos, faz com que este acontecimento expresse o grau de relação entre campo-cidade, pois é nesse dia geralmente que o habitante rural dirige-se à cidade em busca dos serviços que lhes são oferecidos, e em troca, transfere para a economia

urbana a renda gerada no campo (ANDRADE, 1988, p. 555, *apud*. TREVISAN, 2008, p. 24).

Os movimentos entre campo e cidade se encontram na feira, os costumes, as produções, as pessoas, as manifestações culturais. Fazendo desse encontro um refletor do que acontece em todo o município, através da feira podemos conhecer e reconhecer a cidade e o campo, podemos perceber como é Bodocó as suas pessoas e suas características históricas. Assim, através desse lugar podemos ver que a sociedade bodocoense também traz heranças da ancestralidade africana. Podemos perceber como as africanidades lá estão presentes, como a história se mostra entre as ruas tomadas pelas barracas de frutas, verduras, farinha, artefatos em couro e barro, entre as pessoas, pois:

...a feira de uma cidade e como ela se desenvolve no espaço urbano designam representações do real citadino, formas de realizações destes com o tempo curto e particular e o tempo de longa duração que, quase imóvel, também age nos momentos e espaços da cidade (CALADO, 2010, p. 52).

Dessa forma trazemos aqui parte da história de Bodocó e das participações africanas e afrodescendentes que se encontram na feira através das diversas manifestações culturais que se encontram nesse evento semanal, mas antes discutiremos a feira com suas características, dimensões conceituais e contexto.

4.1. Características, Conceito e Contexto da Feira Livre no Nordeste Brasileiro.

A feira é tradicionalmente um espaço privilegiado para as relações econômicas e sociais, especialmente no Nordeste brasileiro (TREVISAN, 2008, p. 17).

Há um fenômeno semanal na cidade de Bodocó que transforma a pacata cidade do Sertão pernambucano em um “formigueiro humano” que, depois do fim de semana pouco movimentado, na segunda-feira toma o centro da cidade logo ao amanhecer com barracas onde é possível encontrar os mais diversos produtos: a feira.

A semana tem início em Bodocó na segunda-feira com a feira, onde comerciantes locais e de outras cidades vão oferecer seus produtos e a população urbana e rural vai à procura de abastecer sua casa e/ou seu comércio com aquilo que lhe é oferecido. Dessa forma, o pequeno centro com seus becos, ruas e calçadas ficam tomados por barracas, carroças, animais e muitas pessoas.

Esse fenômeno não é típico da cidade de Bodocó, ele pode ser encontrado em diversos lugares, principalmente urbanos, onde as pessoas possam vender e comprar em busca de seu sustento. É parte da vida econômica do município em que se encontra embora por seu caráter de rua que transmite certa informalidade algumas pessoas possam não identificá-la como tal, mas a feira além de ser um lugar plausível, é também uma série de relações econômicas que, pela presença da informalidade, às vezes leva, erroneamente, a considerá-la como relações não econômicas.

A feira traz muita curiosidade e fascinação, pois ao mesmo tempo em que traz movimentação, balbúrdia, por muitos, entendidas como uma grande bagunça, também propicia colorido, novidades, beleza e riqueza cultural para as cidades, em especial nordestinas, como é o caso de Bodocó. Assim, é um fenômeno urbano repleto de peculiaridades e facetas que a tornam um verdadeiro caleidoscópio humano em que podemos identificar influências diversas, entre elas a africana e a afrodescendente.

Observando essa multiplicidade e complexidade que as feiras representam, embora para muitos seja vista apenas como um evento semanal, vê-se necessário defini-la, caracterizá-la de maneira que o leitor perceba sua diversidade e importância. Nessa tarefa de definição é interessante o que coloca Gustavo Miranda (2009), em sua dissertação de mestrado, quando afirma que “a feira é, antes de tudo, um lugar público de comércio” onde há a reunião de vendedores e compradores em local e hora determinados e, geralmente, em um lugar descoberto em que se desenvolvem troca e comércio de mercadorias (MIRANDA, 2009, p. 30).

Esse espaço aberto e público de comercialização, comum à maioria das cidades, que reúne mercadorias e pessoas diversas tem sua importância econômica como frisa Jackson Dantas Coêlho (2008), também em dissertação de mestrado:

A feira livre é muito comum na maioria dos municípios brasileiros, sendo um espaço público onde circulam pessoas, alimentos, bens e tradições culturais da terra. Além disso, constitui-se num importante ponto para a comercialização da produção da agricultura familiar. Segundo Sacco dos Anjos; Godoy e Caldas (2005), a feira livre pode ser entendida como um sistema local de comercialização [...] que cumpre papel importante no abastecimento urbano e na manutenção de um espaço para a viabilização da agricultura familiar regional (COÊLHO, 2008, p. 20).

Assim, podemos ver o fenômeno das feiras como um espaço de comércio onde uns vendem para manter seu sustento, outros compram no intuito de obter aquilo que lhes é necessário, em uma relação onde ocorre o abastecimento da cidade, a circulação de dinheiro, o desenvolvimento da agricultura familiar, uma vez que muitas famílias trazem para vender nas feiras o excedente de sua produção ou a produção especificamente voltada para ela. Mas, também, o desenvolvimento urbano e comercial da cidade uma vez que o grande movimento de pessoas ocasionado pelas feiras atraem outro tipo de comércio, o comércio fixo, que tende a se estabelecer aos redores dos espaços das feiras para aproveitar o fluxo de fregueses e oferecer seus produtos e/ou

serviços. É comum encontrar pequenos comércios, chamados bodegas, mercados, lojas de importados, barbearias, farmácias, etc., próximo ou nos arredores das feiras.

A aglomeração de casas comerciais e/ou de serviços nas proximidades e nas ruas onde ocorrem as feiras vai formando um centro comercial que, sabiamente, ali se estabeleceu para aproveitar o movimento provocado por elas. Com isso a feira vai, no decorrer do tempo, gerando desenvolvimento econômico onde se instala:

Como importante fomentador da atividade econômica urbana, as feiras trazem dinamicidade e agregam valor ao espaço urbano, dão suporte ao desenvolvimento da economia local, geram sucesso econômico a quem dela tira o sustento e, finalmente são lugares onde se pode pechinchar e conseguir produtos com melhores preços (MIRANDA, 2009, p. 41-42).

Alguns autores, segundo Miranda (2009) e Trevisan (2008), apresentam diversas definições sobre as feiras onde, na construção de suas acepções, levam em consideração as relações entre a feira e a cidade e entre o consumidor e o produtor. No primeiro tipo de relação o fator preponderante utilizado é o espaço e na segunda a diversidade de relações econômicas.

Dessa forma Mascarenhas (1991) e Miranda (2005) classificam a feira de acordo com sua abrangência onde a feira livre, para o primeiro, feira local, para o segundo, tem ocorrência semanal de caráter intra-urbano, normalmente no âmbito do bairro; a feira urbana, somente para Miranda, constitui-se naquela de alcance citadino, ultrapassando os limites do bairro; e, por último, a feira regional, que para os dois, é aquela que chega a alcançar áreas para além do município reunindo vendedores e compradores de lugares distantes (MIRANDA, 2009).

Pazera Jr (2003) distingue dois tipos de feiras de acordo com sua localização e área ocupada, onde o primeiro ocorre em grandes centros urbanos com uma estrutura de comércio regular e o segundo refere-se a pequenas feiras do interior que podem ser consideradas como remanescentes das feiras tradicionais, onde o artesão, agricultor e

criador se transformam em comerciantes. Aqui o comerciante esporádico vende o excedente de sua produção para adquirir os gêneros de sua necessidade (TREVISAN, 2008).

A classificação segundo Issler (1965) é realizada em duas zonas: a de transição e a típica. Esta refere-se à feira que ocorre em uma região geograficamente definida (como o sertão, por exemplo), são pequenas e com menor diversidade em seus produtos, diferentemente da feira de zona de transição que ocorre na faixa de transição entre regiões (mata/sertão, por exemplo) o que possibilita a troca de produtos de cada área trazendo maior variedade de produtos e fluxo de pessoas (MIRANDA, 2009; TREVISAN, 2008).

É interessante observar como a feira é alvo de observações, análises e definições sejam elas econômicas e/ou geográficas, embora no presente trabalho seja lançado um outro olhar com o intuito de observar as africanidades e afrodescendências nela presentes e, por isso, ela é analisada como um espaço de comércio à céu aberto com sua diversidade não importando classificá-la quanto o espaço que ocupa e/ou a quantidade de comerciantes e compradores que consegue reunir. Nesse ponto trabalha-se em consonância com Miranda (2009) quando ele coloca que:

Entretanto, a feira livre conforme entendida neste trabalho [...] está íntima e popularmente associado ao tipo de comércio realizado em feias ao ar livre, como a grande parte das feiras nordestinas, por exemplo, independente do tamanho de cada uma delas e da capacidade de agregar e congregar feirantes e consumidores em um mesmo espaço de comércio (MIRANDA, 2009, p. 33).

Porém, nem só de economia e comércio vive a feira, mas também de sociabilidade e efusão cultural, pois ela é “tradicionalmente um espaço privilegiado para as relações econômicas e sociais, especialmente no Nordeste brasileiro” (TREVISAN, 2008, p.17) onde “o dia da feira é [...] o dia de por as conversas em dia, de discutir política, de

comprar, de vender, em fim, é o dia de movimento na cidade” (MAIA, 2006, p. 9. *apud* MIRANDA, 2009, p.21).

É geralmente no dia da feira que os moradores da área rural se deslocam à cidade para um grande encontro com seus fregueses, comerciantes de costume, parentes, amigos, em fim, o dia da feira é dia de encontro e de visita onde se pode matar a saudade e colocar a conversa em dia, além de ter acesso a serviços que não são disponíveis nas áreas rurais:

A ida à feira também vira um acontecimento social. É o dia de saber das novidades, cavaquear, bater papo, ir ao médico, ao barbeiro, à Igreja e tudo o mais que for necessário. O importante é aproveitar ao máximo a viagem, pois muitos dos fregueses não podem se dar ao luxo de ir à cidade à qualquer hora (MIRANDA, 2009, p.22).

A citação logo acima pode ser parafraseada com a fala de “seu” Zezinho quando falava sobre a feira de Bodocó: “agente só vinha pra rua [cidade] na segunda que era dia de feira pra ver as nossas necessidades, comprar farinha, rapadura e outras coisas”. O dia de feira é o dia em que tudo acontece desde atender às necessidades até propagandas e manifestações culturais:

[...] Ali são feitos os avisos de utilidade pública. Comícios geralmente acontecem em dia de feira, podendo contar, assim, com o maior público possível da zona rural. Espetáculos artísticos, dentre eles alguns hoje ditos folclóricos, desenvolvem-se na feira. Apresentam-se espetáculos com o fito de promover algum produto, como é o caso dos remédios, ou ainda como forma de entretenimento [...] (PAZERA Jr., 2003, p.13. *Apud* MIRANDA, 2009, p.45).

Há que se perceber, ainda, a riqueza cultural da feira, pois ela traz um grande espaço de exposição a céu aberto para as manifestações culturais da localidade em que se instala expressas através de produções em barro, tecido, couro; produções culinárias e do campo, literárias, muitos desses conhecimentos trazidos da África, em fim, a feira acaba se constituindo em uma vitrine cultural aberta a todos com dia e horário marcados. Porém, uma vitrine que reflete a comunidade local e que interage com quem vai ver, tocar, opinar, comprar.

Assim, podemos entender que a feira é um espaço que vai além da balbúrdia, do comércio e do abastecer a despensa:

A feira nordestina não é um simples local de compra e venda de mercadorias; mais do que isto é local privilegiado onde se desenvolvem uma série de relações sociais. É um fenômeno muito importante na vida econômica e social [e cultural] do Nordeste brasileiro (PAZERRA, 1987, p.654. *Apud* TREVISAN, 2008, p.49).

Dessa forma também é a feira de Bodocó, um acontecimento esperado onde se sabe que é certo encontrar o necessário para subsistência, para o abastecimento da cidade em gêneros alimentícios, a produção em barro, em couro, etc., em fim, a feira bodocoense como boa feira sertaneja, encravada no interior de Pernambuco, traz consigo as características colocadas acima de um evento econômico, social e cultural.

Nesse evento nos deparamos com uma grande vitrine da cultura bodocoense que traz consigo forte influência africana e afrodescendente perceptível nas manifestações orais e nas produções locais onde “todo passo realizado revela a presença de conhecimentos africanos e da intervenção direta de africanos e afrodescendentes” (CUNHA Jr., 2010, p.36) na cultura local tornando a feira bodocoense um evento colorido e rico, um verdadeiro caleidoscópio que precisa ser melhor observado, analisado e valorizado.

4.2. Feira de Bodocó: características e africanidades.

Tem massa de mandioca,
Batata assada, tem ovo cru,
Banana, laranja, manga,
Batata, doce, queijo e caju,

[...]

Tem cesto, balaio, corda,
Tamanco, gréia, tem cuêi-tatu,
Tem fumo, tem tabaqueiro,
Feito de chifre de boi zebu...
(Luiz Gonzaga, Disco 50 Anos de Chão,
BMG, 1996).

A Feira:

Como cidade localizada no interior do Nordeste brasileiro, Bodocó não poderia fugir ao aspecto socializador, econômico e festivo que a feira assume nessa região, uma vez que a feira é um espaço histórico e tradicionalmente privilegiado para as relações econômicas e sociais, especialmente no Nordeste brasileiro e acaba sendo o dia e o lugar de pôr as conversas em dia, de discutir política, de comprar de vender, realizar divulgações, em fim, é o dia de movimento da cidade (TREVISAN, 2008; MIRANDA, 2009).

Assim, num misto de atividades econômicas e de sociabilidade ocorria a feira em Bodocó onde o produtor rural local tinha a possibilidade de comercializar sua produção grãos, frutas, farinha, etc. Fazendo um espaço de comércio com muita diversidade em gêneros alimentícios que contava com a participação de comerciantes de outras localidades também, como nos colocam algumas das memórias evocadas:

A feira era como toda cidade do sertão. Era de milho, feijão, farinha, goma. [...] Era fruta, banana, mamão, as frutas da terra e outras que

vinham de fora, nera? A feira daqui na região sempre foi boa. Tinha muita rapadura... (Joathan Marques, 14/02/13).

A feira era muito boa, tinha muita coisa. E essas coisas assim de criatório toda vida teve, né. Meu pai era machante [...] vendia carne na feira. (...) Tinha muito desses cereais, da farinha do feijão que vem pra feira é tudo de lá mesmo de Sipaúba, Cacimba Nova, Feitoria, né. Tudo vem pra cá. Do sertão [...] o queijo né (Francisco Sobrinho, 19/03/13).

Tirando muito vinha pra feira, por exemplo o algodão, eu plantei e tirava muito trazia pra vender. (...) Farinha tinha lá da serra pra cá, aqui só era milho e feijão. Aqui no sertão. E algodão. Eu trouxe muito pra vender depois que morei aqui no sertão (José Leontino, 06/03/13).

Ainda é possível encontrar grãos, farinha e goma na feira, oriundos de Bodocó e de outras localidades também. Esses produtos são expostos ao longo da Rua Maestro Carlos Gomes, mais conhecida como Rua da Feira da Farinha ou, simplesmente, Rua da Farinha, dispostos em sacos ou caixões cobertos por barracas como podemos observar nas imagens abaixo.



Fonte: Acervo pessoal.



Fonte: Acervo Pessoal.

Na Rua da Fruta, oficialmente denominada Rua Nelson Araújo, ficam expostas as frutas, verduras e legumes. Algumas da terra, como nos colocou Sr. Joathan Marques, e outras vindas das cidades vizinhas ou até mesmo de Petrolina que conta com projetos agrários de irrigação para o cultivo de frutas.



Fonte: Acervo pessoal.



Fonte: Acervo pessoal.

Sendo ponto de comercialização a feira acabava sendo espaço de conseguir o sustento de algumas famílias do município onde eram vendidas suas produções. Mas, esse sustento não estava baseado apenas no comércio de gêneros alimentícios havia também produção de utensílios, calçados, cordas, que eram feitos no município e nele mesmo comercializado. Sabemos, a partir das lembranças, que havia muita oferta e diversidade de louças, como são chamados os artigos em barro:

Fazia panela, pote, frigideira, cunca. Eu levei muita cunca pra rua, levei pote, levei frigideira, levei panela desse tamanho assim. Cansei de levar pra rua panela desse tamanho assim tudo. Eu fazia prato, prato desse tamanho assim de lavar louça dentro eu fazia... (Ozana Monteiro, 17/03/13).

Me lembro de mais! Naquele tempo nada de alumínio, naquele tempo era panela de barro. Tinha aqueles cantos de Bodocó que faziam aqueles potes, aquelas panelas [...] E vendia tudo aqui no Bodocó mesmo, sei que eu via muitas vezes (José Leontino, 06/03/13).

[...] Tinha esses negócio feito de barro, boneco feito de barro do mesmo das panelas de barro, uns boizinhos, essas coisas de barro artesanato. Era, agente chamava as loiceiras, né louceira, faziam louça de barro e aproveitavam, umas aproveitavam o barro e se dedicavam a fazer boneco, era boneco, cavalo, boi, né, as vezes vaqueiro montado, alguma zabumba, um tocador de pífano, coisa da terra... (Joathan Marques, 14/02/13).

Assim, as louceiras ou “loicera” como são chamadas pelo povo bodocoense reproduziam sua arte de família, produziam artefatos e utensílios com o barro e vendiam na feira para conseguir o sustento de suas famílias como disse Dona Maria Monteiro (17/01/13): “eu comecei a trabalhar no barro, eu queria arrumar um dinheirinho a mais pra arremediar. Por que a mãe de família precisa”. Essa tradição continua a existir, porém com menos intensidade, pois bonecos, bois, tocadores não são mais feitos, e ainda é possível, apesar das geladeiras e panelas de alumínio, encontrar artigos de barro como potes e panelas, na feira de Bodocó. Eles ficam expostos à espera dos fregueses à Rua Félix Barreto, conhecida por todos como “Beco Estreito”.



Fonte: Acervo pessoal.



Fonte: Acervo Pessoal.

Artefatos feitos em couro também eram produzidos e comercializados na feira de Bodocó com grande variedade, pois nós tivemos muitos sapateiros que desenvolviam a arte de criar com esse material. Nesse ofício não eram produzidos somente sapatos, mas alpargatas de diversos modelos, chinelos, botas, bainhas, etc. Também havia arreios, selas e o famoso gibão de couro que era usado pelos vaqueiros no sertão. Conseguimos entrevistar dois sapateiros que vem de uma família de cinco irmãos sapateiros. Mas essa é uma arte que infelizmente está se apagando, pois somente “Seu Chico” ainda “pratica a arte” como ele mesmo diz.

[...] Mas era tudo calçado feito de sola e vaqueta, sola e pneu, bota, bota de vaqueiro, tinha aquelas pessoas que diziam as afamadas botas de vaqueiro, até a década de oitenta (1980). [...] num só era calçado de homem não, era sandálias assim desse modelo, mas agente fazia de vários modelos [...] umas fechadonas, outras cruzadas assim... (Raimundo Sobrinho, 14/02/13).

Nós vendíamos no Bodocó, em Exú e em Sipaúba. A feira de Bodocó era boa! Agente produzia e vendia na feira. Agora tinha sempre arreio, gibão, tudo de vaqueiro... (Francisco Sobrinho, 19/03/13).

Couro o que pode pensar é gibão, perneira, guarda peito e chapéu e as luvas e... sela, que eu me lembre era isso assim. Era isso mesmo pra vaqueiro, pra amarrar chocalho [...] sim tinha umas alpargatas muito bem feitas... (Joathan Marques, 14/02/13).

Como se pode notar na fala de Sr. Raimundo Sobrinho os calçados de couro que ele e seus irmãos produziam eram muito conhecidos na região, por isso, havia no município uma grande produção. Atualmente também houve a diminuição na produção desses artigos, mas ainda são produzidos em Bodocó e comercializados na feira, pois a tradição na criação de gado continua existindo trazendo a necessidade de alguns artefatos como arreios e botas. A indústria de calçados contribuiu para o declínio da produção artesanal tanto é que Sr. Francisco Sobrinho tem uma pequena oficina em sua casa e seu irmão,

Sr. Raimundo Sobrinho, passou “a comprar calçado, comecei a comprar em 90 (1990), até chegar nessa posição que agente compra muito calçado” (14/02/13).

Mas, a produção de artigos de couro ainda existe, pois sobrevive na tradição das famílias, e o comércio nas feiras ainda acontece, em sua maioria, na Rua D. Nininha Lócio.



Fonte: Acervo pessoal.



Fonte: Acervo pessoal.

Ainda como produções bodoçoenses encontradas na feira temos os artigos tecidos em caroá que eram muito utilizados na lida com o gado, como cordas, em casa como as esteiras, etc., e, também, balaios feitos de cipó. Eram produzidos no sertão (caroá) e na serra (cipó). Tiveram uma grande produção e, por conseguinte, grande procura e venda nas antigas feiras. Eram meio de sustento de muitas famílias e adquiridas por outras serviam no uso diário.

[...] Na serra que eu já tinha dez anos, o nosso emprego lá era fabricação de balaio. Tirar cipó nas matas, assim, eu e minha mãe. [...] Aí o emprego dela era fazer caçoá e balaio [...] eu lembro que na época meu pai colocava dois jogos de caçoá nas costas e ia vender... (Josefa da Silva, 08/10/11).

Ah! Tinha muito era caroá, nera. Muita corda de caroá, capanga, né, pano de preguiçosa, eles teciam o pano e tal, corda e tudo teciam. Antigamente chamava borná, é. Servia pra botar comida pra jegue ou pra usar à tira colo [...] era enfeitadinha e vinha daqui mesmo do mato mesmo (Joathan Marques, 14/02/13).

Atualmente encontramos artigos tecidos em fibras naturais, mas não são mais produzidos no município. Passeando pela feira pode-se ver e comprar vassouras de palha, urupembas, cordas e cestas, mas são trazidos de outros municípios. A prática de tecer não acabou, mas é feita em pequena quantidade e geralmente para uso e não para o comércio, assim, nossos artigos não são mais ofertados na feira. Mas, os que estão expostos para venda podem ser encontrados em diversos pontos da feira.



Fonte: Acervo pessoal.



Fonte: Acervo pessoal.

Não poderia faltar em meio a tantos produtos e movimentos as barracas que vendem lanches afinal os quitutes regionais também são apreciados na feira seja para comer na hora ou para levar e comer depois em casa dividindo com os familiares que não foram à feira. Sr. Joathan Marques (14/02/13) ao falar sobre o universo da feira colocou que “a feira tinha uma parte chamada feira dos ‘mangái’ mesmo, era barraca que vendia comida”.

Esse comércio se mostra como tradicional no município tendo existido no passado e ter uma continuidade, certamente com algumas modificações, mas o tradicional bolo de puba (bolo feito de massa de mandioca), a tapioca, o café, entre outros, continuam sendo comercializados na feira, bem como os doces feitos de mel de açúcar com formato de cachimbo, etc., e os rosários feitos de coco catolé.



Fonte: Acervo pessoal.



Fonte: Acervo pessoal.

Podemos perceber, com base no que foi colocado, que a feira de Bodocó foi (e ainda é) um importante espaço econômico onde alguns habitantes do município conseguiam tirar seu sustento e de suas famílias, pois “ a feira consiste em uma estratégia de sobrevivência para significativa parcela da população” (DINIZ, 1989, p.72. *Apud*. MIRANDA, 2009, p. 31). Também acaba atraindo compradores para o comércio fixo da cidade pelo aumento do fluxo de pessoas como e, o que acaba acontecendo, é que esse espaço de relações sociais permite a circulação de renda entre campo e cidade, uma vez que o habitante da zona rural se dirige à zona urbana para comercializar, mas também para comprar e utilizar os serviços de que não dispõem no campo. Dessa forma, a feira se constitui um espaço privilegiado para as relações econômicas e funciona como um dia e um local de convergência de pessoas e produtos (TREVISAN, 2008; MIRANDA, 2009; CALADO, 2010).

Assim, entendemos que a feira bodocoense pode ser caracterizada de acordo com o critério colocado, em relação à economia, por Trevisan (2008) onde a percebemos

enquanto espaço de relações econômicas importantes para o município, mas de cunho tradicional onde o produtor também é comerciante, ainda que haja a presença de produtos de outras localidades. E, essa caracterização pode ser aplicada às feiras bodoçoenses expostas nas lembranças de nossos entrevistados, como na fala do Sr. José da Silva já citada, quanto às atuais que continuam a ocorrer semanalmente.

[...] As pequenas feiras espalhadas por todo interior [...] podem ser consideradas como remanescentes das feiras tradicionais, onde o agricultor, artesão e criador se transformam em comerciantes. Aqui o comerciante esporádico vende o que possui em excesso para adquirir os gêneros de sua necessidade (Trevisan, 2008, p. 47).

Nossa feira também tem alcance para além das fronteiras do município podendo ser classificada, segundo Issler (1965), como “feira de zona de transição” que possibilita a troca de produtos entre regiões. Nesse caso podemos fazer tal afirmação devido a grande circulação de mercadorias que acontecia entre Bodocó, localizada na Região do Araripe (PE) e a zona canavieira da Região do Cariri (CE), principalmente Juazeiro do Norte e Barbalha.

Esse comércio ocorria na ocasião da feira, pois Bodocó grande produtor de farinha, recebia compradores para esse produto que ofertava. Os caririenses eram atraídos pela possibilidade de comprar uma boa farinha e em grande quantidade, mas também pela oportunidade de vender rapadura. O transporte desses produtos era realizado em comboio de animais (OLIVEIRA, 2006).

Era muita farinha [...] papai vendia muita lá pro Ceará. [...] A rapadura e a farinha viajava de jumento, chamava comboio. Quem tomava conta daqueles comboios eram os comboieiros. E a rapadura do Cariri, também, né? [...] O Ceará gostava muito daqui, dessa região, e de lá vinha muita era rapadura (Joathan Marques, 14/02/13).

Hoje essa relação econômica continua ocorrendo, porém com as transformações do tempo. Dessa maneira, de um lado continua o comércio de farinha em menor proporção, mas a venda de queijo agora é o produto que atrai o comprador do cariri; e do outro a rapadura é ofertada em menor quantidade, mas são trazidos calçados industrializados das fábricas de Juazeiro do Norte um dos motivos que provocou a queda da produção em couro que era realizada em Bodocó. O cordel cariense também era artigo marcante nas feiras bodocoenses, porém agora não é mais.



Fonte: Acervo pessoal.



Fonte: Acervo pessoal.

Além de espaço econômico a feira bodocoense, também, era (é) espaço de sociabilidade e encontro uma vez que seus “componentes culturais são vários e as relações também, pois o universo lúdico das cidades nordestinas se faz presente nas feiras” (MIRANDA, 2009, p. 30).

Esse aspecto lúdico que havia em Bodocó pode ser notado na fala de Sr. Joathan Marques (14/02/13) quando ao responder se havia algum divertimento na feira coloca que “tinha cordelista que sempre aparecia aqui... os melhores vinham do Ceará e alguns da Paraíba. [...] E essa coisa de pife na festa de São José”. Ou ainda na resposta dada pelo Sr. José da Silva (06/03/13) ao ser questionado se a feira era um divertimento: “Era! Por certo era. Hoje tem festa e tudo, mas naquele tempo quem tinha mais atividade (quem era esperto) sempre ia pra feira. [...] Tinha gente que passava o dia na feira, passeando”.

Essa característica da ludicidade permanece ainda nos dias atuais, pois muitas pessoas frequentam a feira também para passear, rever conhecidos, festejar. Também é o melhor dia para divulgar eventos e transmitir anúncios de utilidade pública, pois é o momento onde se encontra a maior quantidade de bodocoenses na sede municipal.

Ocorre anualmente ou quando os jovens decidem se reunir por ocasião das férias, por exemplo, o “Forró na Feira” promovido por estudantes, músicos tocadores de sanfona, zabumba e triângulo, entre outros, juntamente com quem mais quiser participar. O grupo sai andando ou dançando, pela feira tocando forró e dando um colorido a mais no evento semanal.



Forró na Feira, Rua da Feira da Farinha.
Fonte: Blog Bodocó na Net.

Todo o centro da cidade é ocupado pela feira todas as segundas-feiras, para que o sustento de algumas famílias seja alcançado, para que outras possam abastecer suas despensas e para que ocorra o divertimento e a sociabilidade típicos das feiras do interior nordestino (CALADO, 2010; MIRANDA, 2009; TREVISAN, 2008). Assim, a população bodocoense se encontra envolvida nesse evento semanal que tem importância histórica para o município. Sua relação com o lugar é dada de maneira tão arraigada que alguns de seus artigos acabaram se sobrepondo aos nomes das ruas e dessa forma para

os habitantes temos: a rua do queijo, rua da fruta e rua da farinha todas localizadas no centro da cidade lugar de origem de sua urbanização.

Na imagem abaixo podemos observar, no centro da cidade, as principais ruas ocupadas pela feira e que são as referências do movimento desse comércio ao ar livre que ocorre em Bodocó todas as segundas-feiras.



Imagem via satélite de parte do centro da cidade de Bodocó.
Fonte: Google Earth.

Assim, notamos que Bodocó tem uma relação com a feira que além de histórica, é cultural uma vez que “na memória do povo um dos fatores da cultura é a feira. A feira

não é só um suporte de manifestações culturais, a feira é uma manifestação cultural” (MIRANDA, 2009, p. 171), e está na memória daqueles que viveram e vivem na cidade como:

Espaço que concentra atividades e práticas diversas relacionadas à produção, ao comércio e ao consumo de determinada região, mas também lugar de sociabilidade e convivência [...] sinônimo de diversidade, pois são lugares de uma riqueza cultural peculiar, feita por produtos que vem carregados de inúmeros significados e por relações humanas fortes e marcantes (*Idem. Ibidem.*, p. 143).

Trataremos agora dessas peculiaridades da produção bodocoense exposta na feira, bem como sobre a própria manifestação cultural que é a feira. Passamos então a observar os agentes históricos dessa cultura que foram excluídos da historiografia tradicional, bem como analisar a sua ancestralidade colocando o que há de africano e/ou afrodescendente na arte e na cultura bodocoense.

As Africanidades:

As raízes dum povo constituem a herança e o patrimônio sagrado que cada indivíduo e cada comunidade recebem dos antepassados para ser o seu alimento, a razão profunda da sua existência (ALTUNA, 1985, p. 10).

Sabemos que o continente africano, desde tempos antes de Cristo, tem desenvolvido diversas técnicas em barro, couro, metais, construções, cálculos, filosofia, em fim, uma

série de técnicas e tecnologias de que a Europa não tinha domínio. Porém, com a colonização portuguesa no Brasil muitos desses conhecimentos já existentes na África são transplantados para terras brasileiras. A historiografia eurocêntrica os trata como europeus e não africanos, mas:

Brasil Colônia e Império, em seus aspectos tecnológicos, começa no continente africano e nos conhecimentos trazidos pela mão de obra africana. [...] O Brasil teve como única forma de trabalho o escravismo criminoso. [...] Assim, os africanos ocuparam muitos dos campos da produção como fonte de conhecimento de base técnica e tecnológica (CUNHA Jr., 2010, p. 10 - 17).

As produções advindas do trabalho dos africanos eram colocados à venda em feiras, pois na África a circulação de mercadorias também ocorria e se mostrava como acontecimento de importância econômica, mas também cultural onde são expostos os frutos produtivos da arte, do cultivo, etc. Como nos aponta Dias (1995, p. 158):

Em anúncios de jornais e nos raros maços de população, que discriminavam a origem dos escravos, preponderavam numericamente escravos de Angola e de Moçambique, do grupo bantu, que, aliás em suas terras, também praticavam um comércio ambulante e de feiras, de comestíveis e gêneros de primeira necessidade, o que não exclui a presença das práticas de comércio do Daomé e Congo, por escravos mulçumanas, principalmente iorubanas, que completavam o trabalho doméstico com quitandas e pequenas vendas, que funcionavam à noite.

Assim como em suas terras de origem, os africanos praticavam suas profissões em terras brasileiras uma vez que foram postos a trabalhar em diversas áreas produtivas no Brasil onde também aplicaram seus conhecimentos. Com isso, africanos e

afrodescendentes instalaram oficinas e/ou trabalharam como ferreiros, carpinteiros, sapateiros artistas, pedreiros, marceneiros, roceiros produzindo grãos, tecelões, etc. Como também, as mulheres faziam comidas, hortas, para praticarem um comércio ambulante (DIAS, 1995; CASTELLUCCI, 2008).

Fato que também ocorreu no interior do Nordeste, pois geralmente há um pensamento errôneo que tende a relacionar o uso da mão de obra escrava no litoral açucareiro. Sabemos que o sertão foi colonizado ou ocupado pelos europeus, africanos e afrodescendentes através da criação de gado. Dessa forma “a cultura do couro e do gado são partes do legado africano para a sociedade brasileira” (CUNHA Jr., 2011, p. 102). Porém, o legado africano no sertão nordestino não se resume ao gado e ao couro, uma vez que:

Mão de obra escrava aplicada à criação de gado, a agricultura de subsistência, produção artesanal de vestuário e utensílios, trabalhos de construção. [...] Sertão pernambucano também desempenhava todo um conjunto de tarefas ligadas, direta ou indiretamente, à criação de gado – sem exclusão do ofício de vaqueiro (VERSIANI e VERGOLINO, 2003, p. 287).

Já tendo a evocação de algumas memórias por meio de entrevistas notamos que a presença de artefatos em couro, barro, caroá (fibra usada para tecer cordas, tecidos, etc.) eram garantidos nas feiras bodocoenses e produzidos por pessoas de diferentes localidades dentro do próprio município, assim como também era encontrada em abundância a farinha trazida em lombos de animais da serra até a sede municipal para serem comercializados. Também com base nas lembranças, podemos afirmar que tais artefatos fazem parte do legado cultural africano no Brasil uma vez que a cultura do couro de gado, de artefatos em barro, entre outros, são partes do legado africano para a sociedade brasileira, pois os africanos ocuparam campos diversos na produção sendo, também, fonte de conhecimento da base técnica e tecnológica vindas da África. Ademais observamos que, no sertão pernambucano, a mão de obra escravizada foi aplicada em diversas atividades que foram deixadas como herança aos afrodescendentes

que habitaram o município e abasteciam a feira livre de Bodocó (CUNHA Jr., 2010 e 2011; VERSIANI e VERGOLINO, 2003).

As memórias já evocadas nos contam histórias imbuídas de africanidades afirmando a existência e o protagonismo negros na História do município através de seu trabalho, sua arte e sua vivência.

Fato que fica claro nas falas de pessoas como o senhor Joatan Marques, cordelista, o senhor Raimundo Pereira, sapateiro, o senhor João Leontino, agricultor, entre outros, que contam como testemunhas da História a presença de negros como maioria na produção de farinha de mandioca, produto muito procurado na feira, como mestre na arte de produzir em couro, na tecelagem, em fim, esses senhores entre outros e outras mostram, através de suas memórias, a importância da presença daqueles que foram esquecidos pela História dita oficial e, conseqüentemente, a necessidade de recontá-la através da evocação das memórias daqueles tidos como minorias sociais, mas que tanto influenciaram no desenvolvimento sócio histórico do local.

Ao conversar com nossos entrevistados bebemos em suas memórias os diversos detalhes da feira e em meio às suas evocações perguntávamos sobre a tipologia das pessoas, questionando como eles eram, se eram brancas, em fim. Como resposta sempre tínhamos a afirmação de nossa hipótese de pesquisa, pois sempre recebemos a afirmativa para de maioria afrodescendente:

Não! O povo daqui é um povo meio caboclo⁸, né. E elas (as louceiras) eram desse tipo normal daqui. [...] aqui tem uns gazos, mas a maioria é morena. Eles (os comboieiros que transportavam farinha da serra para a feira) eram morenos tipo caboclo (Joathan Marques, 14/02/13).

O mestre Casimiro, ele era muito escuro, era negro mesmo. [...] Eles (os sapateiros que trabalhavam com o Sr. Raimundo) tudo era de minha família, nossa, nosso tipo era esse mesmo, nossa cor era essa mesmo, moreno (Raimundo Sobrinho, 14/02/13).

⁸ Aqui é importante colocarmos que as palavras moreno (a) e caboclo (a) estão presentes neste trabalho como sinônimo de negro (a). Uma vez que nas falas “quando solicitado para definir negro, por vezes, este aparece entendido como sinônimo de moreno” (RIBEIRO, 2011, p. 174).

Ali, trabalhava os mais competentes, por que ali precisa ser competente. A maioria era morena, e tinha um povo lá quase preto assim bem moreno mesmo. [...] Ah! Tinha, mais do que mesmo branco nesses engenhos e na farinhada era que tinha... (José da Silva, 06/03/13).

Nas falas de D. Maria de Lurdes e D. Osana Carneiro, mulheres negras, percebemos como era rica a produção em barro e sua exposição para venda nas feiras de Bodocó dessa tradição familiar em que as técnicas são passadas como herança: “aprendi com minha mãe, minha mãe trabalhava de louça e eu aprendi com ela, minha vó, minha sogra, minha família todinha trabalhava com barro...” (M^a de Lurdes, 17/03/13).

Aqui percebemos a prática da tradição oral como elemento de garante a transmissão dos conhecimentos e técnicas, uma vez que “a oralidade é um elemento de resistência, tem importância na preservação dos referenciais culturais, na forma de conceber o mundo, é um exercício de sabedoria” (NUNES, 2011, p. 52). Mas que, também, nos remete às africanidades onde “esta tradição oral, melhor, esta literatura oral é transmitida na família pelos adultos e na comunidade pelos velhos” (ALTUNA, 1985, p. 35).

Ao falar sobre como se deu o seu processo de aprendizagem da arte do barro D. Osana Monteiro (17/03/13) nos coloca que se deu de maneira vivenciada, observando sua mãe e diz também que essa é uma prática ancestral uma vez que a sua bisavó transmitiu os conhecimentos que foram passados às gerações futuras até que ela mesma viesse a aprender.

Ah! Eu comecei fazer panela quando minha mãe ‘tava’ viva, que ela fazia e eu ‘tava’ alí prestando atenção, aquele tempo todinho prestando atenção. [...] eu ainda alcancei a minha vó e ela aprendeu com a mãe dela. Passou. A minha vó também fazia louça, aí ela (mãe) também aprendeu aí depois eu já grandinha prestava atenção no que ela ‘tava’ fazendo aí foi quando eu aprendi também.

A arte de tecer também se constituiu em uma herança familiar, D. Josefa da Silva nos contou que aos “dez anos o nosso emprego era fabricação de balaio. Tirar cipó na mata, assim eu e minha mãe. Eu ia ‘pro’ mato tirar cipó mais ela [...] Nós trabalhava de caçoá e balaio” (08/10/10). Sr Joatam se lembra que muitas outras coisas eram encontradas na feira: “tinha muito era coroa, nera? Muita corda, capanga, né, pano de preguiçosa [...] e era enfeitadinha” (14/02/13). Ainda sobre esses artefatos o Sr. José Leontino (06/03/13) nos dá a localização de outra família que também trabalhou tecendo o caroá: “era do sertão, eles são uma família de pretos que vivem ainda no sertão”.

Na produção de couro nós entrevistamos dois irmãos sapateiros, Sr. Raimundo Pereira e o Sr. Francisco Pereira que são conhecidos em Bodocó pela qualidade de seu trabalho. Eles não trouxeram essa arte como herança familiar aprenderam com um senhor oriundo do município de Exú-PE: “aprendi assim, tinha um velho aqui que ele era do Exu e, então, chamava-se [...] mestre Casimiro, ele era muito escuro, era negro” (Raimundo Pereira, 14/02/13). Aprenderam a arte do mestre negro e a tornaram conhecida em toda região produzindo até os dias atuais as modelagens que ele os ensinou. Sr. José Leontino e Sr. Francisco Pereira lembram de outros que produziam em couro como: “Chico Simião, era bem moreno, e outros que eram bem caboclo” (José Leontino, 06/03/13), “Manuel Seleiro, Zé Chanda, tudo moreno como nós [...] mestre Cabrinha, negro...” (Francisco Pereira, 19/03/13).

Na ocasião da entrevista com o Sr. Francisco Sobrinho estivemos em sua oficina onde fotografamos uma das sandálias que ele produz segundo suas palavras o modelo chamado ‘currulepe’ “é do jeito que aprendi [...] foi o mestre mesmo, foi Dim que aprendeu e ficou” (19/03/13). Colocamos abaixo um modelo africano ao lado do produzido por nosso entrevistado que, como ele contou, foi aprendido com o mestre negro, nesse caso, mestre Casimiro.

Sandália em couro,
Sudanesa. Fonte:
CUNHA, 2010, p. 18.



Sandália em couro,
Bodocoense. Fonte:
Acervo pessoal.



Certamente encontramos diferenças no acabamento e no trabalho de decoração entre elas, mas é incontestável a semelhança e a igualdade em relação à base de modelagem desses calçados. Não poderíamos esperar, porém, que em diferentes épocas e território os afrodescendentes pudessem conservar suas tradições tal qual como o faziam na África, pois “a cultura afro-brasileira tem dois pontos: um é a evolução e o outro é conservação ao máximo” (JOAQUIM, 2001, p. 25).

Encontramos, então diversas manifestações das africanidades que foram adaptadas no caminho natural da cosmovisão africana que aceita o novo e, nesse sentido, evolui se adaptando às novidades para sobreviver ao tempo e às diversidades mantendo, no entanto, a sua essência ou como nos diz Altuna (1985, p. 52): “as filosofias conhecidas na África tradicional, possuem em comum ser dinamistas. Representam o mundo não como uma entidade estável, fixa no ser, mas como um devir em perpétuo crescimento...”.

Assim, percebemos como os artefatos da cultura negra estiveram e estão presentes em nosso município através da transmissão do conhecimento das técnicas de produção dos diversos produtos que trazem consigo a herança ancestral africana e afrodescendente. E vemos a feira como a vitrine de exposição de toda essa produção se colocando como uma peça chave na história de Bodocó, pois ao mesmo tempo em que traz à público as diversas manifestações culturais do povo bodocoense agiu como motor de desenvolvimento econômico, político e social do lugar, pois como já citado esse evento semanal que é uma manifestação cultural de cunho, também, afrodescendente pelas tradições negras desde os ancestrais africanos de comercializar ao ar livre, trouxe fluxo

de pessoas que acabou urbanizando e emancipando o, então distrito fazendo-o cidade em 1924.

4.3. Memórias: arte, oralidade e lembranças de um tempo que se (re) faz presente.

A tradição oral é, assim, biblioteca, o arquivo, o ritual a enciclopédia...
(ALTUNA, 1985, p. 34).

Não conseguiríamos desenvolver o presente trabalho sem a generosa colaboração daqueles e daquelas que nos cederam parte importante de suas vidas através das lembranças: os nossos entrevistados e entrevistadas que, por meio da evocação de suas memórias nos revelaram um surpreendente universo cultural ativo e atuante na história de nosso lugar presente na feira semanal.

Parte da história de nosso município foi revisitada e aqui contada porque primeiro nossos entrevistados o fizeram. Eles são os grandes responsáveis pela viabilidade do que aqui está posto, são os guardiões de uma história que já tem caráter de tradição oral, pois receberam heranças e produziram outras que estão sendo transmitidas aos mais novos para que haja a continuidade das tradições, o reconhecimento do patrimônio e a preservação da identidade.

Preservam em seu dia a dia a herança ancestral ao darem continuidade às suas produções, ao sentar e contar como foi a história, ao transmitir seus conhecimentos com a saudade de um tempo que, a pesar de revisitado pela memória, deixa saudades.

Dona Josefa foi entrevistada, aos 58 anos, em sua casa que fica na zona rural de Bodocó em outubro de 2010 quando começamos a pensar a feira como possibilidade de espaço de cultura, educação e pesquisa. Saiu do sul do estado do Ceará ainda criança para viver em terras bodocoenses, “eu era bebê, não sabia nada, não conhecia nada. Então nós fomos morar em cima da serra”. Cresceu vendo e ajudando seus pais no trabalho agrícola de subsistência e na produção de cestos, balaios e farinha para comercializar.

Em sua vida muito mudou de morada, pois sua família não possuía terras. Isso fazia com que trabalhassem às vezes como meeiros ou como trabalhadores por jornada: “ele (pai) não vendia nada assim, levar dois sacos de feijão, não vendia. Ele só ficava trabalhando juntava agente e trabalhava na diária”. Entre esses trabalhos estava a produção de farinha onde “ia tudo pro viamento” (casa de farinha) e prestavam serviços para vários produtores do município:

Outra pessoa que chamasse ele (pai) trabalhava como forneiro. Ele trabalhou muito lá na Lagoa de Dentro, lá nos Belarmino, ele trabalhou no finado Santo Ferreira, que morava na Caiçara, ele trabalhou muito na serra, trabalhava alí nos Belo só torrando [...] Agora essas pessoas produziam para o comércio, eles plantavam muito, tinham as terras tudo boa pra mandioca aí eles plantavam muito e produzia muito...

O pai de Dona Josefa contribuiu muito na boa fama da farinha de Bodocó, fato que atraía pessoas para a feira, pois o forneiro ao torrar a farinha é quem dá o ponto final do produto. Sua família traz a tradição ancestral das técnicas da produção de farinha e de balaios assim como das cantigas, histórias, danças presentes no grupo social envolvido nas farinhadas (grandes mutirões, que se tornam festas, para a produção de farinha).

Hoje ela vive com sua família, marido, filhos, netos, em terras próprias. Trabalha na agricultura e na criação de animais como atividade de subsistência. Pratica o São Gonçalo, festejo em homenagem ao santo com instrumentos de percussão, entre outros, e paços de danças de roda. Não faz mais balaios, mas lembra com saudade e suspiros como acompanhava sua mãe nessa atividade.

Ao contrário de Dona Josefa, “seu” Joathan nasceu e cresceu em Bodocó, na sede do município, sendo filho de agricultor e comerciante de farinha e rapadura. Cresceu vendo a feira e se tornou grande observador dos costumes locais que os transforma em folhetos de cordel. Estudou no Recife, trabalhou como militar e hoje, aposentado, se dedica à escrita dos poemas que contam histórias, lendas, tradições, em fim que mostram a nossa Bodocó.

A arte da contação de histórias com rimas o conquistou vendo a comercialização dos folhetos na feira. Fez os seus primeiros versos ainda muito jovem quando lia cordéis para um amigo da família e improvisava:

‘Ciço’, ele tá vivo ainda e tá duro danado, ele tem oitenta e tantos anos. É compadre meu, ele não sabia ler aí comprava o cordel e botava eu pra ler, Pavão Misterioso, coisa assim bem importante o cabra era artista mesmo [...] Sim aí como eu ia dizendo, compadre ‘Ciço’ mandava eu ler os cordéis aí quando acabava aí eu emendava uns versos, até que ele desconfiava que eu não estava mais lendo , estava fazendo o meu pra ele.

É de “seu” Joathan o cordel sobre a Guerra do Amparo, assim como as ilustrações na capa. Esse é apenas uma de suas criações que apresentam estórias e costumes de Bodocó, mas nenhum falando sobre a feira que ele nos descreveu com tantos detalhes que dava pra ver os cenários, os objetos, as cores, o movimento. E, quando questionado porque ainda não tinha escrito sobre a feira, respondeu: “esse eu não posso porque Luiz Gonzaga já disse tudo que tinha pra dizer de feira”, como referencia a música “A Feira de Caruaru” composta por Onildo Almeida e eternizada na voz do “rei do baião”.

Vive até hoje na casa em que nasceu, lugar onde o encontramos e o entrevistamos aos 73 anos, em fevereiro de 2013, gosta de conversar e contar seus versos. Vai às escolas para divulgar a “nossa cultura” embora reclame que precisa de mais apoio:

Só acho que devia fazer mais, dá mais valor, com que tiver, quando agente é chamado aí para as escolas é uma festa, uma farra, eles aplaudem a gente e tudo, né. Aquele verso é concorrido, sempre que eu vou eu levo dez. doze versos, todo mundo quer.

E assim, “seu” Joathan mantém algumas tradições da cultura bodocoense, colaborando para que o nosso patrimônio imaterial e parte de nossa história sejam mantidas nos cordéis, nas conversas, na memória social e cultural do município, o que fortalece o sentimento de pertencimento e a identidade social do povo de Bodocó.

Os senhores Raimundo Pereira Sobrinho e Francisco Pereira Sobrinho são irmãos e aqui serão chamados como popularmente são conhecidos em Bodocó: “seu Dim” e seu Chico, respectivamente. Nasceram e cresceram na Várzea do Meio, antiga agrovila e hoje bairro, envolvidos pelas atividades de agricultura e da criação de animais. A mãe dona de casa e agricultora e o pai, além da agropecuária, desenvolvia a atividade de machante (de abater animais como gado, porco, ovelha, para o consumo) como atividade tradicional da família como colocou seu Chico “aqui nós temos tradição em machante, era papai e mais dois, mais meu irmão mais novo”.

Embora tenham crescido em meio a atividades agrícolas se apaixonaram pela arte de produzir calçados em couro, mas a forma como se encontraram com nessa profissão são histórias diferentes.

Seu Dim foi entrevistado em sua sapataria em fevereiro de 2013, aos 78 anos de idade. É muito conhecido no município pelos calçados que já fez, pois hoje não trabalha mais fabricando se dedica ao comércio e a criação de alguns animais que possui. Com muito orgulho de sua história seu Dim nos contou que aprendeu o ofício com o “Mestre Casimiro” que possuía uma sapataria (oficina de produção) em Bodocó e foi trabalhar com ele que lhe ensinou a profissão. Quando o mestre foi embora ele comprou a oficina e continuou com o negócio em 1955: “Então compramos a ele, a Mestre Casimiro, compramos as formas, um pouco de matéria de sola e então começamos a trabalhar ao mesmo tempo, nessa época, fevereiro de cinquenta e cinco”.

Apesar de produzir artesanalmente, pois “era artesanato assim, que era uma fabricazinha até boa mesmo que era tudo manual, nós não tinha máquina” o grupo de sapateiros que trabalhavam com seu Dim produzia muito e vendia na feira de Bodocó em outras cidades. Em sua fala percebemos que fica um pouco triste pelo fato de os calçados industrializados terem tomado espaço no mercado fazendo sua produção cair ao ponto de ele ter que fechar a fábrica e ficar somente com a loja onde compra e revende:

... na época de setenta (1970) nós compramos uma máquina, mas era somente lixadeira, só pra lixar, mas era tudo calçado feito de sola e vaqueta (couro), sola e pneu, bota de vaqueiro. Tinha aquelas pessoas que diziam, faziam a propaganda, as afamadas botas de vaqueiro. Aí nós fomos trabalhando até a década de oitenta (1980) ainda trabalhava muito. Aí de 80 pra cá foi diminuindo, foi aparecendo calçado de fora [...] até quando chegou noventa (1990) já não tinha mais operário, aí eu entrei também no ramo de comprar calçado...

Em sua sapataria Seu Dim ainda vende calçados de couro, que seu irmão faz e ele às vezes ajuda a produzir, pois “agente não esquece a arte”. Lá nos recebeu e nos contou mais que sua história de sapateiro, mas também de comerciante e frequentador da feira. Descreveu o que viu e o que viveu com nostalgia de um tempo que “apesar das dificuldades deixa saudade”.

Seu Chico também sente muita saudade do tempo em que se reunia com seus irmão e demais operários em torno da produção de calçados e, mesmo com a fábrica fechada ele continua com a oficina dele aberta e produzindo. Foi entrevistado no mês de março de 2013 em sua oficina que fica ao lado da casa em que mora na Várzea do Meio, na ocasião com 70 anos, nos mostrou todos os passos para a produção de um belo par de alpargatas, nos contou que a arte aprendida por seu Dim com o Mestre Casimiro foi transmitida para outras pessoas o próprio seu Chico aprendeu com o irmão: “Afonso e Dim aprenderam com mestre, e deles foi passando pra nós, primeiro Zé meu irmão, nós somos uns seis irmãos e cinco sapateiros”.

Em sua fala nos explicou como as pessoas se deslocavam para ir à feira, quem eram as louceiras, quais os produtos vendidos na feira. Mostrou-nos que a feira era um ponto de encontro dos artefatos culturais do município e que ele juntamente com seu irmão fizeram e fazem parte dessa história. Além disso, percebemos como a cultura é dinâmica e transformadora, pois a família de machante se tornou uma família de sapateiros guardando e transmitindo a arte ensinada pelo mestre Casimiro fazendo permanecer as técnicas de produção e os modelos de calçados herdados uma vez que são “do jeito que aprendi”.

Dona Maria de Lurdes, louceira, nos recebeu em sua casa que fica na Vila Sipaúba em março de 2013, aos 57 anos. Mas não ficamos somente sentadas conversando, pois

assim como seu Chico ela nos mostrou seu espaço de trabalho e como funciona a produção de potes, panelas, pratos de barro. Nos apresentou o barro, a modelagem e a queima dos seus produtos em um forno, assim como a sua família por meio de fotografias em alguns quadros na parede. Contou como era a sua avó e sua mãe e de que maneira essas mulheres lhe inspiraram a dar forma ao barro e a conseguir renda com o próprio trabalho, nos contou que quando criança e moça ajudava a mãe na produção, no transporte e no comércio dos utensílios produzidos: “eu mesmo cansei de ir com ela tocando um jeguinho e uma égua e ainda levava alguma vasilha na cabeça”.

Bodocoense aprendeu a trabalhar com o barro porque este é uma herança de família é um patrimônio familiar deixada por suas ancestrais. Dessa forma ela aprendeu e pratica a arte de fazer utensílios de barro até os dias atuais. Frequentou a feira como comerciante, mas hoje vende seus produtos em casa e por encomendas como meio de manter da tradição e também de conseguir complementar a renda familiar ou até de ter uma renda própria já que ela tem uma boa freguesia.

Mulher de fala serena e boa memória, nos contou que antigamente no tempo de sua avó e de sua mãe havia muitas louceiras em Sipaúba porque a demanda era muito grande, afinal na época o pote era a melhor forma de armazenar água em casa e as panelas de barro eram as preferidas das donas de casa. Mas, atualmente com a chegada de produtos industrializados como geladeira, panelas de alumínio, etc., nota-se a diminuição da profissão e da produção: “antes tinha bastante louceira aqui. Agora tem uma colega minha que trabalha também, ela ainda leva pra Bodocó, vender lá na feira, é Zifa”.

Dona Maria de Lurdes gosta do fato de seus filhos estudarem para terem outras profissões, mas gostaria de passar a técnica para eles, mesmo porque entende que é importante manter a tradição. Assim, a enxergamos como uma mulher preocupada, não só com as finanças da família, mas também com a transmissão e continuação dos ensinamentos de suas ancestrais.

Também louceira de Bodocó, Dona Ozana, de 85 anos, nos recebeu em sua casa no Sítio Carneiro em março de 2013. Com seu jeito firme disse “eu sou Ozana do Carneiro”, como referência ao sítio onde mora, e que contaria a história porque gosta de lembrar. Desde a infância via e ajudava a mãe no trabalho com o barro desde escolher e retirar o barro até o acabamento das panelas e demais utensílios. Nos contou passo a passo como é que faz uma panela deixando bem claro que não é tarefa de um dia apenas

pois tem que trazer o barro do “mato”, colocá-lo de molho na água, depois no chão e ficar molhando até estar no ponto de modelar:

...nós ia no mato arrancava uma terra em cima assim aí afastava o barro aí nós já trazia pra casa e bota de molho numa vasilha, numa cunca, uma vasilha. Aí depois botava no chão o monte de barro, depois aguava, aí no outro dia agente deixava no jeito de ficar bom, aí no outro dia agente fazia, agente fazia as louças, era assim.

Mas o preparo do barro era apenas a primeira etapa da produção, pois tinha que modelar, alisar, fazer acabamento, deixar secar e queimar. É um trabalho longo e caprichoso que Dona Ozana lembra com saudades, pois não pode mais fazer louça devido a dores na coluna e com uma alegria saudosista conta:

...alisava com umas pedras, não é toda pedra não, tem as pedras de alisar que até hoje tenho aí guardada, minha filha (rí). Pois é, ainda hoje tenho as pedras guardadas aí num balde, alí dentro. Agora só não posso mais é fazer louça, mas fazia tudo que era pra fazer era cunca era pote (...) os meus (potes) nunca deixaram de esfriar...

Assim como suas ancestrais, Dona Ozana passou seus conhecimentos para suas filhas, pois “é uma arte da família”, mas é professora exigente e quando perguntamos se alguma de suas filhas aprendeu a fazer louça ela respondeu: “Ah, elas nunca aprenderam que nem eu não, mas fazem uns penicos aqui e acolá”. Pelo que observamos as futuras louceiras da família ainda tem que conquistar a matriarca!

A visita à casa de Dona Ozana foi uma experiência muito rica, pois nas terras no seu sítio moram seus filhos e netos. Parte deles estava lá quando conversamos com ela.

Percebemos como ela tem papel de liderança na família e transmite os conhecimentos adquiridos da ancestralidade e também das experiências de vida. Ela é, sem dúvidas, uma guardiã do nosso patrimônio imaterial e uma ativista no sentido de fazê-lo seguir em frente, de continuar sendo herança recebida e praticada pelas futuras gerações de bodocoenses.

E, por fim temos o senhor José Leontino, “seu Zé”, que nos recebeu em sua casa no Bairro São Francisco, em março de 2013, aos 78 anos. Aposentado como agricultor, ele continua visitando o seu sítio que, agora, é cuidado por seus filhos, pois é algo que o deixa feliz além de poder sentar-se na calçada de casa acompanhado por sua esposa, filhos, netos e bisnetos para conversar e aproveitar o frescor da noite.

Seu Zé nasceu e cresceu na zona rural de Bodocó, trabalhando com seu pai e irmãos na agricultura, na criação de animais e na produção de farinha que era levada para ser comercializada na feira, que era frequentada por sua família não só para vender, mas também para comprar os mantimentos e utensílios para suprir as suas necessidades. E, ainda quando criança foi levado pelo pai para a feira onde ao chegar ficou admirado com que viu além de se tornar frequentador assíduo do evento semanal:

Ah, vinha, sempre vinha pra feira quando era jovem. Sabe a primeira vez que eu vim para aqui para Bodocó (se refere à zona urbana, à cidade), alí na praça alí de Zé Roberto (praça onde ainda ocorre a feira), alí naquela praça. Alí era um galpão aí quando eu cheguei fiquei meio, meio... Por que sempre quem andava era o outro mais novo que eu por que agente às vezes não podia vir. Aí quando eu cheguei parou alí olhei assim fiquei meio ariado, né, olhando assim, eu menino véi!

E, a partir daí ele começou a contar como era a feira quando ocorria na antiga Praça da Independência (hoje, praça José Gomes de Sá), o que era posto à venda e de que forma a feira foi crescendo e tomando novas configurações. Listou os produtos que eram “da terra” e os que vinham de outros municípios, bem como falou das louceiras, dos sapateiros, etc. Seu Zé nos mostrou uma panorâmica histórica da feira e de sua

variedade de produtos, de relações culturais e sociais. Gosta de falar e contar como foi sua vida de trabalho; o que viu nos lugares por onde andou e de como conseguiu constituir sua família e construir seu patrimônio material que deixará de herança para os filhos. Mas, seu legado será muito maior que os bens, pois através de seu trabalho participou ativamente da feira e da história de Bodocó construiu, juntamente com as outras pessoas dos vários cantos bodocoenses, um patrimônio histórico-cultural que deve ser trabalhado nas escolas do município.

No momento da qualificação da presente pesquisa o prof. Dr. João Figueiredo falou de “livros vivos”, portadores da memória cultural e histórica, que nos trazem as tradições culturais as quais fazemos parte e colocou que estes deveriam estar na escola desempenhando o seu papel de “livros”.

Nas comunidades africanas o mais velho é considerado uma coleção de livros e conta com o respeito de todos por trazer consigo a sabedoria ancestral e a tradição oral de um povo e, por isso, “em África, quando morre um velho, desaparece uma biblioteca” (ALTUNA, 1985, p. 32). Assim também acontece com as comunidades afrodescendentes, em Bodocó, por exemplo, notamos a organização de famílias em torno de seu patriarca ou de sua matriarca que transmite os conhecimentos ancestrais para as novas gerações que os ressignificam uma vez que as tradições culturais, os saberes, signos e símbolos não são estáticos e sofrem mudanças, adaptações uma vez que “as culturas devem tornar-se cada vez mais humanas, múltiplas através dos tempos, criativas dinâmicas, e devem acompanhar as vicissitudes dos grupos sociais, que não podem permanecer imóveis” (*Ide. Ibidem*, p. 17).

Entendemos assim que os conhecimentos contidos nas memórias de nossos entrevistados acerca das tradições culturais e história de Bodocó devem estar nas escolas como “livros vivos” que podem contar o nosso passado a partir de um novo ponto de vista que não aquele da historiografia atrelado às datas e acontecimentos em detrimentos das pessoas.

Nesse sentido propomos que essa nova forma de contar a história esteja em novos livros e que possa estar presente no ensino de história local onde a feira seja reconhecida como a grande vitrine da cultura e das relações sociais bodocoenses, pois é um dos espaços onde temos em evidência a participação e as diversas contribuições das africanidades e afrodescendências em nossa história.

**FEIRA DE BODOCÓ: VITRINE DAS AFRICANIDADES
COMO POSSIBILIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO
DA LEI 10.639/03.**



5. FEIRA DE BODOCÓ: UMA VITRINE DAS AFRICANIDADES E AFRODESCENDENCIAS COMO POSSIBILIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03.

[...] cada atividade humana converge para a sua localização adequada no mundo. Podemos estendê-la à escola, instância intermediária entre o âmbito privado (família) e o âmbito público (política), que exige um tratamento diferenciado e adequado a sua natureza de atividade humana específica (DOZOL, 2009, p. 227).

Segundo Giroux (1986) as teorias reprodutivistas apontam a escola como espaço central na reprodução das formações sociais necessárias para a manutenção das relações capitalistas de produção onde “historicamente, os trabalhadores tem sido treinados para o seu trabalho” (*Ide. Ibidem*, 109). Temos que concordar, em parte com as afirmações acima colocadas, pois a escola vem sendo lugar de manutenção social, porém não só para delimitar o espaço das classes, mas também, de gênero e etnia, uma vez que, é um ambiente que deveria ser plural, mas acaba se caracterizando com o contrário, mantendo um processo de exclusão, pautado nos valores eurocêntricos, negando, assim, os valores das crianças e adolescentes de origem africana (SOUZA, 2008; CUNHA Jr., 2008).

Observamos ainda que a visão eurocêntrica da história foi construída durante décadas de colonização, império e república no Brasil e, portanto, não é fácil combatê-la e desconstruí-la, por isso necessitamos de diversas e insistentes tentativas de trazer à escola outra visão que consiga enxergar e valorizar as diferenças e, também, aqueles que ficaram marginalizados pela historiografia através de “aulas de História [...] como busca de transformação constante e possível” (NEMI, 2009, p. 27).

Nesse sentido buscamos um ensino de História que traga o aluno a uma participação efetiva, através de uma educação que busque romper com o eurocentrismo e se abrir para a possibilidade de trabalhar com a diversidade. Desse modo é possível selecionar “conteúdos significativos” e realizar o que prega os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de História quando coloca que:

Identificar e selecionar conteúdos significativos são tarefas fundamentais dos professores, uma vez que se constata a evidência de que é impossível ensinar “toda a história da humanidade”, exigindo a escolha de temas que possam responder às problemáticas contundentes vividas pela nossa sociedade, tais como as discriminações étnicas e culturais, a pobreza e o analfabetismo (PCN, 1999, p 52).

Para que haja a escolha desses conteúdos significativos é necessário que eles estejam disponíveis para o professor, mas infelizmente não é com essa realidade que nos deparamos no dia a dia de algumas escolas, pelo menos ao que se refere à lei 10.639/03 (que indica a obrigatoriedade dos estudos da História e Cultura africana e afro-brasileira), pois notamos que “lei não foi implementada de maneira condigna pelos sistemas municipais e estaduais de educação. Até porque, da mesma forma, não recebeu a devida atenção dos programas de formação de professores...” (CUNHA Jr., 2008a, p. 45).

Foi pensando nessa problemática, que envolve escolha de conteúdos e a ausência deles no referente às africanidades na historiografia de Bodocó, que desenvolvemos o presente trabalho, onde procuramos mostrar a feira livre realizada historicamente no citado município como possibilidade de perceber a intrínseca relação desse evento semanal com a história local, bem como com as manifestações culturais africanas e afrodescendentes que foram transmitidas pelos ancestrais daqueles que as praticam e que, de certa forma, perduram até os dias de hoje.

Nesse sentido a feira de Bodocó se mostra como uma vitrine das africanidades e, conseqüentemente, como possibilidade de se implantar a Lei 10. 639/03, ao menos no ensino de História buscando mostrar a participação efetiva daqueles que trazem consigo a herança ancestral africana na construção histórica e cultural do município que precisa ser conhecida e valorizada, não só porque temos a lei para cumprir, mas porque é dever do educador valorizar a identidade cultural de seus alunos, reconhecer sua importância e trabalhar para que cidadãos sejam inseridos na sociedade e que possam fazer dela um

espaço de respeito e prática da pluralidade cultural que nos enriquece enquanto indivíduos e sociedade.

5.1 O Ensino de História e a Lei 10.639/03.

Professora, ele me chamou de negro sujo. Não liga menino, você não é negro, é moreno.
Professora, ela está me chamando de macumbeira. Não liga não menina para estas coisas, isto não tem nada a ver (CUNHA Jr., 2008, p. 233).

A História, como é colocada nos currículos escolares e como conhecemos a partir dos processos educativos de formação nas instituições de ensino, tem sua origem enquanto registro da “verdade” na antiguidade clássica e veio sendo produzida segundo métodos e interpretações europeias que, no século XIX, os historiadores alemães tentam imprimir na história o caráter de ciência tal qual as ciências exatas e trazem o método conhecido como Positivismo (BORGES, 2005).

Os fazeres aplicados à pesquisa e à interpretação da história tiveram ainda que dialogar com o Materialismo Histórico, elaborado por Marx e Engels, onde há ênfase nas relações econômicas e de trabalho, bem como nas contradições entre as classes sociais; e com as novas concepções da Escola dos Annales que fazem surgir a, chamada, Nova História. Esta traz inúmeras possibilidades de fontes e de pesquisas históricas (NEMI, 2009; HIPOLIDE, 2009; BORGES, 2005).

Percebeu-se, então “a partir da segunda metade do século XX, que a história que fica escrita é sempre marcada pela visão, pelos desejos, pelos interesses da chamada classe dominante” (BORGES, 2005, p.43). E, dessa forma a “Nova História [...] questiona os determinismos, valorizando as ações e comportamentos das massas anônimas, dando-lhes voz e colocando-as como protagonistas das transformações da própria existência” (HIPOLIDE, 2009, p. 16).

Porém, para que essas mudanças chegassem ao ensino de História nas escolas brasileiras, muitas coisas aconteceram, pois quando nos debruçamos sobre a educação escolar no Brasil temos que voltar ao período colonial onde as primeiras instituições foram estabelecidas pelos jesuítas e tratavam o ensino dessa disciplina como cronologia com ênfase na visão eurocêntrica; durante o Império havia uma proposta voltada para os protagonistas, ou seja, trabalhava-se narrativas sobre personagens condutores da nação (NEMI, 2009).

Ao chegarmos à república “dentro da melhor tradição positivista – predominante no período –, a História era factual e pouco crítica” (*Idem. Ibidem*, p. 19), o que favorecia, no final do século XIX e início do século XX, a reprodução acrítica das teorias europeias de inferioridade da população negra uma vez que “é nesse período que os intelectuais passam a difundir princípios científicos que mostram as diferenças biológicas e raciais entre os seres humanos” (NUNES, 2011, p. 52).

Nos primeiros trinta anos do século XX, a política no Brasil é tomada pela preocupação da formação de uma identidade étnica em que o negro é visto como um problema. Assim, na tentativa de embranquecimento da população é incentivada a vinda de imigrantes europeus acreditando que isso traria o desenvolvimento do país (OLIVEIRA, 2009; NUNES, 2007, 2011; GLEDHILL, 2012).

A partir de 1930 com início da chamada “Era Vargas” os discursos deixam de ser biológicos e passam a ser culturais, onde Gilberto Freyre, no seu “Casa Grande e Senzala”, enfatiza a inferioridade cultural dos negros em relação aos brancos. A repercussão de suas ideias que, certamente, representavam parte das elites brasileiras, resultou nas ideias de democracia racial e nas “atitudes de desprezo e perseguição à cultura africana e aos afrodescendentes” (CUNHA Jr. 2008a, p. 56). Em relação ao ensino de História nesse contexto Ana Nemi (2009) coloca que “Não era ainda um ensino que permitisse o questionamento e a transformação social, já que um dos principais conteúdos veiculados pelos livros didáticos da História apontavam a “democracia racial” (p. 21).

Os governos militares que se sucederam durante a ditadura acoplaram os ensinamentos de História e Geografia que deveriam ser ministrados na disciplina de Estudos Sociais que tinha caráter reprodutor em prol da manutenção da ordem social e política. Assim, o ensino de História fica engessado até a redemocratização na segunda metade dos anos

oitenta do século XX e, a partir daí se pensa em torná-lo crítico, mas somente em 1996 sai a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) pós-regime militar. Nesse dispositivo de lei aborda-se ainda de maneira tímida o ensino de História e Cultura Africana e Afrodescendente (NUNES, 2011).

A efetiva obrigatoriedade do tema nas salas de aulas só ocorreu após a sanção da Lei 10.639 que, alterando a LDB em 2003, determina que:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

Ainda assim “até poucos anos atrás, o ensino de História consistia essencialmente no relato de fatos e na memorização de datas” (SELBACH, 2010, p. 124), porém trata-se de problematizar, pois “aprender História significa ser capaz de buscar respostas e perguntas/problemas formulados” (CATELLI Jr., 2009, p. 08) com o intuito de instrumentalizar os alunos a compreenderem o contexto em que vivem.

O conhecimento histórico serve para nos fazer entender, junto com outras formas de conhecimento, as condições de nossa realidade, tendo em vista o delineamento de nossa atuação na história. [...] A função da história, desde seu início, foi a de fornecer à sociedade uma explicação sobre ela mesma (BORGES, 2005, p. 48-49).

Sendo o conhecimento histórico uma forma de compreendermos a atual conjuntura a partir de uma prática questionadora o ensino da História torna-se “uma grande oportunidade para que os estudantes desenvolvam capacidade crítica” (CATELLI Jr., 2009, p. 11), onde:

A História, enquanto disciplina escolar, ao se integrar à área de Ciências Humanas e suas Tecnologias, possibilita ampliar estudos sobre as problemáticas contemporâneas, situando-as nas diversas temporalidades, servindo como arcabouço para a reflexão sobre possibilidades e/ou necessidades de mudanças e/ou continuidades (PCN, 1999, p. 41).

Dessa forma percebemos que o ensino de História se faz necessário para que os alunos sejam dotados de um arcabouço de informações, debates e conhecimentos que os leve a conhecer e questionar a conjuntura em que vivem, com suas contradições, injustiças, etc., no intuito de transformá-la, uma vez que ele – o aluno – também é um sujeito histórico e deve se reconhecer como tal. Mas para isso é preciso “reinterpretar o passado para que o aluno compreenda a origem sócio-histórica dos conflitos de seu país e do mundo em que vive” (NEMI, 2009, p. 27).

Assim como também, é importante o reconhecimento e a valorização do patrimônio material e imaterial deixado pelos ancestrais na construção histórica como uma maneira de se reconhecer na história, se sentir contemplado no que é estudado e, com base nesse conhecer, respeitar e se reconhecer, desenvolver o sentido de cidadão enquanto indivíduo que tem direitos e, dessa forma, se sentir capaz de agir para mudança:

Aprender História é importante para que se valorize o patrimônio sociocultural e o direito de cidadania como condição de fortalecimento da liberdade de expressão e da democracia, único sistema capaz de manter o respeito às diferenças e a luta contra as desigualdades (SELBACH, 2010, p. 38).

Esse reconhecer-se na História tem como premissa o conhecer-se, pois:

O aluno seja o nível em que está matriculado, necessita aprender a ser, com a ajuda do professor, para descobrir sua individualidade. Conhecendo bem a si mesmo, descobre-se transformador do outro e, ao mesmo tempo, sendo transformado por ele. Ainda uma vez a História, que bem ensina novas maneiras de olhar o tempo e o lugar, constitui elemento essencial para essa revelação (SELBACH, 2010, p. 93-94).

Mas, não basta que a escola e o ensino de História trabalhem nesse sentido, ou seja, de levar o aluno conhecer a si mesmo. É preciso dirigir orientações que levem a perceber o caráter eurocêntrico e discriminatório da história e da historiografia, ou como nos diz Catelli Jr.:

É importante lembrar, que durante muitas décadas, a história brasileira foi construída apenas a partir da matriz europeia, sendo negligenciada a forte relação econômica e cultural com as nações africanas. Há também a questão de gênero, pois as mulheres sofreram durante muito tempo a opressão do sexo masculino e não puderam se expressar livremente. Assim, cabe à disciplina de História promover a igualdade de direitos por meio da seleção de temas que colaborem para desfazer preconceitos e visões estereotipadas sobre os diferentes estratos e grupos de diferentes culturas, raças gênero ou religião (2009, p. 14).

Porém a relação dos conteúdos trabalhados com a turma de alunos que irá participar desse trabalho é fundamental uma vez que:

O bom ensino de História não é apenas situar acontecimentos históricos e localizá-los em uma multiplicidade de tempos, mas compreender que as histórias pessoais são partes integrantes de histórias coletivas e que conhecer modos de vida de diferentes grupos em diversos tempos e espaços, e reconhecer semelhanças e diferenças é a melhor maneira de respeitá-los (SELBACH, 2010, p. 37).

Tomando a colocação acima como exemplo, acreditando que o ensino deve estar em consonância com a realidade do aluno e, para isso, ao planejarmos nossas aulas e intervenções, devemos nos perguntar “Que grupo é esse? Onde vivem? Que aprendizagens carregam? Que dificuldades possuem? Que questões mobilizam esse grupo?” (CATELLI Jr., 2009, p. 09).

A realidade de parte dos alunos, na maioria das vezes, não é contemplada no ensino de História que traz em seu cerne a marca eurocêntrica da historiografia, pois, a História e o seu ensino tendem a ignorar as africanidades e afrodescendências presentes no processo de construção da história local o que gera um ônus para a população negra e a sociedade em geral.

A educação não esteve, e não está, isenta dessas ações relacionadas à invisibilidade do negro, disfarçando a presença de um conflito étnico-racial, a partir de uma visão universalista, e pondo em prática o eurocentrismo racista através da eliminação das culturas africanas e indígenas das representações educacionais (GOMES, 2008) impondo, assim, a pedagogia do embranquecimento que, alimentada pelo conceito de cidadania do “Estado Terapêutico”, procura destruir a identidade cultural africano-brasileira (SOUZA, 2008).

Assim, a escola reproduz o racismo presente na sociedade (LIMA, 2008), preservando a visão eurocêntrica, os estereótipos trazidos pelos livros didáticos e a negação de que vivemos em um país plural com a existência de conflitos étnico-raciais havendo a exclusão do negro inclusive nos bancos escolares onde foi dificultado o seu acesso e na existência histórico-social pelo mito da mestiçagem e da democracia racial (CUNHA Jr., 2008; VIDEIRA, 2008; TRAGTENBERG, 2008).

Percebe-se, também, a folclorização do negro e de suas manifestações culturais, pois a política educacional republicana nos colocou essa forma de ver e tratar a presença negra

o que a simplifica e promove atitudes de desprezo e perseguição à cultura africana e aos afrodescendentes (CUNHA Jr., 2008).

Paradoxalmente a legislação que rege a educação nacional prima por uma escola igualitária, inclusiva e plural o que reflete os princípios da Constituição Brasileira. Nela todos somos iguais e, por isso, temos os mesmo direitos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira traz em seu texto orientações normativas para um ensino que não encontramos na realidade da maioria das escolas brasileiras que seria uma prática educativa em que a escola deixe de ser espaço de negação dos saberes para enfatizar a afirmação das diferenças onde as pessoas e os grupos sejam aceitos e valorizados pelas suas singularidades (LIMA, 2008).

Essa diferença entre o legal e o real, o que deveria ser e o que é, podemos observar, entre outros, no texto de Souza (2008) quando ela coloca que somos filhos/as de uma história reprimida e silenciada em que ignoramos a História da África e das diversas culturas e tradições existentes no continente africano. Diz ainda que “somos diferentes, mas, temos direitos iguais” e, se a escola é um direito social, temos o dever de avaliar se ela tem sido assim para negros e brancos.

Apesar disso, convivemos com a exclusão e o eurocentrismo, algo reconhecido pelas autoridades, pois se houve a necessidade da criação da lei 10.639 incluindo nos currículos escolares o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira é porque houve e há a necessidade de transformação da educação para que seja de fato inclusiva e plural.

Esse reconhecimento, porém, é oriundo de uma longa história de luta do movimento negro onde suas lideranças, de maneira unânime, tem a educação como meio de resolver a situação do negro no Brasil, mas com uma escola diferente onde em seu currículo seja possível estudar a História da África, a historiografia do negro seja refeita e onde professores, pais e alunos sejam informados e preparados para lidarem e conviverem harmoniosa e respeitosamente com as diferenças (GOMES, 2008).

5.2 Contribuições africanas e afrodescendentes na História Bodocoense.

...as raízes da cultura brasileira que tem origem africana [...] estamos, de um lado, nos referindo aos modos de ser, de viver, de organizar suas lutas, próprios dos negros brasileiros, e de outro lado, às marcas da cultura africana que, independentemente da origem étnica de cada brasileiro, fazem parte do seu da a dia (SILVA, 2001, p. 151. *apud*. OLIVEIRA, 2009, p. 02).

O povoamento do sertão nordestino, posterior àquele realizado pelos povos autóctones a quem erroneamente chamamos de índios, realizado a partir do domínio português no Brasil se deu através da expansão da criação de gado. Uma vez que a lavoura canavieira que servia à produção de açúcar no litoral estava crescendo, tomando as terras que poderiam servir de pastagem e, ao mesmo tempo, o gado adentrava nas lavouras prejudicando-as, pois comia e pisoteava a cana. A solução encontrada no momento foi a sua transferência para o interior, ou seja, para o sertão (ANDRADE, 1979; 2011. ROLIM, 2011).

Seguindo esse ritmo ocorreu a ocupação do interior pernambucano das margens do rio São Francisco a Serra do Araripe. A criação de gado levou ao sertão pessoas e estruturas que ainda não haviam chegado até lá, pois muitos negros africanos escravizados foram enviados como responsáveis, ou seja, como vaqueiros, e muitas fazendas foram construídas. Dessa forma:

A região sertaneja, com o clima semi-árido e uma vegetação de caatinga em muito favorecia à pecuária [...] O espaço foi organizado em função dos interesses dos grandes proprietários que viviam em Olinda e em Salvador, conseguiam dos governadores grandes doações de terras depois divididas em sítios e entregues a vaqueiros que se estabeleciam no sertão, para cuidar do gado com o auxílio de alguns escravos ou moradores livres (ANDRADE, 1979, p. 42).

A partir dessa atividade foram se formando pequenos núcleos de povoações – os sítios – onde viviam os encarregados do gado e suas famílias. O negro tem parte fundante nessa colonização do sertão uma vez que sendo como escravizado ou livre era encaminhado ao interior para desbravar matas bravias e cuidar do necessário para a sobrevivência do gado e dele mesmo. Essa presença do negro como vaqueiro nos é colocada por Andrade (2011), quando ele coloca que “esta luta difícil em meio hostil [...] verdadeiros marcos do avanço povoador, eram feitas pelos vaqueiros, muitas vezes escravos” (p. 184), e também por Versiani e Vergolino (2003) ao tratarem da presença do escravizado na ocupação do agreste e do sertão pernambucano e dizem que “a mão de obra escravizada do sertão pernambucano também desempenhava todo um conjunto de tarefas ligadas, direta ou indiretamente, à criação de gado, sem exclusão do ofício de vaqueiro” (p. 387).

Dessa forma nos fica bem claro que o africano trabalhou sim na criação de gado e foi de fundamental importância para o seu desenvolvimento no sertão pernambucano. Porém, esse indivíduo conseguia acumular alguns bens à medida que recebia a quarta parte do gado nascido em um ano o que nos remete aos escravizados de ganho que trabalhavam em funções como vendedores, sapateiros, barbeiros, etc., chegavam com o ganho para entregar aos seus senhores, mas poderiam receber parte do que haviam conseguido. Geralmente o dono das terras e dos bois realizava o pagamento do trabalho realizado com a quarta onde “os vaqueiros podiam, com o tempo, tornar-se pequenos criadores, porquanto a remuneração lhes era paga em espécie, pelo sistema conhecido como quarteação, isto é, o vaqueiro recebia um em quatro bezerros que nasciam” (ANDRADE, 1979, p. 42).

A atividade de criação levava a população que estava envolvida nesse trabalho a desenvolver outras formas de subsistência, ou seja, a confecção de utensílios e roupas, a produção de alimentos, etc. Nesse contexto o africano colonizador do sertão desempenhou diversos papéis ao adentrar nas terras, cuidar do gado, construir instalações de moradia e trabalho, produzir alimentos e meios de se vestir, trabalhar, em fim, os conhecimentos técnicos e a mão de obra dos negros foram aplicados em todos os setores da vida no sertão desde a agricultura até as construções (VERSIANI e VERGOLINO, 2003).

Fazendo uma descrição do modo de vida das pessoas que se estabeleceram no sertão a partir da criação de gado Andrade (2011, p. 187) coloca que:

As grandes distâncias e as dificuldades de comunicação fizeram com que aí se desenvolvesse uma civilização que procurava retirar do próprio meio o máximo, a fim de atender as suas necessidades. Assim, na alimentação usava-se principalmente a carne e o leite, este abundante apenas no “inverno”, frutos silvestres e alguns produtos de uma incipiente lavoura de subsistência [...]. Lavouras de ciclo vegetativo curto – feijão, fava, milho, etc. [...] Os mais variados utensílios e móveis eram feitos de couro.

Goulart (1966) se dedica a analisar as áreas brasileiras que se dedicaram ao “boi e ao couro”, em seu trabalho no tocante ao sertão nordestino evidencia que inúmeros objetos de trabalho e uso doméstico eram feitos de couro, mas entre eles o que se destacavam eram as vestimentas do vaqueiro chamadas de gibão. Nelas o vaqueiro se protegia contra a vegetação espinhosa da caatinga pela couraça que carregava em perneiras, gibão (espécie de jaqueta ou “terno”) e chapéu. Dessa forma “transformou-se o sertão do nordeste no reino dos homens encourados” (*Idem. Ibidem*, p. 67).

Mas, além do couro, que “foi um criador de profissões, mais que isso, um revelador de artistas” (*Idem. Ibidem*, p. 99), outras matérias primas eram utilizadas na produção de utensílios como o barro, as fibras e os cipós disponíveis na região para serem transformados de acordo com a necessidade, a criatividade e a técnica dos, agora, habitantes do sertão que entre vários territórios engloba aquele que, em 1924, convencionou-se como Bodocó no interior pernambucano.

Dessa forma, já tendo a evocação de algumas memórias por meio de entrevistas notamos que a presença de artefatos em couro, barro, caroá (fibra usada para tecer cordas, tecidos, etc.) e madeira eram garantidos nas feiras bodocoenses e produzidos por pessoas de diferentes localidades dentro do próprio município, assim como também era encontrada em abundância a farinha trazida em lombos de animais da serra até a sede municipal para serem comercializados. Também com base nas lembranças, podemos

afirmar que tais artefatos fazem parte do legado cultural africano no Brasil uma vez que “a cultura do couro de gado são partes do legado africano para a sociedade brasileira” (CUNHA Jr., 2011.p.102), pois “... os africanos ocuparam muitos dos campos da produção, como fonte de conhecimento da base técnica e tecnológica” (CUNHA Jr., 2010.p.17). Ademais observamos que, no sertão pernambucano, a mão de obra escravizada foi aplicada em diversas atividades como “a criação de gado, a agricultura de subsistência, produção artesanal de vestuário e utensílios” (VERSIANI e VERGOLINO, 2003, p. 387) que foram deixadas como herança aos afrodescendentes que habitaram o município e abasteciam a feira livre de Bodocó.

As memórias já evocadas nos contam histórias imbuídas de africanidades afirmando a existência e o protagonismo negros na História do município através de seu trabalho, sua arte e sua vivência. Fato que fica claro nas falas de pessoas como o senhor Joatan Marques, cordelista, o senhor Raimundo Pereira, sapateiro, o senhor João Leontino, agricultor, entre outros, que contam como testemunhas da História a presença de negros como maioria na produção de farinha de mandioca, produto muito procurado na feira, como mestre na arte de produzir em couro, na tecelagem, em fim, esses senhores entre outros e outras mostram, através de suas memórias, a importância da presença daqueles que foram esquecidos pela História dita oficial e, conseqüentemente, a necessidade de recontá-la através da evocação das memórias daqueles tidos como minorias sociais, mas que tanto influenciaram no desenvolvimento sócio histórico do local.

Nas falas de D. Maria de Lurdes e D. Osana Monteiro, mulheres negras, percebemos como era rica a produção em barro e sua exposição para venda nas feiras de Bodocó dessa tradição familiar onde as técnicas são passadas como herança: “aprendi com minha mãe, minha mãe trabalhava de louça e eu aprendi com ela, minha vó, minha sogra, minha família todinha trabalhava com barro...” (M^a de Lurdes, 17/03/13). Essa arte era notada pelas pessoas que frequentavam a feira e notavam que “...tinha esses negócios feito de barro, boneco, do mesmo feito das panelas. Agente, chamava as loceiras, né? Louceira fazia louça de barro e umas [...] faziam boneco, cavalo, boi...” (Joatan, 14/02/13).

A arte de tecer também se constituiu em uma herança familiar D. Josefa da Silva nos contou que aos “dez anos o nosso emprego era fabricação de balaio. Tirar cipó na mata, assim eu e minha mãe. Eu ia pro mato tirar cipó mais ela. [...] nós trabalhava de caçoá e

balaió” (08/10/10). Sr Joatam se lembra que muitas outras coisas eram encontradas na feira: “tinha muito era coroa, nera? Muita corda, capanga, né, pano de preguiçosa” (14/02/13). Ainda sobre esses artefatos o Sr. José Leontino (06/03/13) nos dá a localização de outra família que também trabalhou tecendo o caroá: “era do sertão, eles são uma família de pretos que vivem ainda no sertão”.

Na produção de couro nós entrevistamos Sr. Raimundo Pereira e o Sr. Francisco Pereira, dois irmãos sapateiros que são conhecidos em Bodocó pela qualidade de seu trabalho. Eles aprenderam a arte da produção em couro com um senhor oriundo do município de Exú-PE: “aprendi assim, tinha um velho aqui que ele era do Exu e, então, chamava-se [...] mestre Casimiro, ele era muito escuro, era negro” (Raimundo Pereira, 14/02/13). Assim, aprenderam a arte do mestre negro e a tornaram conhecida em toda região produzindo até os dias atuais as modelagens que ele os ensinou.

Vemos a feira como a vitrine de exposição de toda essa produção se colocando como uma peça chave na história de Bodocó, pois ao mesmo tempo em que traz a público as diversas manifestações culturais do povo bodocoense agiu como motor de desenvolvimento econômico, político e social do lugar, pois como já citado esse evento semanal trouxe fluxo de pessoas que acabou urbanizando e emancipando o, então distrito fazendo-o município em 1924.

Se bem pensarmos e analisarmos a história de Bodocó perceberemos que ela anda lado a lado com a presença e as contribuições africanas e afrodescendentes no local, uma vez que os africanos chegaram pela criação de gado, desenvolveram atividades e técnicas que foram transmitidas às gerações seguintes e por elas aprendidas. Estes por sua vez ressignificam o conhecimento ancestral vindo da África e o retransmitem fazendo surgir o patrimônio histórico-cultural que é afrodescendente. Patrimônio este presente no cotidiano de trabalho e visibilizado na feira.

Ao longo do presente trabalho viemos tentando demonstrar como a história do município de Bodocó está relacionada com a feira e tudo que ela envolve. Mostramos também que os principais produtos que movimentaram esse comércio de rua ao ar livre vinham (vem) de uma herança deixada pela ancestralidade africana, transmitida e reelaborada pelos afrodescendentes, o que explicita a efetiva participação do africano e do afrodescendente na construção social, histórica, econômica e cultural no lugar.

Partindo das reflexões acima podemos afirmar que, em Bodocó, temos a existência de uma população e de uma cultura que são afro-bodocoenses, ou seja, descendentes dos colonizadores e civilizadores negros africanos que por aqui passaram deixando suas contribuições que ficaram marcadas na história e são mostradas na feira que, para nós é uma grande vitrine das africanidades e afrodescendências presentem no município.

5.3 Arte e Cultura Afrobodocoense: uma proposta para o ensino de História.

... a implantação da diversidade étnico-racial na educação tende a representar um trabalho em favor de todos (as) os (as) brasileiros (as) quer sejam pessoas pretas, pardas, indígenas, brancas ou amarelas (SOUZA, 2008, p. 182).

Como vimos anteriormente a História e seu ensino foram e ainda são marcados pela marca do eurocentrismo, fato que traz como consequência a supervalorização curricular ao que é europeu ou euro descendente e uma notável negligência às histórias, culturas e contribuições dos povos não brancos, ou seja, negros brasileiros, povos nativos da América, africanos, etc.

Romper com essas amarras que nos prendem ao chamado “velho mundo” não é fácil, pois a ciência para ser validada deve estar em consonância com os métodos que vem de lá, o mesmo ocorre quando conhecimentos, conceitos, culturas vão ser validados, pois ainda temos uma academia colonizada que considera como conhecimento válido somente aquilo que vem da Europa. Dessa forma é preciso descolonizar-se o que significa um desprendimento em relação a esse conhecimento, precisamos pensar a nossa própria história a partir de categorias próprias (LERMA, 2010).

Comentamos também que o ensino de História deve trazer ao aluno a possibilidade de se encontrar no que é estudado, de se sentir contemplado nos conteúdos e discussões

escolares para que haja questionamento e possibilidade de transformação de uma realidade injusta, mas nesse contexto de conhecimentos diferenciados, pois somente o que é europeu é válido, esbarramos em um muro que impossibilita essas ações, mas que deve ser superado para que possamos alcançar uma justiça social de fato que tenha como um de seus pontos de partida a justiça cognitiva (SANTOS, 2004). É preciso pensarmos que “La batalla por la justicia social global debe, por lo tanto, ser también una batalla por la justicia cognitiva global” (LERMA, 2010, p. 11).

Vale a pena aqui destacar que quando colocamos o combate ao eurocentrismo nas ciências, na escola, conseqüentemente, na História e em seu ensino, para que haja a valoração do que é africano e afrodescendente, não estamos propondo que descartemos os conhecimentos produzidos na Europa, ou que o rotulemos como de segunda importância, estamos apenas sugerindo que é preciso tratar com igual valor os saberes, conhecimentos e práticas dos diversos povos e culturas que existem entre a humanidade. Assim, observamos o que diz as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação nas Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira: “É importante destacar que não se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeia por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira” (DCN’s, 2004, p. 17).

As diversas contribuições no ensino são sempre bem vindas quando vem com o intuito de torná-lo mais próximo dos professores e alunos ou até como nos afirma Gomes (2008, p. 26) quando escreve que:

...as inferências aqui conduzidas parecem ser um dos caminhos que podem ser trilhados na busca de uma prática mais prazerosa, pois o processo de aprendizagem pode ser mais vivo e criativo, quando fazem sentido em nossas vidas, quando nos sentimos presentes de forma construtiva nas discussões e interações em sala de aula, sem discriminações nas avaliações e no material didático utilizado...

Nesse sentido a presente proposta se faz com o intuito de trazermos a história local e seus atores como conteúdo a ser estudado na disciplina de História com abordagem

direcionada aos temas que propõe a Lei 10.639/03, em que as africanidades e as afrodescendências são contempladas e, dessa forma, são considerados também o universo de parte de nossos alunos que vêm de uma ancestralidade africana e a patente contribuição aos não negros, pois conhecer e valorizar a pluralidade cultural de nossa história é importante para todos sendo negros ou não.

Percebemos a sociedade bodocoense como diversa a partir das manifestações culturais que se encontram na feira e, entre elas destacamos aquelas que vêm de uma herança africana se constituindo enquanto um patrimônio artístico e cultural, material e imaterial afrodescendente em nosso município. Que não pode ser simplesmente ignorado deve ser levado para as discussões em sala de aula com o intuito de uma educação que respeite as diversas manifestações culturais.

Em Bodocó essas manifestações são historicamente encontradas, entre outros espaços, na feira que nos mostra as produções artísticas e culturais que são afro-bodocoenses, uma vez que pertencem a um conjunto de elementos deixados pelos africanos e ressignificados em nossas terras, sendo transmitidos por gerações ao longo de nossa história até chegar aos dias atuais.

A histórica existência da arte e cultura afro-bodocoense não pode passar despercebida pela educação em geral e em específico pelo ensino de História do município de Bodocó. Assim, estamos aqui propondo que estes sejam notados e levados às salas de aula do nosso município com o intuito de se trabalhar o que nos recomenda a lei 10.639/03 e tenhamos uma

...discussão em torno de uma educação plural e anti-racista abre caminhos para que se estabeleçam a ética e a diversidade em todo o processo escolar, entendendo-se que conhecer, entender, respeitar e integrar, tudo isso forma o conjunto de valores culturais e históricos do povo negro (SOUZA, 2008, p. 182).

Através das produções em couro que, para Seu Chico, são manifestações artísticas, ou seja, é uma forma de arte, pode-se investigar o povoamento do sertão consequentemente do protagonismo negro enquanto colonizador dessa região. Ao mesmo tempo vamos percebendo que este não só nos deixou as técnicas de criação de artefatos com o uso do couro como matéria prima, mas também com o uso do barro, das fibras encontradas na região, etc.

As diversas técnicas produtivas aplicadas na produção agrícola, artesanal ou artística, também da produção de utensílios, de farinha, devem ser colocadas e discutidas enquanto um conhecimento que também é africano e afrodescendente. A partir dessa colocação pode-se analisar a importância da atuação dos negros africanos e seus descendentes nas técnicas produtivas existentes no município.

Podemos enumerar também a sua participação no crescimento econômico do município que contou com as produções agrícolas, de farinha de artefatos para movimentar o comércio local que era e ainda é realizado nas feiras. Não podemos esquecer que Bodocó cresceu enquanto povoamento e conquistou sua emancipação política como consequência desse comércio atraente que ocorria abastecido pelas comunidades de diversas partes do município. Assim, lembrando disso, temos que nos transportar novamente e perceber que houve participação ativa do povo negro através de seus conhecimentos, técnicas e trabalho na história de Bodocó que deve ser levantada, discutida e valorizada, principalmente na escola que é um ambiente plural e

...deve deixar de ser o espaço de negação dos saberes para enfatizar a afirmação da diferença, num processo em que os indivíduos e grupos sejam aceitos e valorizados pelas suas singularidades, ao invés de buscar a igualdade pela tentativa de anulação e inferiorização das diferenças (LOPES 1997a, p. 25. *Apud.* LIMA, 2008, p. 39).

E a feira? A feira é um espetáculo semanal onde se concentram todas as manifestações da arte e cultura afro-bodocoenses aqui citadas, nela encontramos as panelas e potes de barro das louceiras que trazem o saber ancestral transmitido por gerações, assim como

os arreios, chinelos e vários outros artigos de couro, a farinha das comunidades das serras, em fim, os artefatos que nos mostram que o patrimônio cultural bodocoense também traz uma herança africana que não pode ficar escondido ou invisibilizado, através do silêncio, deve vir à tona das discussões em sala de aula, mesmo por que:

Esse silêncio do não falar sobre os temas de interesse dos Afrodescendentes e da cultura trazida pelos africanos para o Brasil, não cala a herança cultural, reprocessada no Brasil, que está presente em todas as dimensões da vida nacional, tanto na dimensão da tecnologia material quanto no campo intelectual, não ficando restrita aos campos da culinária, da música e da religião, como, resumidamente, aparecem algumas intervenções pouco informadas realizadas, em sala de aula (CUNHA Jr., 2008, p. 234).

O momento e o movimento da feira devem ser percebidos como uma vitrine que coloca em evidência esses artefatos negros que fazem parte, juntamente com outras manifestações, do conjunto patrimonial afrodescendente em Bodocó, assim como também deve ser vista como parte da cultura e do patrimônio bodocoense a ser estudado nas escolas municipais, pois “ela (a escola) precisa conhecer e valorizar o conhecimento que o educando traz de sua base familiar, cultural e de comunidade e, ampliá-lo a partir de um diálogo com o saber científico” (VIDEIRA, 2008, p. 225).

Todos os elementos aqui colocados como parte da herança afrodescendente estão direta ou indiretamente presentes entre parte dos alunos que frequentam as escolas municipais e devem estar presentes ao longo do ano letivo como forma de contemplá-los nas discussões e também como

forma a impedir que venhamos a cair nos mesmos erros, de trazer o discurso sobre o negro para o interior das escolas, somente nas datas comemorativas, como o 18 (ou 13) de maio e o 20 de novembro, sem revisão histórica e tratando as manifestações culturais africanas como “folclore” (NUNES, 2011, p. 221).

Acreditamos que o ensino de História terá uma proposta mais adequada àquilo a que se propõe, ou seja, a uma prática que inclua o aluno, que o leve a compreender a realidade em que vive e, ao mesmo tempo, a questioná-la com intuito de transformação como nos colocam os PCNs (1999), NEMI (2009), SELBACH (2010), CATELLI Jr. (2009), entre outros, quando tiver incluído de fato em seus currículos os conteúdos referentes às questões levantadas pela Lei 10. 639/03. Mas, com a propriedade e a coerência devida quando a participação, os conhecimentos e a cultura dos africanos e afrodescendentes a nível local sejam levados em conta.

Como falamos de e para Bodocó que esse ensino de História seja posto em prática acessando a riqueza que a feira representa e nos mostra, bem como acessando os “livros vivos” que trazem na memória a história ancestral imbuída da arte e da cultura que em nosso lugar é afro-bodocoense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.



6. CONCLUSÃO.

Reconhecer essa complexidade que envolve a problemática social, cultural e étnica é o primeiro passo. A escola tem um papel fundamental a desempenhar nesse processo. Em primeiro lugar, por que é um espaço em que se pode dar a convivência entre estudantes de diferentes origens [...]. A criança na escola convive com a diversidade e pode aprender com ela. Singularidades presentes nas características de cultura, de etnias, de religiões, famílias, são de fato percebidas com mais clareza quando colocadas junto a outras (PCN, Pluralidade Cultural, 1997, p. 123).

Quando iniciei o curso trouxe algumas hipóteses e inquietações, dúvidas, a serem respondidas que, como aluna de formação em História, professora dessa disciplina e bodoçoense, tinha pressa em responder, mesmo porque, como dito no início, a gente às vezes escolhe e em outras somos escolhidos pelo universo a ser pesquisado. Pois bem, fui escolhida e ao hipotetizar que na feira de Bodocó poderíamos encontrar os artefatos da cultura negra em Bodocó, buscava-se também parte de uma história particular, pessoal e, ao objetivar que poderíamos propor a feira como espaço cultural de estudo das africanidades, procurava-se um anseio também pessoal enquanto educadora do município de Bodocó.

Saindo a campo tivemos que frequentar a feira, agora com outros olhos, e procurar aqueles que poderiam nos fornecer as preciosas informações que buscávamos, ainda sem saber se seriam encontradas. Nessa procura fizemos entrevistas na sede do município, na Várzea do Meio, em dois sítios e na Vila Sipaúba, andamos um bocado e conhecemos algumas paisagens que o tempo ainda não nos tinha permitido conhecer. Nos caminhos em que a pesquisa foi nos levando fizemos belas descobertas, encontramos respostas e novas perguntas, porque é típico do pesquisador e do educador questionar, problematizar.

Então falemos primeiro das respostas que na pesquisa, especificamente estando relacionada à História, não podem ser definitivas. Desse modo os resultados conclusivos a que chegamos no decorrer do presente trabalho podem ser revistos, questionados e

modificados, mas, nesse momento, podemos afirmar que é notória a histórica presença dos africanos em nossas terras e as suas contribuições na cultura e na história bodoçoense.

Mas, na verdade não tivemos apenas uma conclusão, chegamos a conclusões e a primeira delas faz referência à História e o seu ensino onde percebemos que estiveram por muito tempo presos ao eurocentrismo racista anti-negro praticado por meio da invisibilidade ou dos estereótipos negativos a respeito do negro africano e afrodescendente (CUNHA Jr., 2008, 2010 ; OLIVEIRA, 2009), mas que vem em um processo de abertura às diversas contribuições, conhecimentos e histórias. É nesse movimento que nos encaixamos, por isso, lutamos por uma educação com justiça cognitiva, como nos colocam Santos (2008) e Lerma (2010), que venha contemplar as diversas culturas, etnias e crenças.

Como uma segunda conclusão podemos dizer que se encontravam (e ainda se encontram) expostas na feira livre de Bodocó-PE uma verdadeira coleção de artefatos em couro, barro, materiais tecidos em fibras de caroá, como cordas, arreios, cabrestos, esteiras, etc., além da farinha que eram (e são) produzidos no próprio município e levado para serem comercializados, movimentando, assim a economia e a sociedade locais. Tendo como base as memórias de nossos entrevistados pudemos perceber que tais artefatos eram produzidos no interior do município, na zona rural, e trazido para a sede municipal, zona urbana, na ocasião da feira. Temos propriedade, também com base nas memórias e na bibliografia consultada, para colocar que esses artefatos constituem uma coleção cultural africana e afrodescendente em nosso município sendo transmitido de geração a geração como tradição ancestral de famílias negras que são expostos na feira para serem comercializados.

A presença negra se mostrou atuante como grande colonizadora do sertão através da criação de gado, onde o africano escravizado desenvolveu inúmeras atividades que ainda permanecem em nossa região como o cultivo de grãos, a produção de artefatos em couro, barro, etc. (ANDRADE, 1979, 2011; VERSIANI e VERGOLINO, 2003). Esse tema certamente é uma grande possibilidade de novas pesquisas, pois não nos detemos a ele por não estar contemplado em nossos objetivos e, também, por não termos tempo suficiente. A colonização do sertão merece ser revista para que uma nova historiografia seja produzida fazendo jus a presença e a participação do africano e do afrodescendente.

Trazemos, então, a constatação de que uma nova história deve ser contada para um ensino que traga em seu enredo muito mais que datas comemorativas e lugares de memória que são “antes de tudo restos” (NORA, 1993.p.76). Mas que traga a vida e as vivências de trabalho que produziram mais que produtos a serem comercializados na feira, produziram os artefatos da cultura negra onde localizamos as africanidades e afrodescendências expostas na vitrine na qual se constitui a feira livre do município de Bodocó-PE.

Percebemos que toda essa riqueza cultural pode e deve fazer parte do ensino de História de Bodocó, uma vez que é função da escola incluir, diversificar, discutir, melhorar. Entendemos que para uma educação mais justa os valores, as manifestações culturais, as crenças, em fim, a diversidade deve ser tratada com respeito para ser valorizada uma vez que as diversas contribuições agiram para que nossa história fosse construída.

Essa educação que queremos e que trabalhamos para alcançar precisa ser abraçada por vários setores da sociedade, pois o Estado precisa investir em cursos de formação para a comunidade escolar uma vez que na escola não é só o professor que ensina. O processo educativo no ambiente escolar começa no portão, passa pela administração e gestão, pela cantina, até chegar à sala de aula. Com isso quero dizer que todas as pessoas envolvidas com a escola, incluindo a família, são responsáveis pelo processo educativo e, dessa forma precisam estar incluídas nos programas de formação.

Ao finalizar essa etapa da pesquisa para a produção desse trabalho que se convencionou como final, percebemos que na realidade encontramos um começo, pois várias questões permaneceram para pesquisas futuras. Precisamos ainda continuar buscando respostas para as novas inquietações que surgiram, mas de início procurar ver a feira como espaço pedagógico para o ensino das africanidades em Bodocó já que ela se mostrou como espaço onde parte da herança ancestral africana se encontra reunida constituindo um verdadeiro patrimônio afro-bodocoense.

Nosso trabalho teve como proposta repensar o ensino de História, uma vez que realizamos uma revisitação à parte da história de Bodocó em busca do que ficou invisibilizado pela historiografia local, percebendo que muitas são as manifestações culturais vindas da África, ressignificadas e presentes em nossas terras. Acreditamos ainda que esse repensar deve ser estendido a todas as áreas do ensino e suas modalidades, ou seja, que o ensino seja repensado e reelaborado na sua instância

municipal, estadual e federal, no grau fundamental, médio e universitário, pois precisamos contar com uma formação continuada e completa que trate as africanidades e afrodescendências como parte importante da História, dos valores intelectuais, religiosos, sociais, em fim, do patrimônio material e imaterial que recebemos de nossos ancestrais.

7. REFERÊNCIAS

7.1. Bibliografia.

ANDRADE, Manuel Correia de. O Processo de Ocupação do Espaço Regional do Nordeste. Recife: SUDENE, 1979.

_____. A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Cortez, 2011.

ALENCAR, Cristina Loula B. de; BRITO, Alessandra Moura A. de. “A Saga do Amparo”: história local como conteúdo para as aulas de História no Município de Bodocó-PE. Petrolina: UPE, 2008. (Trabalho Monográfico).

ARRAES, Damião Esdras Araújo. Curral de Reses, Curral de Almas: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX. São Paulo: USP, 2012 (Dissertação Mestrado).

ALTUNA, P. Raul Ruiz de Asúa. Cultura Tradicional Banto. Luanda: Secretariado Arquidiocesano de Pastoral, 1985.

BÂ, Hampatê. Tradição Oral. In.: KI-ZERBO, Josef (Editor). História Geral da África. Vol. I. São Paulo: Cortez, 2010.

BARRETO, Rosivalda dos Santos. Patrimônio Cultural, Infância e Identidade no Bairro do Bom Juá: Salvador/Bahia. Fortaleza: UFC, 2012. (Dissertação Mestrado).

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio: ciências humanas e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação nas Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira. Brasília: Ministério da Educação, 2004.

BORGES, Vavy Pacheco. O que é História. São Paulo: Brasiliense, 2005.

BORGES, Maria Eliza Linhares. Cultura dos Ofícios Patrimônio Cultural, História e Memória. *Varia Hist.* vol.27 n°. 46. Belo Horizonte: Jul./Dez. 2011.

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: lembranças de velhos. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CALADO, Lenira Maria Rodrigues. Campo Grande e sua feira livre central; conhecendo a cidade através da feira. Dourados, MS: UFGD, 2010 (Dissertação Mestrado).

CATELLI JR., Roberto. Temas e Linguagens da História. Ferramentas para a sala de aula no Ensino Médio. São Paulo: Scipione, 2009.

CATROGA, Fernando. Memória e História. In: PESAVENTO, Sandra Satany (org). Fratura do Milênio. Rio Grande do Sul, 2001.

CASTELLUCCI JR., Wellington. Pescadores e Roceiros. Escravos e Forros em Itaparica na Segunda Metade do Século XIX (1860-1888). São Paulo: Annablume: Fapesp; Salvador: Fapesb, 2008.

COELHO, Jackson Dantas. Feiras Livres de Cascavel e de Ocara: caracterização, análise da renda e das formas de governança dos feirantes. Fortaleza: UFC, 2008. (Dissertação de Mestrado).

CUNHA JUNIOR, Henrique. Metodologia Afrodescendente de Pesquisa. Revista Brasil: UNESP, 2006.

_____. Me Chamaram de Macaco e Eu Nunca Mais Fui à Escola. In.: GOMES, Beatriz Souza e CUNHA JUNIOR, Henrique (Org.). Educação e Afrodescendência no Brasil. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

_____. Para a História da Educação dos Afrodescendentes. In.: CAVALCANTE, M. Juraci; QUEIROZ, M. Zuleide; et. al. História da Educação-vitrais da memória: lugares, imagens e práticas culturais. Fortaleza: Edições UFC, 2008a.

_____. História e Cultura Africana e os Elementos para uma Organização Curricular. Texto Disciplina Pós-Graduação, Fortaleza: 2009-2.

_____. Tecnologia Africana na Formação Brasileira. Rio de Janeiro: CEAP, 2010.

_____. Cultura Afrocearense. In. CUNHA Jr., Henrique; SILVA, Joselina e NUNES, Cícera (Org.). Artefatos da Cultura Negra no Ceará. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

_____. Memória, história e identidades afrodescendentes: as autobiografias na pesquisa científica. In: VASCONCELOS Jr., Raimundo Elo de Paula (Org). Cultura, Educação, Espaço e Tempo. Fortaleza UFC, 2011a.

DANTAS, Geovany Pachelly. Feira de Macaíba/RN. Um estudo das modificações na dinâmica socioespacial (1960-2006). Natal: UFRN, 2007. (Dissertação Mestrado).

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DOMINGOS, Reginaldo Ferreira. Pedagogias da Transmissão da Religiosidade Africana na Casa de Candomblé Ibasé de Xangô e Oxum em Juazeiro do Norte-CE. Fortaleza: UFC, 2011. (Dissertação de Mestrado).

_____; CUNHA JR, Henrique. Pedagogias Orais nas Religiões Afrodescendentes em Juazeiro do Norte – CE. In: CUNHA JR., Henrique; SILVA, Joselina e NUNES, Cícera (Org.). Artefatos da Cultura Negra no Ceará. Fortaleza: Edições UFC, 2011a.

FENTRESS, James e WICKHAM, Chris. Memória Social: novas perspectivas sobre o passado. Lisboa: Teorema, 1994.

GALVÃO, Walnice Nogueira. O Império do Belo Monte: vida e morte de Canudos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

GIROUX, H. Teoria Crítica e Resistência em Educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

GLEDDIL, Sabrina. Manuel Querino e a Luta contra o “Racismo Científico”. In.: ACADEMIA DE LETRAS DA BAHIA, Personalidades Negras: trajetórias e dados biográficos. Salvador: Quarteto, 2012.

GOMES, Ana Beatriz Souza. O Movimento Negro e a Educação Escolar: Estratégias de Luta Contra o Racismo. In.: GOMES, Beatriz Souza e CUNHA JUNIOR, Henrique (Org.). Educação e Afrodescendência no Brasil. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

GOULART, José Alípio. Brasil do Boi e do Couro. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1966.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

HIPOLIDE, Márcia. O ensino de história nos anos iniciais do ensino fundamental – metodologias e conceitos. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

JACCOUD, Luciana; THEODORO, Mário Raça e Educação: os limites das políticas universalistas. In.: SALES, Augusto dos Santos (Org.). Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

JOAQUIM, Maria Salete. O Papel da Liderança Religiosa Feminina na Construção da Identidade Negra. Rio de Janeiro: Pallas; São Paulo: Educ, 2001.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

LEMOS, Carlos A. C. O que é Patrimônio Histórico. São Paulo: Brasiliense, 2006.

LERMA, Betty Ruth Lozano. El Feminismo No Puede Ser Uno Porque Las Mujeres Somos Diversas. Universidad del Vale. La Manzana de la Discordia, nº 2, vol. 5, 2010.

LE GOFF, Jaques. História e Memória. 4ª ed. Campinas: editora da UNICAMP, 1996.

LIMA, Ivan Costa. *Pedagogia Interétnica em Salvador: Trajetória, História e Identidade Negra*. In.: GOMES, Beatriz Souza e CUNHA JUNIOR, Henrique (Org.). *Educação e Afrodescendência no Brasil*. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

MARTINS, Leda Maria. *Afrografias de Memória*. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997.

MASCARENHAS, Gilmar. *O Lugar da Feira Livre na Grande Cidade Capitalista: Conflito, mudança e persistência*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1991. (Dissertação de Mestrado).

MELO, Adriana Ferreira de. *Sertões do Mundo: Uma epistemologia*. Belo Horizonte: UFMG, 2011. (Tese Doutorado).

MENDES, Geisa Flores. *Sertão se Traz na Alma? Território/lugar, memória e representações sociais*. São Cristóvão (SE): UFSE, 2009 (Tese Doutorado).

MIRANDA, Gustavo. *A Feira na Cidade: limites e potencialidades de uma interface urbana nas feiras de Caruaru (PE) e Campina Grande (PB)*. Recife: UFPE, 2009. (Dissertação de Mestrado).

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História Oral e Memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1992.

NEMI, Ana. MARTINS, João C. ESCANHUELA, Diego L. *Ensino de História e Experiências: o tempo vivido*. São Paulo: FTD, 2009.

NORA, Pierre. *Entre História e Memória: a problemática dos lugares*. Tradução: Yara Aun Khoury. In: *História e Cultura. Projeto História*. São Paulo, dez. 1993. (Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC/SP).

NUNES, Cícera. *Reisado em Juazeiro do Norte-CE e os conteúdos da História Africana e Afrodescendente: uma proposta para a implementação da Lei 10.639/03*. Fortaleza: Faculdade de Educação (UFC), 2007 (Dissertação de Mestrado).

_____. *Reisado Cearense. Uma Proposta para o Ensino das Africanidades*. Fortaleza: Conhecimento Editora, 2011.

OLIVEIRA, Alexsandra Flávia B. de. *Trabalho e Diversão: a presença dos idosos nas casas de farinha do município de Bodocó-PE (1928-1938)*. Crato, CE: URCA, 2006 (Monografia).

OLIVEIRA, Julvan Moreira de. *Africanidades e Educação: ancestralidade, identidade e oralidade no pensamento de Kabengele Munanga*. São Paulo: USP, 2009 (Tese de Doutorado).

- ORÍ, Ricardo. Memória e Ensino de História. In. BITTENCOURT, Circe (Org). O Saber Histórico na Sala de Aula. São Paulo: Contexto, 1998.
- PAZERA Jr. Eduardo. A feira de Itabaiana-PB: Permanência e Mudança. São Paulo: USP, 2003. (Tese de Doutorado).
- PELEGRINI, Sandra C. A. O Patrimônio Cultural e a Materialização das Memórias Individuais e Coletivas. In.: Patrimônio e Memória. UNESP – FCLAs – CDAP, V. 03, nº 01, 2007. Acesso através do Sciello em 13/11/2013.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: Revista de Estudos Históricos Nº. 10 – Teoria e História. Ano 1992/1. Revista do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas.
- _____. Memória, Esquecimento e Silêncio. In: Revista de Estudos Históricos Nº. 03 – Memória. Ano 1989/1. Revista do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas.
- RIBEIRO, Rosa Maria Barros. Relações Étnicas e Educação: Representações sobre o Negro no Ceará. In.: CUNHA JR, Henrique. SILVA, Joselina da. NUNES, Cícera. (Org). Artefatos da Cultura Negra no Ceará. Fortaleza: Edições UFC, 2011.
- ROSA, Guimarães. Grande Sertão: Veredas. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.
- ROLIM, Leonardo Candido. Produção de Carnes Secas e Couros no Nordeste Colonial: apontamentos sobre as relações entre a elite do Siará Grande e as redes mercantis de Pernambuco, 1767-1802. Anais do Congresso Internacional Pequena Nobreza dos Impérios Ibéricos de Antigo Regime. Lisboa, 2011. Disponível em: www.iict.pt/pequenano breza/arquivo.Doc/t3s2-01/pdf.
- SANTOS, Boaventura de. O Fórum Mundial Social. Manual de Uso. Madison, dez. de 2004. Disponível em www.ces.uc.pt/bss/documentos/fsm.pdf
- SANTOS, José Luiz dos. O que é cultura. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- SANTOS, Cecília Rodrigues dos. Novas Fronteiras e Novos Pactos para o Patrimônio Cultural. São Paulo: Perspec. vol.15 no.2 São Paulo Apr./June 2001.
- SELBACH, Simone (Supervisão Geral). História e Didática. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- SODRÉ, Muniz. Claros e Escuros. Identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. Reinventando a Cultura. A comunicação e seus produtos. Petrópolis: Vozes, 2001.
- _____. A Verdade Seduzida. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1988.

SOUZA, Edileuza Penha. A Lei Nº. 10.639/2003 na Escola – Caminhos para os Tambores de Congo. In.: GOMES, Beatriz Souza e CUNHA JUNIOR, Henrique (Org.). Educação e Afrodescendência no Brasil. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

TRATEMBERG, Marcelo Henrique Romano. Há Democracia na Universidade sem Igualdade Racial? Ou da Dialética Universidade-Sociedade na Atualidade Brasileira. In.: GOMES, Beatriz Souza e CUNHA JUNIOR, Henrique (Org.). Educação e Afrodescendência no Brasil. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

TREVISAN, Emerson. Feira Livre em Igarauçu: uma análise a partir dos dois circuitos da economia; a convivência entre o formal e o informal. Recife: UFPE, 2008. (Dissertação de Mestrado).

UNESCO. Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Paris, out. 2003. Disponível em: www.unesdoc.unesco.org

VANSINA, J. A Tradição Oral e Sua Metodologia. In.: KI-ZERBO, Josef (Editor). História Geral da África. Vol. I. São Paulo: Cortez, 2010.

VERSIANI, Flávio Rabelo, VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. Posse de Escravos e a Estrutura da Riqueza no Agreste e Sertão de Pernambuco: 1777-1887. EST. ECOM., São Paulo, V. 33, N. 2, p. 353-393, ABR/JUN, 2003. Acesso em Sciello, 23/01/13.

VIDEIRA, Piedade Lino. Dança do Marabaixo: Cultura Negra em busca da Memória do Afroamapaense. In.: GOMES, Beatriz Souza e CUNHA JUNIOR, Henrique (Org.). Educação e Afrodescendência no Brasil. Fortaleza: Edições UFC, 2008. In.: GOMES, Beatriz Souza e CUNHA JUNIOR, Henrique (Org.). Educação e Afrodescendência no Brasil. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

WHYTE, Leslie A., DILLINGHAM, Beth. O Conceito de Cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

ZEFFNER, Fernando. Aprendizagens em História. In. Teoria e Fazeres: caminhos da educação popular. Gravatá: SMEC, 1998. V. 01.

7.2. Fontes.

BODOCÓ, site oficial do município. Disponível em www.bodoco.pe.gov.br
BLOG BODOCÓ NA NET. Disponível em www.blogbodoconanet.com

GOOGLE Earth. www.google.com.br

IBGE. Disponível em www.ibge.gov.br

MEMÓRIAS. Entrevistas cedidas por:

Francisco P. Sobrinho, 70 anos, sapateiro. Em março de 2013.

Joathan Marques, 73 anos, militar reformado e cordelista. Em fevereiro de 2013.

José Leontino da Silva, 78 anos, agricultor aposentado. Em março de 2013.

Josefa B. da Silva, 58 anos, agricultora. Em outubro de 2010.

Maria de Lurdes, 57 anos, louceira. Em março de 2013.

Ozana Monteiro, 85 anos, louceira. Em março de 2013.

Raimundo P. Sobrinho, 78 anos, sapateiro. Em fevereiro de 2013.

PERNAMBUCO, Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco.

Disponível em www.codepefidem.pe.gov.br

PERNAMBUCO, Base de Dados do Estado de Pernambuco. Disponível em

www.bde.pe.gov.br

REGIÃO, Revista Região. Crato, fev. de 1975.